



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Jenucy Espíndula Brasileiro Teixeira

**Impacto da Violência Doméstica nas Relações
Interpessoais e na Aprendizagem das Crianças de
uma Escola Pública Municipal de Goiânia**

Trabalho realizado sob orientação da
Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins

Janeiro 2021



Jenucy Espíndula Brasileiro Teixeira

Impacto da Violência Doméstica nas Relações Interpessoais e na Aprendizagem das Crianças de uma Escola Pública Municipal de Goiânia

Dissertação de Mestrado em Ciências de Educação: Especialização em Administração Educacional.

Dissertação defendida em prova pública na Universidade Lusófona do Porto – Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto, no dia 09 de janeiro de 2021, perante o júri:

Presidente: Professora Doutora Maria de Nazaré Coimbra (Prof. Auxiliar Convidada da ULP) por delegação da Diretoria do Ciclo de Estudos;

Aguente: Professor Doutor José António Oliveira (Prof. Coordenador do Instituto Politécnico do Porto);

Orientadora: Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins (Professora Catedrática da Universidade Lusófona do Porto).

Janeiro, 2021.

Jenucy Espíndula Brasileiro Teixeira - Impacto da Violência Doméstica nas relações interpessoais e na aprendizagem das crianças de uma escola pública municipal de Goiânia

De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução de qualquer parte deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Ao amado esposo **Henrique Vieira Teixeira** que me apoiou incondicionalmente, que me incentiva a alcançar meus sonhos e suporta meus momentos de ausência com amor e paciência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a **Deus**, Inteligência Suprema, Causa primária de todas as coisas. Ao Grande Mestre **Jesus Cristo** por seus ensinamentos e exemplos de perfeição para Humanidade. Aos meus guias protetores **Ganesha e Shiva** que me inspiraram.

Aos meus pais, **Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro e Emídio Silva Falcão Brasileiro** responsáveis por minhas formações afetiva, intelectual e moral e ao meu irmão **Vinícius Espíndula Brasileiro** pelo bom humor ao alegrar nos momentos difíceis.

Aos meus sogros, **Wânia Suely Vieira Teixeira e Reginaldo de Carvalho Teixeira** pelo acolhimento e incentivo para prosseguir nessa jornada.

À **Universidade Lusófona do Porto**, na pessoa da **Magnífica Reitora, Professora Doutora Isabel Babo**, pela seriedade com que conduz a Educação em Portugal.

Quero testemunhar a minha especial gratidão e reconhecimento à exemplar orientadora **Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins**, além de muito me ensinar, não mediu esforços para que este trabalho se concretizasse.

Aos ilustres **Professores do Mestrado** e, não menos importante, por todo o apoio administrativo, os funcionários da Universidade Lusófona do Porto, pessoas sem as quais certamente teria sido difícil trilhar esse caminho com otimismo e perseverança com que o fiz.

Aos colegas de Mestrado, com quem pude trabalhar em equipe, especialmente meu irmão **Vinícius Espíndula Brasileiro**.

Agradeço a **Secretaria Municipal de Educação de Goiânia-Goiás** que me orientou e me encaminhou para a escola adequada a realização da pesquisa e pelo empenho em minimizar os impactos da violência na aprendizagem.

Aos meus queridos **alunos de Yoga** que me acompanharam nessa reta final com a alegria de quem busca o equilíbrio para vencer quaisquer adversidades.

A todas as pessoas que de algum modo contribuíram para a realização desta investigação.

“Ahimsa significa não causar dor. É agir com gentileza, amizade e consideração por outras pessoas. Assim, na presença de alguém com princípios assentados em não violência, cessam todas as hostilidades, porque essa pessoa emite vibrações harmoniosas.”

Swami Satchidananda (1978)

RESUMO

A violência intrafamiliar é multicausal e complexa. A miséria, o desemprego e as desigualdades sociais podem contribuir para o aumento desse flagelo que, cada vez mais, preocupa a Escola, uma vez que tais episódios podem refletir-se no comportamento e no aprendizado das crianças. Nesse contexto, o presente estudo objetiva analisar o papel da comunidade educativa na prevenção de casos de violência intrafamiliar, de forma a otimizar o ensino e o aprendizado de alunos em situação de risco, de uma escola pública municipal do Ensino Fundamental, de Goiânia, Goiás, Brasil. Recorre-se a uma metodologia de cariz qualitativo, de estudo de caso, com entrevistas estruturadas à diretora/gestora da escola, a duas coordenadoras e a cinco professores, num total de oito entrevistas. Os resultados da análise revelam que a violência doméstica é geradora de vários tipos de danos (físicos, psicológicos e sociais) nas crianças e adolescentes. Destacam-se as emoções intrapessoais, como medo, baixa-estima, ansiedade e depressão, bem como instabilidade emocional, raiva e abuso de substâncias, e diversos comportamentos antissociais. Para além disso, há ainda a referir problemas quanto ao desempenho escolar, nomeadamente, desmotivação e baixo rendimento académico. Frente a essas situações, os procedimentos em defesa dessas vítimas envolvem, sobretudo, a Direção/Gestão e o Conselho Tutelar da escola. A análise dos dados revela ainda o pouco envolvimento parental nas atividades escolares. Como forma de prevenção, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, tendo em conta estas singularidades, propõe algumas ações sensibilizadoras, na tentativa de reduzir a violência e a indisciplina, promotoras do insucesso escolar. Conclui-se assim que, além da violência doméstica direta e indireta, essas crianças estavam expostas a outros fatores de risco, como a pobreza, baixa escolaridade familiar e o uso de álcool e/ou droga por parte dos seus familiares.

Palavras-chave: Família; violência doméstica, criança; impacto no rendimento escolar.

ABSTRACT

Intrafamily violence is multi-causal and complex. The misery, unemployment and social inequalities can contribute to the increase of this scourge that, more and more, worries the School, since such episodes can be reflected in the children's behavior and learning. In this context, the present study aims to analyze the role of the educational community in the prevention of cases of intrafamily violence, in order to optimize the teaching and learning of students at risk, in a municipal public school of Elementary Education, in Goiânia, Goiás, Brazil. We use a qualitative methodology, a case study, with structured interviews with the school principal / manager, two coordinators and five teachers, in a total of eight interviews. The results of the analysis reveal that domestic violence generates several types of damage (physical, psychological and social) in children and adolescents. Intrapersonal emotions stand out, such as fear, low self-esteem, anxiety and depression, as well as emotional instability, anger and substance abuse, and various antisocial behaviors. In addition, there are also problems with school performance, namely, lack of motivation and low academic performance. Faced with these situations, the procedures in defense of these victims involve, above all, the school's Directorate / Management and Guardianship Council. Data analysis also reveals little parental involvement in school activities. As a form of prevention, the school's Political Pedagogical Project (PPP), taking these singularities into account, proposes some sensitizing actions, in an attempt to reduce violence and indiscipline, which promote school failure. It is concluded that, in addition to direct and indirect domestic violence, these children were exposed to other risk factors, such as poverty, low family education and the use of alcohol and / or drugs by their relatives.

Keywords: Family; Domestic violence, child; impact on school performance.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
ÍNDICE GERAL.....	viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
 INTRODUÇÃO.....	 11
 CAPÍTULO 1 - A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS.....	 13
1.1 A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES INTRAFAMILIARES	14
1.2 O CICLO DE VIOLÊNCIA	18
1.3. ENQUADRAMENTO LEGAL	20
1.3.1 Políticas públicas e sociais de prevenção e apoio à vítima.....	23
 CAPÍTULO 2 - GESTÃO EDUCATIVA E ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA.....	 27
2.1 TIPOLOGIA E INTERRELAÇÕES FAMILIARES.....	28
2.1.1 A insegurança na esfera familiar.....	30
2.2 A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA.....	32
2.2.1 Envolvimento parental na escola.....	34
2.3 IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PERCURSO EDUCATIVO E COMPORTAMENTOS DA CRIANÇA E DO JOVEM.....	40
2.4 O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA PREVENÇÃO DA (IN)DISCIPLINA E VIOLÊNCIA.....	43
 CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DO ESTUDO.....	 45
3.1 PROBLEMÁTICA.....	46
3.2 PERGUNTA DE PARTIDA.....	47
3.3 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	47

3.3.1 Objetivo geral.....	47
3.3.2 Objetivos específicos.....	47
3.4 OPÇÕES E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	48
3.5 FONTE E INSTRUMENTO DA RECOLHA DE DADOS.....	48
3.5.1 Projeto Político Pedagógico (PPP).....	48
3.5.2 Inquérito por entrevista.....	49
3.6 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	50
3.6.1 Contextos geográfico e social.....	50
3.7 SUJEITOS DO ESTUDO.....	52
CAPÍTULO 4 - ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	53
4.1 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	54
4.1.1 Caracterização dos Sujeitos Entrevistados.....	54
4.2 ANÁLISE CATEGORIAL DAS ENTREVISTAS.....	55
4.2.1 Diretora/Gestora e Coordenadoras.....	55
4.2.2 Professores.....	72
4.3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP).....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE 1 - GUIÃO DA ENTREVISTA AO DIRETOR.....	100
APÊNDICE 2 - GUIÃO DA ENTREVISTA AO COORDENADOR PEDAGÓGICO.....	102
APÊNDICE 3 - GUIÃO DA ENTREVISTA AO PROFESSOR.....	104

SIGLAS E ABREVIATURAS

OMS	Organização Mundial da Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ONU	Organização das Nações Unidas
VD	Violência Doméstica
CP	Código Penal
SINAPOM	Sistema Nacional de Políticas Para Mulheres
PNaViD	Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica
ONG	Organização Não Governamental
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência
DEPAI	Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Ações formativas.....	82
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese do perfil dos entrevistados.....	54
Tabela 2 - Definição de violência doméstica.	55
Tabela 3 - Manifestações da violência doméstica.....	57
Tabela 4 - Procedimentos a adotar perante a detecção de criança vítima de violência doméstica.....	62
Tabela 5 - Envolvimento parental em contexto de violência doméstica na escola.....	64
Tabela 6 - Impacto da violência doméstica na aprendizagem escolar.....	69
Tabela 7 – Definição de violência doméstica.....	72
Tabela 8 - Manifestações da violência doméstica.....	74
Tabela 9 - Procedimentos a adotar perante a detecção de criança vítima de violência doméstica.....	76
Tabela 10 - Envolvimento parental na escola.....	78
Tabela 11 - Impacto da violência doméstica no processo de aprendizagem.....	80

Jenucy Espíndula Brasileiro Teixeira - Impacto da Violência Doméstica nas relações interpessoais e na aprendizagem das crianças de uma escola pública municipal de Goiânia

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar como a violência doméstica pode influenciar o processo de aprendizagem das crianças e dos adolescentes, vem no seguimento da minha área de atuação advocatícia, que é o Direito de Família.

A situação do maltrato infantil continua a chamar a atenção dos investigadores, para um problema psicossocial com consequências marcantes. Ao entender que a criança e o jovem são os elementos mais frágeis numa família, verifica-se que essa vulnerabilidade se torna patente e inquietante nos casos de violência intrafamiliar.

O ambiente familiar, em que a criança ou jovem se encontra inserida, representa uma influência duradoura, a respeito do seu percurso de desenvolvimento, bem como da sua vida futura. A violência intrafamiliar, ao transformar o lar num ambiente perigoso, promove um mundo assustador e pouco seguro. Esses ambientes afetam a segurança familiar e transformam-se num agente promotor de tensão emocional, com repercussões que afetam os comportamentos da criança e do jovem. Além disso, a violência doméstica causa intranquilidade e instabilidade, expõe a criança e o jovem a condutas perturbadoras e origina ambiente tenso e conflituoso, com resultados nocivos para o seu desenvolvimento integral.

Nesse contexto, a Escola, e em particular a gestão educativa da instituição, desempenham um papel essencial, tendo por finalidade prevenir e/ou identificar casos de violência intrafamiliar, que tenham impacto nos comportamentos e aprendizados dos alunos.

Cada vez mais, a Escola se tem deparado com inúmeros casos de crianças que são vítimas de diversos tipos de violências, como a física, a psicológica e a sexual. Nesse contexto surgiu a nossa Questão de Partida:

- **De que forma a Escola pode atuar em casos de violência intrafamiliar, que influenciam os comportamentos e desempenho escolar de crianças vítimas de violência?**

A partir dessa indagação, é importante aprofundar o tema elencado, na busca de respostas que analisem a complexidade do fenômeno que eclode no ambiente educacional.

Diante do exposto, o **objetivo geral** dessa pesquisa é o de analisar o papel da comunidade educativa na prevenção de casos de violência intrafamiliar, de forma a otimizar o ensino e o aprendizado de alunos em situação de risco, de uma escola pública municipal do Ensino Fundamental, de Goiânia, Goiás, Brasil.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de cariz qualitativo, de estudo de caso. O instrumento utilizado é a entrevista estruturada à diretora/gestora da escola, a duas coordenadoras e a cinco professores, num total de oito entrevistas, com o intuito de analisar, de forma detalhada, os seus discursos em relação ao problema da violência doméstica e suas repercussões no aproveitamento escolar da criança e do adolescente.

Formalmente, este estudo está estruturado em quatro capítulos distintos:

O **primeiro capítulo** é formado pela delimitação do fenómeno da violência nas relações intrafamiliares, que perpassa pelo ciclo da violência, seu enquadramento legal e as políticas públicas e sociais de prevenção e apoio à vítima.

O **segundo capítulo** trata dos seguintes aspectos: as tipologias e as inter-relações familiares; a insegurança familiar; a relação escola-família; o envolvimento parental na escola, o impacto desse fenómeno no percurso educativo e comportamentos das crianças e adolescentes; e, finalmente, o papel do gestor escolar na prevenção da (in)disciplina e da violência.

O **terceiro capítulo** é formado pela trajetória metodológica, bem como os caminhos e instrumentos utilizados para a análise do comportamento e do desempenho de alunos, vítimas de violência doméstica.

Finalmente, no **capítulo quatro** estão descritos os resultados da investigação realizada na escola que serviu de contexto a este estudo, por intermédio das entrevistas aplicadas aos sujeitos participantes. Desse modo, foi possível apresentar os resultados obtidos, sua análise e discussão, cumprindo objetivos.

Por fim, as considerações finais.

CAPÍTULO 1- A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

Inicia-se este capítulo, com a revisão da literatura, no que diz respeito à violência nas relações intrafamiliares e à polissemia do seu conceito, ao ciclo de violência, bem como ao enquadramento legal que compreende as políticas públicas e sociais de prevenção e apoio à vítima.

1.1 A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES INTRAFAMILIARES

O uso da violência parece ser tão antigo quanto a própria Humanidade. É provável que o instinto de preservação, tanto dos animais quanto dos seres humanos, resultante dos estímulos nervosos de lutar ou fugir para garantir a sobrevivência, seja a raiz dos atos de agressão contra si ou contra outro, de forma individual ou coletiva, aos entes queridos ou aos inimigos.

O uso da força física capaz de dominar, gerar lesão ou morte, pode ser a base da violência que ocorre na atual sociedade. Tal comportamento pode ter-se transferido ou reproduzido para o meio familiar, na tentativa de exercer o domínio e manter o controle (Will, Loper & Jackson, 2016)

Outras formas de controle, no entanto, foram desenvolvidas pela sociedade, tais como o poder político ou mesmo religioso e legal/jurídico, identificando assim os diversos tipos de violência, nas quais falaremos mais adiante.

As diversas formas de domínio no contexto religioso, podem ser identificadas na ameaça dos líderes religiosos ao pregar que, se a sociedade/pessoa não fizer ou deixar de fazer tal ação, poderá não receber a recompensa divina ou será punida por Deus, o que caracteriza uma forma de violência psicológica. Assim, com o passar do tempo, grupos religiosos desenvolveram códigos de ética, a exemplo dos Dez Mandamentos, que determinavam os comportamentos aceitáveis ou não aceitáveis.

Para limitar os atos de violência na sociedade, os povos desenvolveram normas e leis com o intuito de coibir determinados comportamentos nocivos à sociedade, ao definir classificações e penalidades para cada tipo de violência. Percebe-se, portanto, que a violência está inserida no meio social e nas relações cotidianas nas quais se estabelece a relação vítima e agressor.

Ao atender à linha de orientação preconizada pela World Health Organization (1996), verifica-se que **violência** é o uso intencional de força física ou poder, ameaçado ou real, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra grupo ou comunidade, que resultem ou tenha

probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mal desenvolvimento ou privação de liberdade, entre outras consequências.

Na procura de definir uma tipologia da **violência** o mais abrangente possível, Krug, *et al.* (2002) dividem a violência em três categorias: a autodirigida, a interpessoal e a coletiva, ao considerarem que as atitudes ou atos violentos podem ser físicos, sexuais, psicológicos e emocionais.

No caso concreto da **violência doméstica**, a literatura apresenta uma multiplicidade de significados. A definição de violência doméstica surgiu em 1970, ao fazer referência às mulheres maltratadas. No entanto, na opinião de Pagelow (1984, p. 91), “não existe, pois, uma definição uniforme de violência doméstica e das suas múltiplas manifestações, nem critérios claros e objetivos que permitam aos especialistas o entendimento comum sobre o fenômeno”, uma vez que, e como referem Azambuja e Nogueira (2007, p. 98) “esta depende de normas sociais e culturais que variam consoante os contextos históricos.” Por outras palavras, para os autores, o conceito está longe de ser claro e unívoco.

Andrews (1994) define a violência doméstica como um ato ou ameaça originado por injúrias físicas (abuso sexual, incesto) ou psicológicas (humilhar, rejeitar), praticado pelo agressor contra a vítima existindo, ou não, estre estes, um grau de parentesco por laços de sangue, casamento ou outro.

É no contexto da violência doméstica que se pode encontrar diferentes tipos de ações violentas conforme classifica Assis (2012, p. 57):

“A **violência física** como o emprego de uma força física para causar ou tentar causar agravo, podendo vir a ser desde uma lesão interna até uma externa;

A **violência psicológica**, como ação ou omissão que determina um efeito de conduta destrutiva e afeta a autoestima e o desenvolvimento da identidade e, assim, apresenta-se como a maior causa de violência que compromete a pessoa, levando-a a sentimentos de desvalorização, ansiedade, adoecimento fácil e intenções suicidas;

A **violência sexual** envolve relação de poder entre pessoas, obrigar uma destas ao intercurso sexual contra sua vontade, por meio de excitações ou contato, por meio de força física, armas ou drogas e a influência psicológica;

A **violência por negligência**, quando não se acata aquilo que é imprescindível ao crescimento e ao desenvolvimento apropriados, por foco a omissão do interesse de um ou mais membros da família e da sociedade em prover as manifestações das necessidades físicas e emocionais da criança e/ou adolescente, ser omissos no que diz respeito a vestimenta, alimentação, educação e saúde”.

Embora sob ponto de vista etimológico, os conceitos de violência doméstica e violência familiar sejam distintos, ao seguir as linhas orientadoras da Unicef (2000), a nomenclatura doméstica no âmbito da expressão violência doméstica, não pode ser limitada apenas ao interior do lar, mas ao tipo e natureza de relações que abrangem determinadas pessoas. Nessa perspectiva, os dois conceitos são sinônimos da mesma realidade.

Ao particularizar o conceito de **violência familiar**, García-Moreno, et al. (2005, p. 100) definem-na “pelo tipo de relação entre agressor e vítima, ao restringir os atos ocorridos entre pessoas com relações consanguíneas ou afetivas próximas, independentemente do sexo da vítima ou do agressor.” De forma pormenorizada, Matos (2006) especifica o conceito, ao afirmar que esse engloba a violência nos seguintes aspectos: conjugal, parental, fraternal contra idosos, durante o namoro, em fase de separação, contra homossexuais, entre outros.

Dias (2010, p.254) alude a outra terminologia, a **violência conjugal**, que, em sua opinião, se manifesta por meio de:

“Ameaças, intimidação, manipulação, isolamento (...) e dependência financeira. É um padrão de comportamento que ocorre sob violência física, emocional, psicológica, sexual e econômica e que é desenvolvido com vista a perpetuar a intimidação, o poder e o controle do agressor sobre o cônjuge maltratado”.

De uma forma geral, há autores que empregam o termo **violência doméstica** para abarcar a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Outros empregam o termo para descrever unicamente a violência contra a mulher ocorrida no seio da família (Franco, López-Cepero & Diaz, 2009). Por sua vez, a Organização das Nações Unidas (ONU) (1993) considera violência doméstica, toda a agressão de caráter físico ou psicológico a que a esposa está sujeita por parte do marido ou parceiro sexual.

Assim sendo, optou-se por empregar a expressão “violência doméstica” para denominar a violência que ocorre no contexto das relações familiares, podendo incluir crianças/adolescentes, mulheres, homens e idosos. Seguimos assim a ideia de Bhona, Lourenço e Brum (2011) que, depois de terem realizado uma pesquisa a respeito de bases de dados internacionais, referem ser essa a nomenclatura mais utilizada na literatura especializada.

Toda essa literatura revela que são os valores enraizados nas culturas patriarcais, com a supremacia dos homens em relação às mulheres, a razão principal do predomínio da violência masculina. Disso fazem referência as teorias feministas que defendem a ideia de que a violência tem relação direta com a diferença de poder entre o casal, visível na eterna submissão das mulheres (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012).

Não obstante essa realidade, cada vez mais os estudos recentes provam que a violência intrafamiliar não se focaliza apenas na mulher vítima, com o estereótipo dos homens como agressores (Machado, Hines & Matos, 2016). Na verdade, homens e mulheres, enquanto membros de uma família, podem ser agressores e vítimas, uma vez que a violência conjugal não é uma questão de gênero, antes um problema humano, a qual as mulheres podem ser igualmente violentas (Archer, 2013).

A violência no seio da família, presente nos inúmeros relatórios criminais internacionais e nacionais, continuam a referir o predomínio do crime do homem contra a mulher, situação que será analisada ao longo do presente trabalho. Os estudos revelam que, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, em famílias de qualquer estrato social, continuam a ser majoritariamente as mulheres as vítimas de homicídio, abusos sexuais, físicos e psicológicos perpetrados pelos maridos ou companheiros, em suas próprias casas. O abuso de mulheres ainda é visto como demonstração do poder masculino, resultando de relações sociais em que as mulheres estão numa posição inferior à dos homens, com dependência social, econômica e política (Dias, 2015).

Na verdade, e como referem Martins e Carvalho (2009, p. 327), entre as diversas formas de violência no tecido intrafamiliar “(...) a violência de gênero, a violência doméstica e a violência familiar são termos utilizados como similares (...) e torna-se problema complicado por entrar na privacidade familiar, agravado por não ter, regra geral, testemunhas”.

Embora continue a ser comum, os especialistas, quando escrevem a respeito da violência doméstica centralizarem o foco da sua preocupação na violência praticada pelo homem contra a mulher, há cada vez mais autores que, para além desse problema, o interligam com as consequências para os filhos que testemunham esse tipo de violência, ao diferenciar a violência entre adultos daquela que é direcionada a crianças (Franco, López-Cepero & Díaz, 2009).

É a respeito dessa realidade que nos debruçaremos nos pontos seguintes deste trabalho.

1.2 O CICLO DE VIOLÊNCIA

Os padrões de violência familiar processam-se de forma cíclica. Depois do período de violência sucede-se um período de calma até que, a certa altura, novo evento provoca nova fase de violência. Na verdade, ninguém consegue definir o intervalo entre cada ciclo. Esse pode demorar de um a seis meses, que se repete por anos (Walker, 2000).

Nesse contexto, Walker (2000), ao estudar o Ciclo da Violência doméstica contra a mulher, refere que este é constituído por três fases: Construção da Tensão, Tensão Máxima e Lua-de-mel.

Na **primeira fase**, as pressões do dia-a-dia, as ofensas e as ameaças perpetradas pelo agressor, criam na vítima um sentimento de perigo. Qualquer pretexto serve para o agressor agir de forma brusca, aumentando a tensão no relacionamento.

A **segunda fase**, que é a do ataque violento de agressão física ou psicológica contra a vítima, por norma começa em contexto de violência verbal, passando rapidamente para violência física ou psicológica. Não raras vezes, chegados a esse patamar de violência, a vítima tende a reagir de forma passiva, na expectativa de que o agressor pare com o ato violento.

Quando as agressões físicas são graves e as vítimas têm de receber assistência médica, deparamo-nos com duas situações. Uma, o agressor toma consciência da gravidade da situação e acompanha a vítima ao hospital. A outra, o agressor só deixa a vítima ser socorrida quando percebe que a situação pode pôr em risco a sua vida. É nessa fase que o agressor invoca razões para a sua ação. Se o conflito chega ao conhecimento de terceiros, o agressor culpabiliza a mulher de ter dado origem à agressão e minimiza o acontecimento, alegando que os acontecimentos não foram tão graves como os relatados. Muitas vezes, quando ocorre episódios violentos, os filhos estão presentes. É também nessa fase que, normalmente, a polícia é chamada e, a vítima, quando confrontada com a intervenção policial evidencia cumplicidade com o companheiro, o que pode ser compreendido como artifício para demonstrar lealdade ao agressor, procurando minimizar novas agressões (D' Oliveira, Schraiber, Hanad & Durand, 2009).

A **terceira fase**, denominada de “Lua de mel” é a fase em que o agressor procura, de alguma forma, redimir-se de todos os atos violentos tidos para com a vítima. É nessa fase que as vítimas mais procuram ajuda. No entanto, devido à mudança de atitude do agressor e, como mecanismo de defesa psicológico, a vítima acredita que a sua vida vai melhorar dado que o companheiro se desdobra em cuidados. Muitas pretendem retirar a queixa. Essa fase dura até que surja nova discussão ou desconfiança, que pode provocar novo ciclo de violência.

É esse continuar cíclico de violência que faz com que a vítima perca a sua autoconfiança e a sua autoestima, desenvolvendo sentimentos de impotência, tornando-se muito difícil romper com a situação de violência (Melo, Silva & Caldas, 2009).

A esse desânimo das mulheres violentadas, Walker (2000) designou de *Síndrome da Mulher Batida*, um subtipo da perturbação de stress pós-traumático. De tal forma a sua autoestima está

baixa, que a mulher acaba por acreditar que não há forma de sair da relação. O medo e o pânico tornam-se constantes nas vidas dessas mulheres e, para minimizarem as situações violentas e para tentarem não expor os filhos aos episódios de violência, concordam com tudo o que o agressor quiser (Magalhães, 2005).

De uma forma geral, a maioria dos estudos que se debruçam a respeito desse flagelo encontra desculpabilização do papel do homem na violência doméstica, em que o agressor-homem é tido como agressivo devido aos seus instintos e, a vítima-mulher, pode ser olhada de acordo com as concepções que foram sendo construídas ao longo do tempo, sendo apelidada de “mulher masoquista”. Essa realidade que surge nos diferentes discursos, descrevem essas mulheres como vítimas que optam por não abandonar os agressores, havendo uma dependência própria dos casais violentos, em que a agressão sofrida pela mulher possibilita a subsistência da estabilidade da relação (Dias, 2012).

Noutras situações, as mulheres-vítimas são descritas como emocionalmente dependentes, reservadas, abatidas, apáticas, entre outras, e assume de forma recorrente como culpadas, pois consideram que as suas condutas explicam os maus-tratos que sofrem (Araújo *et al*, 2004).

Os especialistas não conseguem encontrar explicação clara para a resistência da vítima ao abandono de relação violenta. Na opinião de LaViolette e Barnett (2000), quanto mais graves forem as agressões, mais a mulher permanece no relacionamento. Para essas autoras (2000), a mulher vítima de violência, antes de deixar o parceiro, não se pode isolar, devendo procurar uma rede de apoio social ou familiar, na tomada de decisão.

1.3. ENQUADRAMENTO LEGAL

Durante muito tempo, as mulheres brasileiras tiveram educação voltada para o lar. Encontra-se essa realidade no Código Civil de 1916, que retrata a sociedade marcada pelo conservadorismo patriarcal, onde o homem era chefe e, como tal, competia-lhe tomar decisões a respeito da família (Cabral, 2004).

Foi necessário chegar ao ano de 1932, com o Código Eleitoral, para a mulher brasileira ver reconhecido o seu direito ao voto, quando completasse a idade de 21 anos. Trinta anos mais tarde, em 1962, surge o Estatuto da Mulher Casada (lei 4.121/62) que, pela primeira vez, lhe permite ter a capacidade de colaborar com o marido nas decisões familiares.

Só com a virada do milênio, em 2006, a mulher conseguiu que fosse promulgada legislação que a protegesse das diferentes formas do flagelo da violência intrafamiliar: nasce a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006 que contempla abrigo para as mulheres que sofrem violência intrafamiliar.

Está expressamente tipificado no Código Penal Brasileiro, em seu artigo 129, as referidas penas de quem praticar crimes de violência, principalmente a física, ou seja, quem ofender a integridade física ou saúde corporal contra qualquer pessoa e o que resulta disso, sendo que cada pena está de acordo com a gravidade de cada ato. Além disso, após o parágrafo 9º, consta a definição e as devidas penas para pratica violência doméstica, redação dada pela Lei nº 11.340/2006 (Stefanoni & Rodrigues, 2016).

Nos artigos 146 a 148, que estão inseridos no capítulo VI – Dos crimes contra a liberdade individual, do Código Penal Brasileiro preveem os crimes de constrangimento, ameaça e cárcere privado que podem ser enquadrados em um tipo de violência psicológica (Brasil, 2018, *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).

A **violência psicológica** teve igualmente que ser tipificada, uma vez que a saúde mental do ser humano é essencial para a sobrevivência e qualidade de vida. Por isso, é tão grave quanto a violência física e ainda mais perigosa, por ser menos denunciada e a mais difícil de ser identificada pelo agressor e pela vítima. A pessoa fragilizada não sabe identificar quando está a ser manipulada, humilhada, rejeitada e discriminada, acabando por atribuir toda a culpa para si.

Tal violência configura em majoração da pena quando qualquer delito for praticado contra a mulher, mediante violência psicológica, conforme artigo 61, II, alínea f, redação dada pela Lei Maria da Penha.

Nos artigos 213, 215 e 217-A, do CP/40 estão tipificados os crimes de **violência sexual** ao se classificar em estupro, violência sexual mediante fraude, estupro de vulnerável, com as devidas penas em suas devidas proporções. Tais crimes ocorrem muitas vezes no ambiente doméstico, estando previstos não só no Código Penal, mas também na Lei nº 11.340/06 ou Lei Maria da Penha.

Cecconello (2003) revela que é bastante comum o crime de violência sexual ocorrer no ambiente doméstico entre padrastos, pais, tios, em relação aos enteados (as), filhos (as), esposas, sobrinhos (as), ou seja, são os casos mais frequentes e, na maioria das vezes, estão acompanhadas da violência psicológica de domínio e medo, além da ocorrência de violência física. Tal leva a que, em seu entender, o número de violência sexual praticada em ambiente

familiar deva ser maior do que a notificada. Isso ocorre, na maioria das vezes, pelo fato das vítimas sentirem vergonha de terem sofrido tal ato.

Maria Berenice Dias (2015, p 75) expõe claramente os riscos e as agravantes de tal delito:

“Nos delitos sexuais, a ação penal tem sua iniciativa condicionada a representação da vítima. No entanto, quando a vítima tem menos de 18 anos ou pessoa vulnerável, a ação é de iniciativa pública condicionada (CP, art. 225). O inciso III do art. 7º. da Lei Maria da Penha enfoca a sexualidade sob o aspecto do exercício dos direitos sexuais e reprodutivos. Trata-se de violência que traz diversas consequências à saúde da mulher. A própria lei assegura à vítima acesso aos serviços de contracepção de emergência, profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários cabíveis (art. 9, § 3.º)”.

Outra forma de domínio e de violência bastante comum no ambiente familiar é a **violência patrimonial e moral**. A violência patrimonial está configurada nos artigo 7º, IV do CP, como “entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades”, outra forma bastante sutil e de difícil detecção, por isso é expressa também na Lei Maria da Penha, sendo agravante da pena, o fato de ocorrer em ambiente doméstico (Brasil, 2006, Lei Maria da Penha).

A **violência moral**, bastante conhecida pela sociedade como difamação, calúnia e injúria estão presentes nos artigos 7º V: “a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” e especificadas respectivamente nos artigos 138, 139 e 140, é agravante da pena também se ocorrer em ambiente doméstico (Brasil, 2018).

As medidas protetivas de urgência existentes no artigo 22 da Lei Maria da Penha serão aplicadas pelo juiz ao agressor de forma conjunta ou separada, são elas:

- I** - Suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
- II** - Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III** - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
 - a)** aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
 - b)** contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
 - c)** frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV** - Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V** - Prestação de alimentos provisionais ou provisórios”.

Insta ressaltar que a aplicação dessas medidas protetivas ao agressor, não impedem que sejam aplicadas outras, se a segurança da vítima estiver comprometida. Tal medida deverá ser notificada ao Ministério Público. A vítima também possui direito ao reforço policial para garantir a efetividade da aplicação dessas providências (Brasil, 2006, Lei Maria da Penha).

Após mencionar as medidas protetivas de urgência em relação ao ofendido, é importante mencionar as medidas protetivas em relação à vítima, que estão no artigo 23 da Lei Maria da Penha. Tais medidas asseguram a importância de manter a segurança da vítima e de seus dependentes durante seu percurso de volta para casa após o afastamento do ofensor (art. 23, II, Lei 11.340/06); determinar que a ofendida mude seu local de residência sem prejuízo de seus bens; guarda dos filhos e alimentos (inciso III); determinar que seja realizado a separação ou divórcio do ofensor e da vítima.

Além da violência doméstica contra a mulher existe, igualmente, a violência doméstica contra criança e adolescente. Seus direitos são assegurados, além de constarem na própria Constituição Federal, no Código Penal e na Lei Maria da Penha, estão especificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) que garante serviços especiais às vítimas que sofreram maus-tratos, abuso, exploração, crueldade e opressão.

1.3.1 Políticas públicas e sociais de prevenção e apoio à vítima

Howlett (2013) defende de forma clara, que as políticas públicas são produzidas pelo governo e são ferramentas importantes para que este possa atingir seus objetivos:

“Dye especifica que o agente primário da fabricação de uma política pública é o governo. [...] Em segundo lugar, ele destaca o fato de que a formulação da política envolve uma decisão fundamental por parte dos governos de fazer ou de não fazer alguma coisa a respeito de um problema e que esta decisão é tomada pelos políticos eleitos e outros funcionários oficiais. [...] Em terceiro lugar, a definição de Dye também ressalta o fato de que a política pública é uma determinação consciente de um governo” (Howlett, 2013, pp.6-7).

Sendo assim, as políticas públicas são instrumentos de combate ao desrespeito aos direitos garantidos na Constituição Federal/88 e na formação de sociedade mais justa e igualitária.

Seja de origem familiar ou social, a violência é uma situação com que se debate a sociedade atual e a Escola. Maia, et al. (2020) defendem que não se pode discorrer a respeito da violência na Escola sem compreendê-la num âmbito social mais amplo que, apesar da

complexidade e dos desafios que esta enfrenta, não pode deixar de admitir a sua importância na formação do ser humano.

A primeira forma de combater os inúmeros casos de violência doméstica é, para além da criação de normas, como a Lei Maria da Penha, a expansão de serviços próprios, com o objetivo de dar assistência às vítimas, como delegacias especializadas, atendimento médico especializado e centros de recuperação especializados (Pinto, 2017).

Nesse sentido, tão importante quanto proteger as vítimas e punir os agressores é a prevenção da violência em todos os seus contextos. Prova disso, foi a homologação em 27 de novembro de 2018, do Decreto nº 9.586, Sistema Nacional de Políticas para Mulheres (SINAPOM), bem como do Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNaViD).

De acordo com o art. 1º do referido Decreto, é objetivo do SINAPOM “fortalecer a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres, de enfrentamento a todos os tipos de violência e da inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País” (Brasil, 2018, Decreto nº 9.586). Portanto, sua função primordial é garantir a participação e o controle social dos movimentos de mulheres em relação às políticas públicas que deverão ser implementadas em cada Estado, Município e Distrito Federal.

O PNaViD possui princípios, diretrizes e objetivos para nortear as estratégias implementadas pelo SINAPOM, nos três níveis de governo, de forma integrada e coordenada, com o objetivo de preservar “a vida e à incolumidade física das pessoas, à manutenção da ordem pública, ao enfrentamento à violência doméstica e à sua prevenção e ao apoio às mulheres vitimadas” (Brasil, 2018, Decreto nº 9.586, p. 359).

Existem diversos grupos no Brasil de apoio à mulher e à família que sofrem de violência doméstica. O Próprio Conselho Nacional de Justiça instituiu casas de abrigo às mulheres e família vítimas de violência doméstica.

Paralelamente, existem ONGS que oferecem diversos tipos de apoio a vítima, como serviço de psicólogo e advogado.

Em nível nacional conta-se com:

Distrito Federal - Rede de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência.

Nos Estados do Brasil encontram-se:

Goiás:

- Cevam – Centro de Valorização da Mulher

São Paulo:

- Amzol – Associação de Mulheres da Zona Leste
- Associação Fala Mulher
- Asbrad – Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude
- Bem Me Quer
- Casa Brasilândia
- Casa da Mulher Lilith
- Casa de Isabel
- Casa Eliane de Grammont
- Casa Sofia
- CIM – Centro Informação Mulher
- Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde
- Rede Feminista de Juristas
- União de Mulheres de São Paulo
- ONG Nova Mulher
- ONG Santa Fé.

Paraíba:

- Centro da Mulher 8 de Março/PB

Rio Grande do Sul:

- Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero Porto Alegre/RS

Paraná:

- Todas Marias Curitiba/PR

Belo Horizonte:

- Casa Tina Martins

Essas são as instituições oficiais que oferecem apoio as mulheres em situação de violência doméstica. As demais instituições presentes nos Estados oferecem outros tipos de auxílio, como apoio a mulheres com câncer ou com deficiências físicas. A carência de instituições voltadas para o apoio às mulheres vítimas de violência doméstica pode ser indício de uma restrita aplicação de recursos para as políticas públicas voltadas para essa parcela da população.

Ademais, há diversas outras organizações e instituições que apoiam vítimas de violência doméstica, seja de forma direta ou indireta, local ou virtual. Dentre as redes de apoio

às mulheres em situação de violência, encontra-se o site www.mapadoacolhimento.org.br, composto por terapeutas e advogadas que, voluntariamente, dão apoio a estas mulheres.

Como apoio indireto, estão os hospitais, delegacias e escolas das cidades, dos quais se espera que estejam preparados para identificar e receber estas vítimas, fazendo as notificações e encaminhamentos adequados.

CAPÍTULO 2 - GESTÃO EDUCATIVA E ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA

No capítulo que se inicia será concretizada a revisão da literatura respeitante à tipologia e inter-relações familiares, tendo em conta os problemas da insegurança na esfera familiar. Por isso, é importante discorrer a respeito da relação escola/família e o impacto da violência

doméstica no percurso educativo e comportamentos da criança e do jovem. Finalmente, importa lembrar o papel do diretor/gestor escolar na prevenção da (in)disciplina e violência.

2.1 TIPOLOGIA E INTERRELAÇÕES FAMILIARES

A família é considerada a instituição social básica, concebida para ser um lugar seguro, favorável ao desenvolvimento psicossocial das pessoas e ao seu bem-estar (Giddens, 2011).

Philippe Ariès (1988) quando se debruçou sobre a história da criança e a sua vida familiar, concluiu que a “infância” surge somente no século XVII, muito por causa do progresso industrial que fez surgir o Estado Providência para proteger as famílias sem amparo.

Com o passar do tempo, o modelo de família foi sendo alterado. No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988, refere a família como a base da sociedade, ao aceitar as suas novas formas, com os seus novos valores sociais, a partir da valorização da pessoa humana. Paralelamente tem a preocupação de proteger as crianças e os adolescentes conforme os seus interesses, alicerçados na igualdade e dignidade da pessoa humana. Como reforço, o Código Civil de 2002, trouxe a regulamentação e o reconhecimento jurídico e social da união estável e da família monoparental no âmbito do Direito (Brasil, 2002, Código Civil).

Atualmente, são variados os modelos de estrutura familiar (Papalia & Feldman, 2013). As **tipologias clássicas** de configuração do centro familiar são constituídas por um homem, uma mulher e seus filhos (biológicos ou adotados), que residem em um ambiente familiar comum (Villa, 2012; Kroth, Silva & Rabuske, 2007).

Outra estrutura comum e atual são as denominadas **famílias monoparentais**, por meio da qual somente um dos pais vive com os seus filhos. Por norma, tal acontece depois de um divórcio, morte, abandono de residência, ilegalidade ou adoção de crianças por uma só pessoa. No caso concreto da monoparentalidade feminina, em muitos casos essa situação é resultado de gravidez prematura ou não planejada, de vulnerabilidade familiar e/ou abandono. Essas famílias podem estar ligadas a situações de alguma fragilidade econômica, uma vez que a mulher não só assume as tarefas do lar, a responsabilidade dos filhos, como muitas vezes sustenta sozinha a família, ao se sujeitar aos trabalhos mal remunerados e com poucos benefícios sociais (Oliveira et al., 2008).

Outro tipo de formação familiar é a chamada **família alargada**, na qual coexistem outros parentes diretos ou colaterais, de diversas gerações, com o casal e os seus filhos (avós, primos,

tios, entre outros) (Giddens, 2014). Existe ainda a **família recomposta ou reconstituída**, que consiste na união de duas famílias após uma separação ou divórcio. Esse tipo de estrutura familiar inclui filhos do casamento anterior, havendo assim um progenitor biológico que mora fora da habitação dessa família (Giddens, 2014). Outro tipo de família contemporânea são as **famílias adotivas**, com crianças e jovens que, embora não possuam laços de sangue com aqueles pais, estão ligados a eles por laços afetivos e legais. Nessa situação, é muito importante haver um esforço do casal no sentido de procurar reformular papéis, funções e responsabilidades, quer a nível pessoal quer a nível matrimonial (Atzaba-Poria & Pike, 2015). Isso é tanto mais importante quando essas crianças e jovens foram vítimas de negligência, maus-tratos físicos e emocionais, abuso sexual (Bjorkenstam *et al*, 2011).

É possível também contar com as denominadas **famílias alternativas**, nas quais predominam as famílias homossexuais/homoparentais (Giddens, 2014). Nesse tipo de família, existe uma ligação conjugal entre duas pessoas do mesmo sexo, em que em um, ou em ambos os parceiros, podem permanecer filhos biológicos de relações heterossexuais, ou apenas um pai ou mãe homossexuais e respectivos filhos, casais homossexuais que adotaram uma criança, ou que recorreram a métodos como a inseminação artificial para conceber (Rahilly, 2015).

Tendo em atenção a todas essas considerações, evidencia-se a centralidade da família para o desenvolvimento humano individual e social (Bowlby, 2006). É na família que a criança encontra o principal espaço de socialização, ao influenciar na obtenção de habilidades, condutas e valores culturalmente contextualizados. A família representa a parte substancial da construção de saúde emocional dos seus membros, o que evidencia a sua proteção e bem-estar. Assim, a centralidade da família permanece atual, independentemente da configuração que assume na contemporaneidade (Idem).

Não obstante essa certeza, as transformações que ocorrem no seio familiar resultam das mudanças socioculturais e tecnológicas, que dão origem a distintas estruturas e composições familiares (Yasui, 2015). Essas alterações tornam-se cada vez mais visíveis na sociedade moderna, que apresenta ciclos de vida diferentes, as funções dos pais e dos filhos sofrem alterações, os laços familiares estão frágeis e a família desagrega-se com facilidade. Ademais, essas alterações da estrutura familiar podem trazer consequências para o bem-estar material e psicológico das crianças (López, 2008).

2.1.1 A insegurança na esfera familiar

Seja qual for o tipo de violência, a violência intrafamiliar é a que mais interfere no desenvolvimento da criança e do adolescente, seja ela direta ou indireta, vivenciada ou presenciada (Barros, 2015).

Nesse sentido, no entendimento de Assis (2012, p. 54):

“A violência vivenciada no ambiente intrafamiliar pode se expressar de duas formas: a direta, quando a criança se encontra exposta à violência, ou seja, ela é o alvo da agressão, e a indireta, quando ela presencia episódios de violência entre seus pais. Ambas as formas de violência se tornam prejudiciais ao desenvolvimento físico, psíquico e social de uma criança. Os sintomas que surgem com maior probabilidade são falta de motivação, ansiedade, depressão, comportamento agressivo, isolamento e baixo desempenho escolar”.

Essa cultura de violência existente no ambiente familiar é causadora de graves danos, sobretudo em crianças e adolescentes, causando danos mentais, físicos, emocionais e sociais. Paralelamente, poderá haver o risco de essas atitudes violentas se tornarem padrões para essas pessoas (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012). O ciclo de violência efetuado em casa pode então passar de geração para geração, ou seja, os filhos ao presenciarem atos de violência entre os pais, no seu dia a dia, poderão, no futuro, tornarem-se maridos violentos e até mesmo pais violentos.

Acostumada ao ambiente violento, a criança nem sempre tem a noção de que se trata de relação abusiva, exclusiva ou que não poderá solicitar ajuda ao perceber que tais relações não são saudáveis. A criança está vulnerável aos instintos agressivos dos genitores, que trouxeram de seus antepassados, a prática e o hábito de usar a força física para conter comportamentos considerados inadequados para aquela cultura familiar. Não raras vezes, o agressor considera justa, perante sua consciência, o ato de agressão, pois tenta educar, mas não se atenta aos efeitos nocivos que tais atitudes causam a essas vítimas da violência (Faerman, 2014).

Talvez por isso, Faerman (2014) acredite que o alto índice de agressividade de crianças e adolescentes decorre da sua exposição à violência no espaço doméstico. A real magnitude e gravidade dessa agressividade serão proporcionais ao vivido.

Como foi dito, o ambiente familiar é o primeiro contato social que a criança possui, logo é nele que ela irá criar sua base social, sua base de como lidar com problemas e frustrações, vitórias, tristezas, competições, respeito, entre tantos outros sentimentos e situações complexas que o ser humano enfrenta em sociedade. Dessa forma, não havendo um ambiente familiar

saudável para o desenvolvimento da criança e adolescente, fica comprometida a sua saúde mental.

“A presença de conflitos violentos entre os pais decorrem, em uma maior possibilidade, por perpetração da agressão física contra a criança. Assim, torna-se violento, o ambiente familiar como um todo, transformando-se, em um local de ameaça para o surgimento de problemas relacionados à saúde mental da criança. O relacionamento intrafamiliar é visto como um modelo para a formação de padrões sociais e comportamentais das crianças” (Saraiva, Rosas, Valente, & Viana, 2012, pp.17-27).

É nessa fase da infância que se desenvolvem sentimentos de confiança, empatia, proteção, saúde mental e emocional.

“É na fase da infância e da adolescência que as pessoas estão suscetíveis a agravos de saúde e a fatores que constituem vulnerabilidades psicossociais e econômicas. Tais circunstâncias são, muitas vezes, reforçadas por atos violentos praticados pela própria família e que, conseqüentemente, motivam a perda da confiança desses jovens em seus pais, não os reconhecem mais como ponto referencial para uma boa educação e proteção” (Assis, 2012, p.54).

Muitas vezes, esses pais com o intuito de disciplinar os seus filhos, acreditam que a única forma de o fazer é recorrer à violência e isso acaba por causar nas crianças e adolescentes:

“(...) depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (...), condutas desafiadoras, transtornos de conduta, comportamento transgressor (...), suicídio, drogadição, tabagismo, alcoolismo, distúrbios psicossomáticos, automutilação, distúrbios alimentares, distúrbios afetivos (...), falta de concentração na escola, distúrbios de sono, hipervigilância (...), baixa autoestima, falta de confiança e isolamento (...) são citados como alguns eventos resultantes da violência doméstica para as vítimas” (Faerman, 2014, p. 102).

Testemunhar e vivenciar atos de violência intrafamiliar deixa marcas na vida das crianças e dos jovens. Ter como modelo os atos de violência, as mesmas acabam por assimilar e reproduzir as situações vivenciadas quando tem idade adulta, para além de que violência lhes provoca sofrimento emocional e os correspondentes problemas (Faerman, 2014).

A violência intrafamiliar, ao transformar o lar num ambiente perigoso, confunde a criança e o jovem, uma vez que as figuras de referência que lhes deveriam proporcionar segurança, bem-estar e afeto, lhes provocam sentimentos de infelicidade, instabilidade, torna o ambiente difícil e conflituoso e refletem seu desenvolvimento integral, ao provocar sintomas persistentes, disruptivos e patológicos. Num curto prazo, as consequências refletem-se no isolamento, baixa autoestima, aumento da ansiedade, medo, dificuldade em dormir, problemas alimentares, roubo

e mentira, dificuldade de concentração, baixo rendimento escolar, comportamento agressivo ou destrutivo, entre tantos outros. Por sua vez, quanto mais tempo as crianças e os jovens estiverem expostos aos atos de violência, as consequências serão danosas. Perdem a autoconfiança, fogem, poderão ser pais ou mães demasiadamente protetores ou demasiado agressivos, entre outros (Sani, 2006).

Cada vez mais se acredita que a criança ou o adolescente que assiste ao maltrato diário da sua mãe terá probabilidade de, no futuro, ser potencial agressor. Até porque, esse tipo de comportamento violento pode levar a criança a acreditar que essa é a única forma de socialização e, como tal, magoar, ou serem magoadas, por alguém que amam é correto. No entanto, no imediato, esse fenômeno pode trazer duas situações: a criança acredita ser o motivo dos atos violentos do seu progenitor e se sente responsável por isso. Como tal, entra em depressão, ou então, sobretudo as mais velhas, procuram proteger e defender as suas mães, podendo igualmente vir a ser agredidas (Silva, 2010).

Os estudos a respeito desse flagelo têm demonstrado que a exposição à violência interparental é fator de risco elevado para o envolvimento em relacionamentos futuros, o que aumenta a possibilidade da resolução dos problemas nas relações amorosas serem à base dos conflitos (Sani, 2011).

2.2 A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

A família é o primeiro e o mais importante agente socializador, na qual a criança constrói as suas bases a partir do conhecimento adquirido durante a sua experiência de vida primária, que vem a aprofundar em ambiente de escolarização formal. Por isso, “as duas instituições estão condenadas a cooperarem numa sociedade (altamente) escolarizada” (Perrenoud, 2001, p. 90).

Quanto mais a Escola identificar a família como parceira na educação escolar dos seus filhos, mais os pais se sentirão capazes de colaborar em atividades educativas. De fato, “(...) os pais que se envolvem têm maiores probabilidades de compreender os objetivos dos professores e das escolas e de serem mais apoiantes das mudanças propostas” (Perrenoud, 2001, p. 79). Para Silva (2010, p. 450), a relação escola-família pode “(...) contribuir para reforçar, manter ou atenuar desigualdades sociais e diferenças culturais”.

Na opinião de Nóvoa (2009), existem duas questões essenciais para resolver no âmbito da educação igualitária. Em primeiro lugar, será fundamental assegurar uma base comum de

conhecimentos a todas as crianças. Em segundo lugar, há a urgência de fomentar diferentes vias de escolaridade com percursos adaptados a projetos de cada criança, para que as famílias mais desfavorecidas reencontrem sentido na escola, de forma a assegurar não só o sucesso a todos os estudantes, como as suas famílias se envolvam nesse processo.

Assim, Escola e família têm papel ativo na educação das crianças, pois “esse papel e as regras que o regem precisam de ser negociadas, discutidas e construídas por todos os intervenientes” (Sarmiento & Marques, 2002, p.47).

Sousa e Sarmiento (2010, p.149), referem que relação escola/família envolve toda a comunidade, de forma a se conseguir “cultura de cidadania e um aprofundamento democrático, quer a nível representativo, quer participativo”. Ora, se “na nossa sociedade, o destino de uma família está, em parte, ligado à escolaridade dos seus filhos”, torna-se fundamental incutir na família a obrigação da cidadania, “consciencializando-os para a necessidade de participarem ativamente na vida escolar” (Perrenoud, (2001, p. 50).

A cooperação entre a escola e as famílias é promotora do sucesso escolar, do aumento da autoestima da criança e de atitudes positivas face ao aprendizado (Zenhass, 2006). Assim, é responsabilidade dos professores desenvolverem maior aproximação das famílias no contexto educativo da criança, promovendo a comunicação entre a escola e a família, envolvendo os pais em atividades de aprendizagem, tanto no âmbito escolar como em casa.

2.2.1 Envolvimento parental na escola

Em termos conceituais, é possível referir que o envolvimento parental pode ser entendido como a maneira de se apresentar distintos comportamentos e hábitos parentais, como a comunicação entre pais e filhos a respeito de aspectos relacionados com a Escola, envolvimento dos pais no contexto escolar ou ainda as regras que os pais impõem para a realização das tarefas escolares (Fan & Chen, 2001).

O primeiro contato educativo que a criança possui é no ambiente familiar, sendo muitas vezes o seu primeiro contato social. É por meio da figura parental que o ser humano, na sua infância, adquire princípios, desenvolve comportamentos sociais, cognitivos e psicológicos e forma as suas primeiras impressões de mundo, base para a sua formação da vida adulta (Idem).

Investigadores como Green, Walker, Hoover-Dempsey e Sandler (2007) são da opinião que o envolvimento parental se apresenta de duas formas: em casa e na escola. O envolvimento

parental em casa pode ser definido como as interações entre pais e filhos fora da escola ao verificar, sobretudo, em comportamentos individuais ligados as atividades escolares.

Estudos comprovam que o envolvimento parental com as crianças em casa contribui para o desenvolvimento de competências na leitura e na escrita (Epstein, 1991).

O **envolvimento parental na escola** está ligado a atividades realizadas pelos pais em contexto escolar como, por exemplo, a sua participação em reuniões escolares, ou até mesmo o voluntariado no apoio da preparação de viagens de estudo (Green, Walker, Hoover-Dempsey & Sandler, 2007).

A partir do momento em que a criança entra na escola passa a adquirir uma maior capacidade de autonomia, começando a conviver com outras crianças e adultos que não as do seu contexto familiar, trazendo-lhes uma nova dimensão do mundo social. Isto é, a entrada na escola proporciona-lhe duas formas de socialização que são a própria escola e as relações sociais com os outros (Kerns, *et al.*, 2001).

As práticas educativas refletem esses novos domínios sociais e representam a capacidade dos pais em supervisionar e monitorizar as experiências dos filhos na escola e perceber as suas vulnerabilidades a situações de *stress* ou conflito em certos aspectos sociais.

Nesse sentido, funcionando a família como agente socializador primário, tem um papel essencial no desenvolvimento psicossocial dos filhos. Como tal, a forma como se dão as relações no ambiente familiar, vão-se refletir “no desenvolvimento cognitivo, orgânico, ético e moral dos seus membros, durante todo o ciclo vital” (Nascimento & Fernandes, 2017, p. 283).

Cada prática parental possui resultado, sobretudo no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem dos filhos. Como tal, as práticas educativas parentais estão ligadas às estratégias que os pais utilizam para alcançar objetivos específicos em diferentes domínios (acadêmico, social, afetivo) ligados a determinadas condições e contextos (Idem).

Na opinião de Weber (2017), as práticas educativas parentais estabelecem a maneira como as crianças se comportam e influenciam a formação da sua personalidade, bem como o estabelecimento de futuros padrões relacionais enquanto adultos.

Baumrind (1966, cit. por Weber, 2017) tendo em atenção essa preocupação, desenvolveu um modelo teórico denominado de “estilos parentais”. A autora propôs a existência de três estilos parentais: o **estilo autoritário**, o **estilo participativo** (autoritativo) e o **estilo indulgente** (permissivo). Mais tarde, Maccoby e Martin (1983, cit. por Weber et al., 2004) adicionaram o estilo **negligente**.

A negligência está relacionada a uma prática educativa, cujo comportamento é considerado antissocial. Para Reichert e Wagner (2007), o perfil das famílias que utilizam essa prática para educar seus filhos possuem a característica emocional da carência, sendo consideradas nem exigentes, nem responsivas. São pais que não se preocupam com as necessidades dos filhos, mas sim em resolver suas próprias necessidades e desejos, tornando as crianças figuras de segundo plano.

O estilo de educação parental **autoritário** é descrito por Baumrind (1966, cit. por Weber, 2017) como aquele que os pais impõem, de maneira autoritária, controle e regras aos filhos. Esses pais valorizam obediência total, recorrendo a medidas punitivas (verbais ou físicas) com o objetivo de os seus filhos se portarem de acordo com a sua imposição. Ao realizar um estudo com crianças filhas de pais autoritários, Baumrind descobriu que essas, em geral, apresentavam um temperamento infeliz. As crianças pareciam distantes, hostis, ansiosas e com pouco controle diante de suas próprias emoções negativas. Ao nível escolar, essas crianças apresentavam um comportamento passivo. Todavia, se a pressão por parte dos pais fosse demasiada forte, apresentavam hostilidade e agressividade contra as autoridades. Paralelamente, apresentavam piores desempenhos em competências sociais, humor inconstante, o que as tornava pouco afetuosas.

No **Estilo Participativo ou democrático**, os pais conseguem ajustar a sua atitude às particularidades dos seus filhos. Têm supervisão firme diante da disciplina dos seus filhos, com a criação de normas e limites, num clima de afetividade, ao proporcionar uma comunicação positiva. Os filhos de pais que utilizam esse estilo parental educativo apresentam excelente autoestima, habilidades sociais fantásticas, são otimistas, com bom desempenho acadêmico e desenvolvimento de resiliência.

Quanto ao **Estilo indulgente (permissivo)**, esses pais, se por um lado apoiam e dão atenção emocional aos seus filhos, por outro lado não conseguem direcionar as atitudes dos seus filhos com firmeza. Por norma, são pais que têm receio que seus filhos os culpem das constantes ausências por causa do trabalho e, como tal, a forma de compensá-los é serem permissíveis nas suas atitudes. Baumrind (1966, cit. por Weber, 2017), no seu estudo, verificou que as crianças educadas segundo esse estilo parental, eram teimosas, provocadoras, rebeldes e incapazes de regular a maior parte das emoções que enfrentavam. Como consequência, essas crianças apresentavam problemas comportamentais, e tinham pior desempenho na escola. No entanto, podiam ter uma excelente autoestima, ótimas habilidades sociais e baixos níveis de depressão.

Em termos futuros, porque essas crianças não aprenderam a ter regras comportamentais, existe algum risco de se envolverem em drogas.

Finalmente o estilo parental **Negligente**. Para Maccoby e Martin (1983, cit. por Weber et al., 2004), os pais negligentes são pouco exigentes e pouco responsivos; tendem a fugir das inconveniências e adversidades trazidas pelos filhos, de forma a não se envolverem com os seus papéis de pais.

São assim considerados pais ausentes e trazem efeitos negativos em crianças que não recebem a atenção necessária para se desenvolverem como adultos completos. Essas crianças apresentam o pior desempenho em todas as áreas do saber e podem desenvolver problemas afetivos e comportamentais. Apresentam baixo desempenho acadêmico e baixas habilidades sociais com futuro comportamento antissocial.

Assim, o modelo que define um Estilo Parental, é um conjunto de atitudes e discursos ligados à criança que gera “clima emocional familiar” e acarreta diferentes consequências ao seu desenvolvimento. Por isso mesmo, ao ser definido o estilo parental tem-se de ter em conta em que clima emocional as práticas parentais se expressam (Darling & Steinberg, 1993).

É possível ainda verificar que as práticas parentais adotadas pela família exercem influência significativa no rendimento escolar das crianças. Como foi dito, cada prática parental contém um resultado, sobretudo no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem dos filhos. Por isso, é importante observar o perfil das crianças para identificar se alguma vivência um contexto familiar de violência. A utilização da punição física como prática disciplinar praticada pelos pais, não só reafirma o seu poder diante dos filhos, favorecendo a sua instabilidade, como deteriora a relação recíproca e de afeto entre eles. O uso indiscriminado de castigo físico causa comportamento abusivo, o que gera inúmeras sequelas para a criança (Cecconello, DeAntoni, & Koller, 2003).

É nesse contexto que os professores, as escolas e os profissionais da saúde tornam-se instrumentos “chave” para desempenhar o seu papel na prevenção da violência, não só através da identificação e notificação de casos, como pelo redimensionamento da própria atuação (Frota et al., 2015).

O estudo de Caglar (1983) tornou evidente a importância do ambiente familiar para a Escola, ao afirmar que “a criança escolar depende grandemente da criança familiar”. Nesse sentido:

“A rejeição da escola na adolescência tem, muitas vezes, as suas raízes na primeira infância e em insucessos escolares precoces. Mas, fracassos dos estudantes indiciam, por vezes, fracassos da família, com relações

perturbadas, sentindo-se a criança descompensada afetivamente e sem motivação intelectual” (Caglar, 1983, p. 16).

Sendo assim, Faerman (2014) observou a importância de avaliar o perfil socioeconômico das crianças e adolescentes que vivenciam em seu cotidiano a violência doméstica contra suas mães e constatou que:

“[...] 42% dos pais e/ou responsáveis de crianças e adolescentes que presenciam violência são casados. Enquanto 32% mantêm união estável, 16% são separados, 6%, divorciados, 3% são solteiros e 1%, viúvos. [...] Apesar dos índices de violência doméstica contra a mulher no Brasil não serem fidedignos, dada a omissão na prática da denúncia, os estudos demonstram que a maioria das vítimas são negras, têm filhos, são casadas ou convivem com seus parceiros. Informação corroborada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2011), que afirma que 57,9% das mulheres vítimas de violência doméstica são casadas, alertando, ainda, para o fato de que “68,1% dos filhos presenciam a violência e 16,2% sofrem violência junto com a mãe” (Idem, p. 107).

Além disso, observou-se que, quem mais sofre/presencia violência doméstica, são as crianças, ao apresentarem atitudes agressivas e impulsivas, que reproduzem o que vivenciam em casa.

“Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990, art. 2º), considera-se criança toda pessoa com idade até doze anos incompletos e adolescente aqueles com idade entre doze e dezoito anos incompletos. A partir desse indicativo, constatou-se, nos prontuários, 136 casos de crianças e 93 de adolescentes. Estudos revelam que existem diferenças nas manifestações comportamentais das crianças e adolescentes de sexos diferentes. Os meninos tendem a apresentar queixas externalizadas e as meninas, queixas internalizadas” (Idem, p. 109).

Importante ressaltar a diferença existente na reação de meninos e meninas perante a presença da violência doméstica em seu cotidiano, ou seja, meninos tendem a demonstrar com maior facilidade as queixas a respeito da violência e as meninas se tornam mais introspectivas, internalizando o sofrimento (Faerman, 2014).

A importância de identificar esse perfil tem a ver com o fato de, muitas vezes, as crianças que presenciam atos de violência doméstica, com receio de sofrer algum tipo de violência, ou de perder sua família, acabam por manter segredo a respeito do sucedido.

Alguns sinais de que crianças sofrem violência doméstica são a introspecção, baixo rendimento escolar, agressividade com outros colegas e transtornos alimentares. No entanto,

um dos mais preocupantes é o baixo rendimento escolar que muitas vezes resulta em abandono, levando a criança ou adolescente a envolver-se em contextos de violência.

“Elementos correspondentes ao autoconceito propõem uma pré-disposição das crianças vítimas de violência doméstica e consideram que o motivo da agressão está diretamente ligado aos motivos internos, de sua responsabilidade. A inclinação a tomar a culpa para si nos resultados negativos, agregada a uma visão negativa de si própria, pode alterar a maneira de se comportar diante das adversidades e pode provocar uma diminuição na motivação, dificultando que assumam novas responsabilidades e compromissos na vida” (Ricas, 2010, p. 215).

É essencial que haja qualidade do ambiente físico e relacional para a formação da criança e do adolescente. Estudos realizados por Martins e Carvalho (2006) comprovam a importância e influência na relação da qualidade do ambiente familiar com o sucesso dos estudos e nas relações sociais das crianças e adolescentes. O ambiente doméstico é o primeiro contato, é a base social e de aprendizagem do ser humano. Portanto, o que se vivencia na infância nesse ambiente irá refletir-se nos outros ambientes de aprendizado e de socialização, interferindo, assim, em sua vida escolar e processo educativo.

Demonstrar interesse pelo dia a dia escolar da criança e apoiá-la no momento da realização da tarefa escolar, faz com que esta se sinta mais segura na realização das suas atividades.

Como foi afirmado, o envolvimento dos pais no cotidiano escolar dos seus filhos nas atividades planejadas e executadas pela escola, pode favorecer o sucesso no processo de aprendizado dos seus filhos. No entanto, é importante que a escola tenha consciência a respeito da verdadeira importância dos pais nesse processo e, em conjunto, ajustem os seus ritmos de atuação, recriem os significados de cada um dos envolvidos a respeito da importância da educação escolar (Chechia & Andrade, 2005).

É essencial desenvolver projetos que, conforme foi asseverado, envolvam a família na escola, ao aumentar a sua participação nas atividades desenvolvidas pelo seu aluno. Uma das formas passa, por exemplo, pela necessidade da família conhecer e participar no **Projeto Político Pedagógico** (PPP) da escola. Na verdade, toda a comunidade escolar deveria participar na construção do PPP de forma a dar a conhecer à escola as necessidades e os desejos das famílias e dos alunos e assim poder desenvolver atividades que levem a uma maior participação da família (Veiga, 2013).

Para que isso aconteça, a família tem de se envolver, assumidamente, nos órgãos competentes da escola, como, por exemplo, no **Conselho Escolar** uma vez que é esse órgão

(consultivo e deliberativo) que trata dos problemas financeiros, administrativos e pedagógicos da instituição, e, como tal, contribui para a realização de novos projetos e propostas que visem a melhoria da qualidade educativa. Ora, esse órgão apresenta-se assim como alternativa de transformação da escola e também de compromisso no processo educativo das crianças. Não obstante, a participação efetiva na escola, obriga a uma maior abertura da escola, ao permitir que venha a conhecer melhor o meio envolvente, como funciona, o que deseja, qual a sua finalidade, entre tantos outros. A organização e funcionamento do Conselho Escolar garantem a participação de todos na organização da escola (os diretores, professores, equipe pedagógica, funcionários administrativos, estudantes, pais, entre outros) e a sua ação deve ser constantemente ampliada procurando atingir os objetivos estabelecidos. Todos têm papel estratégico no processo de democratização e de construção da cidadania, rumo a uma escola de qualidade. É um espaço de diálogo, de respeito às diferenças e de estabelecimento de consenso em torno do que se quer para a escola (Paro, 2007).

2.3 IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PERCURSO EDUCATIVO E COMPORTAMENTOS DA CRIANÇA E DO JOVEM

As crianças e os jovens, como elementos da família, podem estar expostos a diversas formas de agressões diretas ou indiretas. No primeiro caso, a criança é alvo de violência física, psicológica, sexual ou negligência. No que diz respeito à forma indireta de agressão, esta ocorre quando a criança ou jovem assiste, escuta ou convive com casos de violência entre os pais (Paulino, 2016). Ambas as situações são prejudiciais e podem alterar profundamente o seu desenvolvimento (Dias, 2013).

Estudos comparativos sobre famílias violentas e não violentas, referem que, crianças e jovens que assistem à agressão das suas mães, apresentam um quadro superior de perturbações traumáticas, expressivo predomínio de comportamentos agressivos, e reduzidas competências sociais (Moura, 2016; Domith & Lourenço, 2016).

Quando as crianças e jovens descrevem a sua vivência ante a violência interparental, são verificadas reações emocionais negativas, desde sentimentos de medo, tristeza e raiva, desenvolvendo assim um impacto negativo ao nível do seu ajustamento (Mendes & Sani, 2015).

Em termos de impacto no rendimento acadêmico, o estudo comparativo realizado por Pereira, Santos e Williams (2009, pp. 19-28), a partir de dois grupos formados por crianças vitimizadas (Grupo A) e crianças não-vitimizadas (Grupo B) encontraram os seguintes resultados:

“O desempenho escolar do grupo A foi inferior ao dos participantes do grupo B; as crianças do grupo A apresentaram menor competência no nível da escrita, leitura e nos subtestes de Aritmética; as crianças do grupo A foram avaliadas pelas professoras como sendo crianças que apresentavam rendimento escolar inferior aos demais alunos. A comparação entre os grupos indicou significativos prejuízos e dificuldades para o desenvolvimento cognitivo de crianças vítimas de violência doméstica em relação a crianças não-vítimas, fato que merece atenção das famílias e da sociedade como um todo”.

Tal situação foi igualmente observada por Preto e Moreira (2012, p. 732), ao identificarem que “filhos de vítimas obtiveram rendimento acadêmico inferior ao dos filhos de não vítimas”.

“Outro destaque vai para o fato de que a variação dessas consequências para as vítimas também está relacionada ao apoio social e afetivo por elas obtidos e para elas oferecidos após a ocorrência do ato violento. Tal situação não ameniza a gravidade e a complexidade do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, mas revela que a rede de apoio social e afetiva pode atenuar as consequências da violência para as vítimas” (Barros, 2015, p 110).

É interessante observar que, mesmo em ambiente de violência doméstica, se a criança e o adolescente receberem de outro familiar apoio social e afetivo, o quadro de desenvolvimento de atitudes violentas pode diminuir, uma vez que encontrará o apoio emocional e a base familiar que necessita nessa fase de formação da sua personalidade.

Nesse sentido, defende Faerman (2014, p. 112):

“Ainda que de modo inconsciente, muitas crianças e adolescentes buscam alternativas para lidar com essa realidade, e a agressividade torna-se um meio de expressão em relação ao quadro vivenciado. Há uma tendência a atitudes mais violentas entre crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência”.

Em outro estudo comparativo, Balista (2004, cit. por Faerman, 2014) registra maior propensão à agressividade nesses casos, ao ressaltar que a sujeição à violência interpaparental provoca baixo rendimento escolar, distúrbios físicos e emocionais, como apatia, ansiedade e tristeza.

Faerman (2014, p.114) concorda com Balista (2004) ao referir que “o convívio de crianças e adolescentes em ambientes familiares violentos ultrapassa as barreiras do testemunho e repercute em suas histórias, identidades e memórias”. Se a sua base familiar for de violência, a criança tenderá a reproduzir os atos violentos em contexto escolar, junto dos seus colegas.

Martins e Carvalho (2006, p. 249-260) também alertam:

“O êxito escolar do aluno começa em casa. Os pais são os educadores primários e primeiros dos seus filhos e eles conseguem incrementar melhor o desenvolvimento de novas habilidades quando têm competências educativas seguras. É no ambiente familiar que estão as raízes, as motivações escolares, é lá que se constrói o desejo de ler, de escrever, de contar, de falar, de amar. Na família desenvolve-se um conjunto de interações entre pais e filhos e entre o próprio casal, revestindo-se estas relações mútuas de grande importância na consolidação do equilíbrio emocional da criança e, consequentemente, no seu desenvolvimento pessoal. A falta de afetividade e os conflitos constantes no seio familiar condicionam negativamente o seu sucesso escolar”.

Em contrapartida, Brancalhone, Fogo e Williams (2004) realizaram um estudo onde observaram que, crianças entre 7 e 11 anos de idade, embora tivessem presenciado atos de violência doméstica, tal não influenciou o seu desempenho escolar. Junqueira e Deslandes (2003, cit. por Barros, 2015, p. 107) corroboram desta opinião ao afirmarem que:

“Algumas crianças que passaram e/ou passam por maus tratos podem não apresentar o quadro de consequências psicológicas, emocionais e comportamentais descrito pela literatura, “sendo possível encontrar caminhos de (re)construção de suas próprias vidas” (p. 228), não significa, entretanto, que essas crianças tenham superado de todo as vivências traumáticas, mesmo quando há o controle de outros fatores”.

Além do trabalho de resiliência e apoio sócio afetivo que deve ser realizado com as crianças vítimas da violência doméstica, Barros (2015) observou que deve ser efetuado um trabalho com os pais, por meio de grupos de apoio, atitudes interventivas, mostrando que tais atitudes violentas, mesmo que sejam no intuito de educar ou manter o controle e a ordem, afetam negativamente os seus filhos, nos aspectos emocional, mental, social e afetivo:

“Com merecido destaque entre os profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social e Educação, a violência doméstica contra crianças e adolescentes é considerada um problema social e de saúde pública. Sua existência pode ser entendida como criação e instrumento humano, cujo uso também pode ser regido e justificado pela sua utilidade e por seu caráter meio-fim” (Idem, p. 103).

Concorda Assis (2012) que é de suma importância o olhar atento dos profissionais da saúde e da Educação em relação ao comportamento das crianças, uma vez que estão em contato direto com elas, contribuindo assim para a realização de intervenções e prevenções da violência. Até porque, em muitos casos, esse vivenciar da criança da violência doméstica, leva, como foi dito, a um baixo desempenho escolar, e até mesmo ao abandono escolar (Tanaka, et al., 2015). Muitas dessas crianças e jovens manifestam limitadas aptidões verbais e de alfabetização (Thornton, 2014). As próprias escolas relatam que essas crianças chegam à sala de aula traumatizadas, com altos níveis de agitação emocional e extrema ansiedade. Relatam ainda casos em que se verifica uma relação direta entre crianças e jovens expostas à violência familiar com o aumento da ocorrência de conflitos em sala de aula (Silva, 2014). São ainda referidas situações em que esses filhos fingem doenças para não irem para a escola, de modo a ficarem perto das suas mães, vítimas de violência doméstica, prejudicando-se a nível escolar (Mendes & Sani, 2015).

Assim, apesar de alguns estudos indicarem dados contraditórios, a violência familiar perturba e causa impacto negativo na família, comprometendo a segurança, o desenvolvimento adequado e o desenvolvimento educativo das crianças e jovens.

2.4 O PAPEL DO DIRETOR/GESTOR ESCOLAR NA PREVENÇÃO DA (IN)DISCIPLINA E VIOLÊNCIA

Sempre que nos deparamos com um aluno violento, a primeira reação será a de procurar detectar as causas que o levaram a ter este tipo de comportamento. Muitas vezes, e como referimos, por detrás dessas atitudes violentas está o problema da violência intrafamiliar. O abandono, a negligência as privações afetivas por parte dos pais acabam por se refletir no comportamento da criança na escola.

Neste contexto, o papel do **Diretor/gestor escolar** é fundamental no combate à violência e à indisciplina. Uma gestão escolar democrática e participativa, que envolva toda a comunidade educativa, funciona como estratégia eficaz na prevenção e combate da violência na escola. Para Carneiro (2000, p. 77) “as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de resgate da efetiva função social da escola, através de um trabalho de construção coletiva entre todos os agentes da escola e, destes com a comunidade”. Na opinião de Luck (2006, p. 30) a participação é “um processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada

de decisão” sendo “caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade e reversão”. Santos (2009) acredita que a “participação conjunta” é uma forma efetiva do exercício de cidadania. Para o autor, gestores, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade deverão estar inseridos e mobilizados na comunidade educativa, e isso só acontece se o Conselho Escolar e as equipes pedagógicas funcionarem em pleno. Só assim a Escola consegue pensar em estratégias de combate à violência e indisciplina, pois, como refere Cury (2002, p. 128) “a escola não é por natureza, local de violência. A escola deve ser o lugar onde os conflitos se resolvem pela palavra”. Para o autor, a clareza e “impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, responsabilidade e competência”, são fundamentais para a concretização de uma verdadeira gestão democrática promotora de um ensino de qualidade e de combate à violência escolar.

A UNESCO-Brasil (2002) através de um estudo aprofundado concluiu que a violência é promotora de um ambiente desfavorável à aprendizagem, prejudicando o desempenho do aluno e desmotivando professores e a própria gestão da escola. Como tal, é preciso haver uma interligação entre a **cultura organizacional** e o desenvolvimento do docente para que a gestão possa atuar junto da coordenação, na construção de um processo de ensino e aprendizado ativo, que promova a consciencialização da luta contra a violência escolar. Por isso mesmo, só uma **gestão efetivamente democrática e colaborativa** pode combater este flagelo da violência que, na maioria das vezes, é resultado da violência vivenciada em casa pela criança.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DO ESTUDO

No capítulo que se inicia serão apresentados os princípios metodológicos deste estudo, em interligação entre a fundamentação teórica e empírica, procurando encontrar resposta para a nossa questão de partida. Assim, neste capítulo explicita-se a importância da investigação, a problemática, a questão da partida, os objetivos do estudo (geral e específicos), as opções e estratégia metodológica, as fontes e os instrumentos de recolha de dados, a contextualização do estudo e, por último, os sujeitos da pesquisa.

3.1 PROBLEMÁTICA

A violência exercida contra as mulheres e crianças nem sempre foi considerada um problema social. No entanto, graças à alteração dos comportamentos sociais, hoje, mais do que um problema social, é considerada um crime, podendo ser denunciada por qualquer um de nós. É uma evolução clara, no sentido da não aceitação de atos de violência contra as mulheres e um avanço em termos de defesa dos Direitos Humanos mais fundamentais. Ademais, só em 2006, a mulher brasileira conseguiu que fosse promulgada a Lei Maria da Penha 11.340, que protege das diferentes formas do flagelo da violência intrafamiliar.

A literatura da especialidade demonstra que todos aqueles que sofrem violência intrafamiliar, bem como os que testemunham esses abusos, podem, de algum modo, vir a manifestar graves problemas emocionais, comportamentais e cognitivos, o que, de alguma forma obsta a sua socialização completa. No que concerne à violência doméstica contra crianças e adolescentes, esta é maioritariamente praticada pelos pais, podendo incidir em abusos físicos sexuais e psicológicos, trabalho infantil e negligência física e emocional.

Tanto a criança como o adolescente estão em fase de desenvolvimento e, para que isso ocorra de uma forma equilibrada, é necessário que o ambiente familiar proporcione condições saudáveis de desenvolvimento, o que implica estímulos positivos, equilíbrio, boa relação familiar, vínculo afetivo, diálogo, entre tantos outros (Weiss, 2004).

Quando essa criança chega à escola, a literatura refere que, por norma, o seu desempenho escolar vai sofrer consequências, como dificuldade de aprendizado, pouco aproveitamento, falta de motivação, evasão escolar, repetência e, muitas vezes a necessidade de educação especial.

Nesse contexto, ao ser detectado o problema, a solução passa por estratégias de apoio que têm de ser trabalhadas juntamente com a família.

3.2 PERGUNTA DE PARTIDA

Frente ao contexto da interferência da violência doméstica no processo de aprendizagem de educandos, recordemos a nossa questão de partida:

- **De que forma a Escola pode atuar em casos de violência intrafamiliar, que influenciam os comportamentos e desempenho escolar das crianças vítimas de violência?**

3.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

3.3.1 Objetivo geral

Frente à problemática apresentada, recordemos igualmente o nosso **objetivo geral**:

- Analisar o papel da comunidade educativa na prevenção de casos de violência intrafamiliar de forma a otimizar o ensino e aprendizagem de estudantes em situação de risco de uma escola pública municipal, do Ensino Fundamental, de Goiânia-Goiás-Brasil.

3.3.2 Objetivos específicos

- Analisar o impacto que o tipo de relação e coabitação mantida entre vítima, agressor e filhos, causa nos comportamentos e desempenho escolar dos filhos;
- Verificar se a Diretora/gestora, as coordenadoras e os professores da escola em análise estão preparados para detectar crianças vítimas de violência doméstica;
- Averiguar o impacto da violência doméstica em alunos que manifestam indisciplina e o insucesso escolar.

3.4 OPÇÕES E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Quando se inicia qualquer pesquisa científica, a escolha do método é importante (Punch, 1998). No presente estudo, recorreu-se a uma metodologia de natureza qualitativa.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a expressão investigação qualitativa significa, num sentido genérico, um conjunto de estratégias de pesquisa com características comuns, descrevendo pessoas, comportamentos, locais, diálogos, ou seja, dados de difícil tratamento estatístico.

Enquanto metodologia mais apropriada ao presente trabalho, a pesquisa qualitativa será realizada com objetivo exploratório por meio da pesquisa documental e da entrevista aos sujeitos selecionados (Diretora/gestora, coordenadoras e professores) através da análise de conteúdo, segundo categorias de análise (Bardin, 2011).

Paralelamente, a estratégia de investigação que se afigurou mais adequada a esse trabalho foi o estudo de caso, uma vez que se procura compreender em profundidade, a temática relacionada com a violência doméstica e o seu impacto na aprendizagem do estudante.

O estudo de caso, como estratégia de investigação, é estudado por autores, como Yin (2005), Flick (2009) e Stake (2012), que salientam a relevância em analisar detalhadamente, e numa perspectiva multidimensional, a mesma realidade, como é o caso desse objeto de estudo. Na opinião de Stake (2009 p. 147), o caso é “algo que não compreendemos de forma suficiente, mas queremos compreender e, portanto, fazemos um estudo de caso”.

3.5 FONTE E INSTRUMENTO DA RECOLHA DE DADOS

Para melhor conhecer a forma como a escola em análise enfrenta a problemática da violência doméstica e o impacto nos seus estudantes, serão usadas fontes documentais, bem como a entrevista aos sujeitos participantes.

3.5.1 Projeto Político Pedagógico (PPP)

As fontes documentais constituem estratégia fundamental no estudo de caso. A informação recolhida pode servir para contextualizar o caso, acrescentar informação ou para validar evidências de outras fontes.

Um dos documentos estruturantes que analisamos foi o Projeto Político Pedagógico (PPP). É necessário estudar o plano de ação da instituição, no que concerne à intervenção, face a casos de indisciplina, insucesso, problemas de inclusão e de abandono escolar, e relação escola família. Dessa maneira, é possível enquadrar e influenciar o desenvolvimento pessoal e educacional dos alunos, influenciando na prevenção da violência doméstica e na qualidade do processo de aprendizagem dos alunos.

3.5.2 Entrevista

A entrevista é uma das fontes de informação mais importantes e essenciais nos estudos de caso (Yin, 2005). Como afirma Ribeiro (2008, p. 141):

“A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporar novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores”.

Tendo como base o pensamento de Gil (2009), optou-se pela entrevista estruturada, a qual se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados. Algumas das principais vantagens em se utilizar a entrevista estruturada, estão na sua rapidez e no fato de não exigir exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos.

As entrevistas foram realizadas, como referido anteriormente, à Diretora/gestora, a duas coordenadoras e a cinco professores da escola. Antes de dar início ao processo da recolha de dados, e a partir de leituras, elaborou-se o guião das entrevistas, não sem antes ter solicitado a respectiva autorização para a sua realização.

Os encontros com os sujeitos participantes decorreram de forma individual, de acordo com a disponibilidade de cada um. Deu-se início à entrevista com a apresentação, fez-se breve exposição do tema e dos objetivos da pesquisa e, de seguida, pediu-se autorização para registrar as conversas, que foram gravadas, com o compromisso de que seriam confidenciais e apagadas no final da transcrição.

As informações foram levantadas e tratadas segundo os procedimentos da análise de conteúdo (Bardin, 2011). A análise de conteúdo tradicional, estruturada em categorias e subcategorias, parte de um quadro positivista lógico-dedutivo (Guerra, 2006). Nesse tipo de

análise, as categorias são a centralidade da análise, realizada pelo pesquisador, que desmonta os discursos e agrupa os fragmentos, nas categorias definidas (Flick, 2009; Stake, 2012).

3.6 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

3.6.1 Contexto geográfico e social

A pesquisa foi realizada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, situado na região Centro Oeste do Brasil.

A escola está localizada no bairro Buena Vista IV, zona Oeste de Goiânia. Trata-se de uma das comunidades localizadas às margens da Rodovia BR-060 e um dos Bairros mais distantes do centro da cidade. Parte dos lotes foi vendida, a partir de 2008, às populações de baixa renda, provenientes de áreas de risco.

A escola Municipal foi inaugurada em 26 de agosto de 2010. Tem estrutura de 17 salas de aula “em que 10 salas ficam em 1 pavilhão de 2 andares e as outras duas ficam no pavilhão ao lado onde era destinado a biblioteca e laboratório, 5 salas no pavilhão construído em caráter emergencial de material alternativo e área entre as salas novas” (PPP). Ademais, tem 4 banheiros para estudantes (com 3 sanitários cada um), que são 2 masculinos e 2 femininos, 1 para Educação Infantil e 3 banheiros para funcionários (com 1 sanitário cada um), ou seja, 1 masculino, 1 feminino e, finalmente 1 banheiro para crianças com mobilidade reduzida (PPP). A escola dispõe ainda:

“ 1 cozinha, 1 depósito de merenda escolar, 1 depósito pequeno que fica debaixo das escadas, 1 sala pequena com tanque, 1 secretaria, 1 direção, 1 sala de coordenação pedagógica, 1 sala coordenação de turno, 1 sala de professores, corredores de acesso aos 3 bebedouros com jato e 2 de torneira convencional e parquinho com 6 brinquedos. Há 2 salas pequenas, onde uma funciona como almoxarifado e a outra é utilizada para aplicação de intervenções pedagógicas; 1 espaço coberto chamado de centro de convivência que também é utilizado para realização de aulas de educação física e três espaços cobertos por tendas , sendo 01 destinado ao parquinho e 02 para aulas de intervenção pedagógica e/ou atividades recreativas” (PPP).

A escola comporta 854 estudantes, distribuídos pela Educação Infantil (04 e 05 anos), e Educação Fundamental, Ciclo I (do primeiro ao terceiro ano) e Ciclo II (do quarto ao sexto ano). Funciona nos dois turnos. Conta com estudantes matriculados, distribuídos em:

- Educação Infantil - Pré-escola
 - Aulas nos períodos da **Manhã e Tarde**
 - Número de turmas 4 / Média de estudantes por turma: 19
- Ensino Fundamental de 9 anos - 1º Ano
 - Aulas no período da **Tarde**
 - Número de turmas 5 / Média de estudantes por turma: 22
 - Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
 - Educação Física
- Ensino Fundamental de 9 anos - 2º Ano
 - Aulas no período da **Tarde**
 - Número de turmas 5 / Média de estudantes por turma: 23
 - Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
 - Educação Física
- Ensino Fundamental de 9 anos - 3º Ano
 - Aulas no período da **Tarde**
 - Número de turmas 5 / Média de estudantes por turma: 26
 - Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
 - Educação Física
- Ensino Fundamental de 9 anos - 4º Ano
 - Aulas no período da **Manhã**
 - Número de turmas 5 / Média de estudantes por turma: 24
 - Inglês
 - Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
 - Educação Física
- Ensino Fundamental de 9 anos - 5º Ano
 - Aulas no período da **Manhã**
 - Número de turmas 5 / Média de estudantes por turma: 27

- Inglês
- Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
- Libras
- Educação Física
- Ensino Fundamental de 9 anos - 6º Ano
 - Aulas no período da **Manhã**
 - Número de turmas 5 / Média de estudantes por turma: 30
 - Inglês
 - Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
 - Educação Física

Para além dos 854 estudantes, a escola conta com 46 professores e 21 administrativos (PPP)

3.7 SUJEITOS DO ESTUDO

A escola em análise conta com 1 Diretor, 3 Coordenadores e 46 professores, ao somar os 3 turnos (matutino, vespertino e noturno), de todas as áreas do saber e de todos os anos curriculares. Dentre os sujeitos, foram entrevistados a Diretora/Gestora, 2 Coordenadoras e 5 Professores.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo estão descritos os resultados da investigação realizada na escola que serviu de objeto a este estudo por meio da aplicação das entrevistas realizadas aos sujeitos participantes. As entrevistas foram sujeitas a uma análise de conteúdo, segundo categorias de análise que foram estabelecidas *à priori* mas ajustadas *à posteriori*.

Os entrevistados foram codificados com as seguintes nomenclaturas:

Diretora (**D**); Coordenadoras (**C1** e **C2**) e Professores: **P1**, **P2**, **P3**, **P4**, e **P5**.

4.1.1 Caracterização dos Sujeitos Entrevistados

Tabela 1 - Síntese do perfil dos entrevistados

Sujeitos	Idade	Sexo	Formação Acadêmica	Tempo na Instituição	Série que leciona	Disciplina	Turno
D	56	F	Graduação em Letras e Português	2 anos			
C1	53	F	Graduação em Pedagogia e Especialista em Educação Especial	9 anos na escola e 5 anos na coordenação			Coordenadora pedagógica nos 2 turnos
C2	38	F	Graduação em Pedagogia	5 anos			Coordenadora pedagógica nos 2 turnos
P1	47	F	Pedagogia e especialização em Pedagogia	2 meses	1º ano	Todas	Vespertino
P2	26	M	Licenciatura em Matemática	1 ano e 3 meses	6º ano	Matemática	Matutino
P3	48	F	Licenciatura e mestrado em Educação Física	3 anos	4º e 5º ano	Educação física	Matutino
P4	34	F	Licenciatura Matemática. Pós-graduação em Educação Especial	7 anos	1º e 5º anos	Matemática e alfabetização	Matutino Vespertino
P5	34	F	Graduação em Pedagogia, pós-graduação em Pedagogia	9 anos	Educação infantil	Artes	Matutino

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar a tabela 1, verifica-se que dos 8 (oito) entrevistados, somente 1 (um), **P2**, é do sexo masculino. Essa realidade vem de encontro à tradição da feminização da docência no Ensino Fundamental.

Quanto à **Faixa etária**, os entrevistados têm idades compreendidas entre 26 (vinte e seis) e 56 (cinquenta e seis) anos.

Ao constatar as suas formações académicas, verifica-se que 3 (três) têm somente a graduação: a Diretora (**D**), **C2** e **P2**. Todos os outros têm especialização ou o grau de mestre (**P3**). Ou seja, sendo a formação continuada uma das garantias para a qualidade da Educação, ao aprofundarem os seus conhecimentos, estes docentes estão a beneficiar a qualidade pedagógica da instituição.

Não obstante, convém referir que, no que diz respeito à Diretora/Gestora e às coordenadoras, apenas **C1** tem pós-graduação, embora não seja na área da Administração Educacional. Nesse contexto, nenhuma das 3 (três) entrevistadas (**D**, **C1** e **C2**) realizou formação específica para os cargos que desempenham.

Ao prosseguir com a análise da tabela 1, constatou-se que a maioria dos sujeitos participantes está na instituição há algum tempo, o que demonstra uma certa estabilidade do corpo docente. **P1** é o mais recente, encontrando-se na instituição há apenas 2 meses. **P2** é docente há 1 ano e 3 meses. A Diretora (**D**) está na Instituição há 2 anos. Os demais docentes estão na escola nos seguintes períodos de tempo: **P3**, 3 anos; **C2**, 5 anos; **P4**, 7 anos; **C1** e **P5**, 9 anos.

4.2 ANÁLISE CATEGORIAL DAS ENTREVISTAS

4.2.1 Diretora e Coordenadoras

Tabela 2 - Conceito de violência doméstica

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	D (oc)	C1 (oc)	C2 (oc)
Conceito de violência doméstica	Maus tratos dados às mulheres na região	1	0	0
	Quando mãe e filhos sofrem de maus tratos	0	1	0
	Todo o tipo de agressão física e psicológica, verbal	0	0	1

Legenda: oc = ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito à entrevista Diretora/Gestora e Coordenadoras, segundo o guião previamente elaborado (ver apêndice), segue-se a análise categorial. Considera-se quatro

categorias, definidas *a priori*, mas ajustadas *a posteriori* (Stake, 2009), com contagem de ocorrências, por subcategoria.

Ao iniciar a análise, de forma genérica, recorda-se que a Diretora é graduada em Letras e Português e ocupa o cargo há dois anos. As Coordenadoras são licenciadas em Pedagogia. **C1** tem uma Pós-graduação em Educação Especial e ambas (**C1** e **C2**) ocupam o cargo na escola há 5 anos. Nenhuma tem formação específica na área de Administração Educacional.

Segundo a tabela 2, que trata de **Conceito de violência doméstica**, a Diretora (**D**) sintetiza violência doméstica como: “*maus tratos dados às mulheres na região*” onde a escola está situada.

Para complementar, **C2** é de opinião que violência doméstica (VD) não se atém apenas às agressões físicas e psicológicas. É também verbal: “*as pessoas consideram que violência existe apenas no aspecto físico, mas não é apenas isso.*”.

Quanto a **C1**, verifica-se a sua preocupação em relatar casos de **VD** demonstrados na escola e não em dar a sua opinião sobre o conceito a respeito dessa temática:

“Aqui na escola buscamos dar assistência a todos os alunos que vivenciam a violência doméstica. Realidade que se verifica constantemente desde as turmas PEs até as turmas Fs, do 6º ano, e PE, na educação infantil. Tal realidade é conhecida durante as conversas com os educandos e durante as reuniões com os familiares, especificamente mães e irmãos. Há casos de extrema violência que constatamos que o aluno, a mãe e irmãos do aluno sofrem violências de toda ordem”.

Pela análise dos discursos das entrevistadas, constata-se que os conceitos de VD são heterogêneos. Isso vem ao encontro de Pagelow (1984, p.91) que asseverara que “não existe, pois, uma definição uniforme de violência doméstica e das suas múltiplas manifestações(...)”. Ademais, essa reflexão é defendida por Azambuja e Nogueira (2007, p.98) que afirmam que o conceito de violência doméstica “depende de normas sociais e culturais que variam consoante os contextos históricos”.

Tabela 3- Manifestações da violência doméstica

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	D (oc)	C1 (oc)	C2 (oc)
------------	---------------	-----------	------------	------------

Manifestação da violência doméstica	Relatos de violência	7	8	8
	Tipificação da violência: física, psicológica e sexual	8	7	7

Legenda: oc = ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

No que concerne às **Manifestações da violência doméstica**, conforme retrata a tabela 3, destacam-se as subcategorias: **Relatos de violência e Tipificação da Violência: física, psicológica e sexual**.

A Diretora (**D**), entre várias histórias, relata um caso de violência que a marcou profundamente. Trata-se de uma mulher, oriunda do Maranhão, que enfrentou grandes dificuldades de sobrevivência. Depois de algum tempo em Goiânia, constituiu família e, passado algum tempo, veio a verificar que o seu marido:

“Ele tem um plano de saúde, mas somente para ele, nem eu e nem nossos filhos desfrutamos desse plano. Além disso, o meu marido não nos deixa assistir televisão quando ele não se encontra em casa. Ele quando chega a casa põe a mão na televisão pra ver se a televisão tá quente. Ela só compra roupa de bazar, das igrejas ou da escola. Ela fala com a gente e as lágrimas caem. Então é uma pessoa refém”.

Pelo relato da Diretora ficamos a saber que esse marido é quem faz as compras e somente lhe permite comprar algo, se julgar necessário, mesmo que seja o botijão do gás. Tendo o gás faltado um dia, e alegando que a mulher gastava gás em demasia, não lhe deixou dinheiro para comprar o botijão. Para que seus filhos não ficassem todo o dia sem comer, essa mãe mandava-os para a escola, pois aí tinham acesso à merenda que, muitas vezes, era a única refeição do dia. Ela, ficava sem comer. Refere a Diretora que:

“Na escola, essas crianças se alimentavam bastante, como uma forma de compensação. Quem estudava no período matutino se alimentava e permanecia durante todo o dia na escola. Quem estudava no período vespertino, somente se alimentava pela tarde. Quando o pai chegava à noite em casa, ainda reclamava com a mãe porque ela não tinha preparado o jantar. Daí ele ia comprar o gás”.

A Diretora (**D**) diz-nos que esse é um dos muitos casos de violência doméstica (**VD**) com que a escola se defronta.

Paralelamente, refere que na comunidade envolvente começa a haver demasiados “dependentes de químicos, são usuários de craque, drogas” o que se reflete nas crianças, tanto a nível comportamental como de linguagem. “Então, isso é bem chocante, para gente é muito ruim”. E, o mais espantoso, na opinião da nossa entrevistada é que “são crianças, (...) bem sensíveis ao carinho, muito muito carentes, muito carinhosas, muito afetivas, poucas são

agressivas (...) a maioria são muito carinhosas”. Refere que, se no passado havia o problema do alcoolismo “ *hoje, o alto consumo de drogas acentua a violência doméstica*”.

Uma realidade muito semelhante ao primeiro caso narrado por **D** é a descrita por **C1**, quando refere ser comum nessa comunidade os esposos ou companheiros obrigarem suas esposas ou companheiras a sair de casa para o trabalho sem refeições, e ainda manterem as crianças sem alimentos até chegarem à escola:

“Para mim é uma violência terrível obrigar a família a passar fome... A nossa alimentação ou merenda é servida preferencialmente pela manhã, às 8 horas e à tarde a partir das 13h:30min porque às vezes, essa criança só tem essa alimentação no dia”.

C1 ainda relata a situação de “*crianças que chegam à escola com muitas marcas no corpo e quando você vai averiguar é a mãe que as vezes estava embreagada outras vezes estava alterada por tóxico, drogas*”. São assim variadas as situações com que a escola se depara, muito devido às agressões advindas de pais usuários de drogas.

Também **C2** faz alusão à vinda de famílias do Estado do Maranhão, na busca de uma melhor qualidade de vida. E passa a descrever-nos esse tipo de família:

“Geralmente, o pai é o agressor que agride a mãe com palavras e espancamentos. Na semana passada eu recebi uma mãe que estava se separando do esposo e retornando para o Maranhão. Ele não batia nela, mas não colocava alimento dentro de casa (...). Diante dessa situação, ela se viu impossibilitada de dar alimentos para os filhos. A mulher não trabalhava fora e era 100% dependente do marido”.

No seu discurso, relata um caso em que uma aluna, sempre que os pais brigavam, ou faltava às aulas, ou, caso viesse à escola “*ficava chorosa num canto, quieta, porque os conflitos domésticos tiravam qualquer ânimo para estudar*”. Na continuidade dos seus relatos, **C2** refere que, quanto mais dependentes essas mulheres são dos esposos, menos forças anímica têm para os deixar. Só o fazem em casos extremos, conforme nos exemplifica:

“Certa mãe chegou aqui na escola, chorando, e pedindo a documentação da filha porque queria ir embora para sua terra natal. Ela estava passando fome e parecia que o esposo tinha arrumado outra mulher. Essa mãe estava sofrida e acredito que já tenha ido embora. Aqui ela não podia contar com ninguém e não conseguia emprego”.

Continuando com o seu relato, diz-nos que, provavelmente, como forma de desculpabilização, essa mãe afirmava que o seu esposo mudou de comportamento quando chegou a Goiânia, pois “*lá no estado do Maranhão ele não era assim*”. Quanto ao comportamento da aluna, diz que “*era tranquila*”.

No caso da violência direta, curiosamente **C2** apresenta um discurso diferente das colegas. Assume que tem conhecimento de relatos na escola sobre VD em famílias, mas:

“Que eu sei, são os que presenciaram. Mas os que sofreram eu não sei. Já vi alguns, mas não acompanhei de perto porque não era da minha competência, era da outra coordenação. Nós sabemos que a violência não define padrões. Mas sabemos em que aspecto a vulnerabilidade é mais forte e é bem mais comum. Então, aqui no bairro tem bastante”.

No que diz respeito à subcategoria **Tipificação da violência**, **D** informa que, dos tipos de violência doméstica mais comuns encontrados na escola, está a *violência verbal*. No entanto, a *violência psicológica* é igualmente preocupante. Pelos relatos das mães, sabe-se que entre os casais, impera a violência física. Dá como exemplo o caso de uma mãe que tinha acabado de chegar à escola para matricular a filha mas que:

“saiu em fuga, porque teve de sair de casa devido às ameaças de morte do marido. Nesses casos, percebe-se que não se trata apenas de agressão física. Talvez, agora seja mais evidente porque a mídia combate esse problema social”.

C1 menciona que, dentre todos os tipos de violência que atingem as crianças, a **psicológica** é a mais presente: *“Temos casos de crianças que sentem tanta pressão psicológica que não conseguem aprender”*. A nossa entrevistada apercebe-se disso quando as crianças não conseguem fazer as atividades escolares e justificam: *“Tia, eu não tenho tempo para fazer as tarefas da escola”*. Algumas dessas crianças têm a responsabilidade de cuidar dos irmãos menores. Essa nossa entrevistada refere ainda o grave problema da negligência alimentar, muito presente nessas crianças que sofrem de desnutrição.

Quanto à violência **física**, **C1** relata que estas ocorrem com muita frequência. Crianças chegam à escola com os seus corpos marcados devido à força física causada, muitas vezes, por mães e pais ou outros familiares alcoolizados ou sob efeito de drogas.

C2 refere igualmente vários tipos de violência, mas assume que a **Psicológica** é, em seu entender, a mais gritante *“Por exemplo, semana passada mesmo eu recebi uma mãe que estava se separando do esposo e indo embora para o Maranhão. Ele não bateu nela, mas ele não estava mais colocando alimento dentro de casa, e isso é um tipo de violência psicológica”*. Sem possibilidades de se sustentar a si própria e à filha, foi à escola pedir a *“documentação da filha para ir embora, pois elas estavam passando fome”*.

Finalmente, observa-se que a **Violência sexual** também é mencionada como uma das vertentes da violência doméstica e que é igualmente marcante nesse meio social. Embora sejam

frequentes os relatos de casos de abuso sexual, nenhuma das entrevistadas os tipifica. Dentro da violência sexual encontramos muitos casos de incesto.

Nesse contexto, **D** relata o caso de uma menina que, “era a mulher do irmão”, entre 8 e 9 anos de idade, fora abusada sexualmente por ele. A criança, agora com 11 anos “*não engravidou porque ainda não havia menstruado*”. A mãe tinha conhecimento desse fato, mas nada fazia, visto que, o filho “*de certa forma ele banca algumas coisas dentro de casa*”. Hoje, a criança estuda no 6º ano e se sente como um “*bichinho rejeitado porque é suja, feia e ninguém quer aproximação*”.

Ao conversar com a criança, **D** apercebe-se que ela continua apaixonada pelo irmão, mesmo diante de agressões. “*Sabe aquele ciclo? A vítima fica apaixonada pelo agressor, resultado de envolvimento psicológico como mecanismo de defesa diante de ameaças, agressões físicas e verbais usadas para manutenção do abuso*”. E o mais grave é que, com as conversas que ia tendo com a criança, em 2018 começou a perceber que esse irmão tinha um comportamento suspeito com outra irmã mais nova: “*Então, ele tinha ela, tinha a outra, mas colocava a pequena em seu colo e brincava de cavalinho*”. Somente em 2019 descobriu-se todo o drama ao qual viveu essa criança e já não foram a tempo de a ajudar e, no “*senso comum, numa linguagem social, ela é a “safada, sem vergonha”, portanto há toda uma manipulação*”.

Outro caso de violência sexual foi-nos relatado por **C1**. Uma criança sofria abuso sexual do padrasto, sem que a mãe percebesse. O padrasto ameaçava a menina caso revelasse a violação, de que não só mataria a mãe, como deixaria os irmãos morrerem de fome. A nossa entrevistada confirma casos de violações sexuais causadas por padrastos e tios já reveladas na escola e afirma: “*Ao confirmamos esses casos, buscamos denunciar ao poder público, mas se permanece apenas no âmbito da suspeita e vamos investigar, na maioria das vezes as famílias mudam de residência para um lugar desconhecido*”.

C2 relata um caso de abuso sexual ocorrido com uma de suas alunas. Em tenra idade, a menina foi violada pelo irmão e “*agora desperta para o prazer da prática sexual*”. A nossa entrevistada relata ainda um outro caso, de uma menina que durante anos sofreu abusos sexuais por parte do avô. Em decorrência de condicionamentos desses abusos, a menina passou a se comportar de forma estranha: “*ela assediava os meninos aqui por trás dessa escola, o que assustava todo o mundo*”. Preocupada com a gravidade do problema, **C2** chamou o pai à escola para lhe relatar o fato o que este lhe referiu:

“*Eu não sei mais o que fazer coordenadora, porque desde os 7 anos que o avô abusava dela. E a ameaçava e dizia que se ela contasse a mataria. Então ela perdeu o interesse por estudar e só queria namorar*”.

Nessa conversa, o pai da menina refere que, quando descobriu a situação e, para não matar o avô, separou-se da mulher, vindo com a filha do Pará para Goiânia. Voltou a casar mas a madrasta “*não mais queria cuidar da menina porque ela só queria ficar na rua agarrando meninos (...). Em nossa conversa, o pai prometeu-me procurar um médico para que ela fizesse uso de anticoncepcionais porque até ele, enquanto pai, não sabia o que fazer, além de pedir ajuda por sua filha*”.

Pela análise discursiva das entrevistadas, verifica-se que esses pais e familiares próximos, envolvidos em violência doméstica, além de consumirem drogas, facilmente recorrem a todo o tipo de violência, sem terem em atenção o bem-estar dos seus filhos ou das crianças que estão sob suas responsabilidades. É nesse contexto, que essas crianças veem a escola como um porto seguro, onde têm alimento e ajuda de professores que, para além de lhes proporcionar uma educação formal, também as ouvem e as procuram ajudar.

Os casos relatados de violência sexual, incluindo o incesto, são muito marcantes. E, como refere **C1**, o problema está no fato de, mal a criança é sinalizada e a família descobre, desloca-se para outra cidade, ou transferem a criança de escola, o que impossibilita qualquer tipo de ajuda.

Tabela 4 - Procedimentos a adotar perante a detecção de criança vítima de violência doméstica

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	D (oc)	C1 (oc)	C2 (oc)
Procedimentos a adotar perante a detecção de criança vítima de VD	Procedimentos da responsabilidade do professor	0	0	2
	Procedimentos a nível de Coordenação, Conselho Tutelar e outros	4	3	6
	Não participação nos procedimentos	0	0	2

Legenda: oc = ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito aos **Procedimentos a adotar quando são identificados casos de violência doméstica na escola**, sobressai na tabela 4 a subcategoria “**Procedimentos a nível de Coordenação, Conselho Tutelar e outros**” e apenas **C2** fala da responsabilidade do professor.

De maneira geral, Diretora (**D**) e Coordenadoras referem que, quando os casos são sinalizados, entre outros procedimentos, são comunicados ao Conselho Tutelar que zela pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, **D** descreve o protocolo que segue para o encaminhamento desses casos:

“Primeiramente, comunicamos à Secretaria Municipal de Educação por intermédio dos técnicos que acompanham o caso que envolve a criança, em seguida conversamos com a família para identificar o tipo de violência, o contexto do caso, orientamos os pais para buscarem ajuda nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e comunicamos ao Conselho Tutelar. São as providências iniciais cabíveis”.

C2 detalha que a denúncia ao Conselho Tutelar é feita de forma anônima para resguardar o perfil do denunciante, o que torna a abordagem de proteção à criança eficiente:

“Ao denunciarmos ao Conselho Tutelar, de forma anônima, esse órgão faz as primeiras averiguações e encaminha uma queixa ao Ministério Público que aprofundará investigações para prestar queixa ao judiciário, caso seja necessário. Desse modo, não nos expomos, mas a vontade que temos é de nos identificarmos, sem nada temer” (C2).

Na sua entrevista relata-nos um caso em que é o próprio pai de uma criança que solicita à Direção da escola que acione o Conselho Tutelar, uma vez que não consegue cuidar da filha:

“A criança é aliciada e violentada desde tenra idade pelo irmão. Desse modo, ela despertou e ficou condicionada ao prazer sexual. Ao permanecer nessa vida, quando chegar à fase da adolescência, correrá risco de gravidez indesejada. Verificamos que o pai é idoso, a mãe é usuária de drogas e a criança vive com o pai e a tia que é cadeirante. O pai está quase cego. (...) praticamente, todos os dias a menina dorme fora de casa em lugar desconhecido. Desse modo, o risco de gravidez indesejada ou de doença sexualmente transmissível é muito grande. Nesse caso, fazemos o relatório e esperamos o Conselho Tutelar para acompanhá-la. É lamentável que a escola possa fazer tão pouco. Até porque o nosso papel é fazer o que é legalmente permitido. O pai, o Conselho Tutelar e o Ministério Público deverão tomar as providências legais”.

C1 concorda com as outras entrevistadas a respeito da importância de se acionar o Conselho Tutelar ou mesmo outros órgãos públicos, tais como Delegacia e Juizado da Infância e Juventude:

“Fazemos a denúncia ao Conselho Tutelar, que encaminhará um conselheiro para investigar e acompanhar a família. No caso de o conselheiro não conseguir acompanhar a família de forma que possa trazer mudanças expressivas na escola, nem no ambiente social onde vive, prestamos queixa na DEPAI (Delegacia de política de apuração de atos infracionais). Além disso, de acordo com o caso da

criança e se ela tiver idade acima de 12 anos, buscamos o Juizado da Infância e Juventude”.

Curiosamente, embora este seja o procedimento normal adotado pela Direção, há casos em que a escola “**não faz qualquer participação nos procedimentos**”. Esta subcategoria surge muito bem destacada nos relatos de **C2**, quando nos refere que a escola está localizada numa região problemática com casos sucessivos de violência doméstica, e, como tal “*crianças vítimas de violência doméstica a gente tem um monte, mas não são todos os casos que tomamos conhecimento*”. E, nessas circunstâncias, a Direção da escola nada pode fazer.

Finalmente, surge a subcategoria “**Procedimentos da responsabilidade do professor**” que é igualmente referida por **C2**. Para a entrevistada, todos os casos de violência doméstica que sejam detectados pelos professores devem chegar à Direção para que sejam tomadas todas as providências legais.

Verifica-se, portanto, pelo discurso das entrevistadas, que a Direção e Coordenação da escola, em casos de detecção e sinalização de crianças vítimas de VD, segue o normativo legal ao acionar os elementos da rede de proteção a crianças e adolescentes.

Nesse sentido, Frizzo e Sarriera (2005, p.189) confirmam a importância dessa rede de proteção, com especial enfoque no Conselho Tutelar:

“Na rede social da infância, o Conselho Tutelar cumpre um papel paradigmático: ele não proporciona nenhum atendimento de necessidades, não executa nenhum programa e não presta assistência, mas cabe a ele tomar as devidas providências para que os direitos sejam atendidos, para que as necessidades de todas as crianças e adolescentes sejam satisfeitas e zelar pelas suas condições de vida”.

O mesmo deve fazer a instituição de ensino diante dessas situações adversas, que prejudicam os processos de ensino e de aprendizado.

Tabela 5 - Envolvimento parental em contexto de violência doméstica na escola

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	D	C1	C2
Envolvimento parental em contexto de VD na escola	Ausência e isolamento dos pais.	4	2	2
	Pouca ou nenhuma participação dos pais nas atividades escola/família.	2	5	7
	Participação, sobretudo das mães.	0	0	3

Legenda: oc= ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à categoria “**Envolvimento parental em contexto de violência doméstica na escola**”, a subcategoria “**Ausência e isolamento dos pais**” é a mais relevante, sobretudo para a Diretora (4 oc).

Na opinião de **D**, a maioria dos pais é, como referido anteriormente, ausente: “*existem alguns casos, por exemplo, quando chamamos o pai e a mãe, o esposo agressor fica nervoso, incomodado e não participa muito da reunião enquanto a mulher fica tentando-se justificar. É uma situação muito ruim*”.

A nossa entrevistada refere ainda que, quando o problema da VD é sinalizado pela escola, antes de tomarem qualquer atitude legal, a primeira providência é convidar os pais para uma conversa, na tentativa de se resolver o problema internamente. No entanto, raramente obtêm sucesso com esse recurso e, como alerta **C1**: “*quando não conseguimos resolver o problema com a família, prestamos queixa às instituições competentes*”.

Nota-se, no relato de **D**, que a participação destes pais na escola, é escassa, ou seja, eles não querem participar das reuniões ou, quando comparecem, ficam tensos, nervosos e geralmente agem de forma um pouco agressiva quando se dirigem aos filhos e/ou esposas.

Por sua vez, **C1** ressalta a ausência de muitos pais biológicos no envolvimento escolar e na vida dos filhos: “*Frequentam nossa escola muitas crianças que são cuidadas por avós e padrastos, muitos padrastos(...)*”

C2 compartilha da opinião que estes pais “*faltam muito*”, responsabilizando a cultura submissa das mulheres diante dos esposos que, frequentemente, preferem que elas fiquem em casa a cuidar dos filhos, sem tempo disponível para as responsabilidades escolares:

“A comunidade aqui é muito acomodada nesse sentido, principalmente as mulheres. Adota-se o padrão: o esposo sustenta, os filhos vão para a escola e as mulheres cuidam da casa. Diante dessa perspectiva equivocada de vida, adotada como correta, elas pagam o preço do sofrimento”.

Consciente dessa situação, a **Diretora** tudo faz para promover palestras relativas aos cursos de formação “*por exemplos, cursos do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) que trazem informações para aprenderem a trabalhar. Mas, lamentavelmente constatamos o desinteresse da comunidade com a ausência de público nas palestras*”.

Uma vez mais, através dos discursos das nossas entrevistadas, podemos verificar que a relação entre pais e filhos se dá num contexto em que o pai trabalha para sustentar a família, e a mãe assume o papel de cuidadora submissa e totalmente dependente do companheiro. Quando a escola procura resolver internamente o problema relacionado com a violência doméstica, raros são os pais que marcam presença.

Diante dos discursos das entrevistadas, verifica-se ainda que, muitas dessas crianças vivem em contexto de família alargada. Nesse sentido, em alguns casos, como refere López (2008), fragilizam os laços familiares que podem trazer graves consequências para o bem-estar psicológico e até material da criança.

Na subcategoria “**pouca ou nenhuma participação dos pais nas atividades escola/família**” verifica-se, como seria de esperar, a parca participação da família em atividades ligadas à escola.

Com o aumento de casos ligados à problemática da violência doméstica na escola, **D** relata que, durante o mês de agosto, foram promovidas palestras junto da comunidade, sem nunca serem divulgadas as temáticas, afirmando apenas que eram dedicadas à família e que seria servido o café da manhã. Foi omitido o fato destas palestras serem proferidas pela Polícia Militar a respeito da Lei Maria da Penha. O auditório ficou cheio até que, quando chegou “*a polícia militar com o tema, esvaziou. Então ficou permanente no ambiente, cerca de 30% apenas*”.

Ao continuar com a explanação, **D** refere que, quando tem necessidade de marcar uma reunião com esses pais, opta por as realizar aos sábados de manhã, sem divulgar o assunto. Ainda assim, num universo de 854 alunos, somente aparecem “*de 50 a 70 pais no máximo*” o que, em termos percentuais, é irrisório. E o exemplo foi dado quando “*para a última reunião foi divulgado o sorteio de 6 cestas básicas, mas com o anúncio do tema, apareceram apenas 30 pais. Isso num sábado pela manhã. Se eu não divulgasse o tema, o número de pais aumentaria, mas como divulguei vieram poucos*”.

Não obstante, **C2** refere que, pouco a pouco, os pais vão começando a aproximar-se da escola. Poderá não ser para tomarem conhecimento dos aprendizados dos seus filhos, mas antes para que estes tenham direito à alimentação fornecida na instituição. A nossa entrevistada refere

que, se esta for uma forma de trazer os pais à escola, a iniciativa é ainda mais louvável. Sendo docente da instituição há 5 anos considera que pequenos passos já se podem tornar em grandes conquistas da Direção:

*“Atualmente nós vemos os pais mais participativos. Há muito que fazer porque não é tarefa fácil atrair os pais para acompanhar os estudos de seus filhos. A prioridade deles é mandar as crianças para escola com os **objetivos de tomar as refeições** e de evitar que percam o benefício da **Bolsa Família**, o qual exige a frequência dos estudantes. Quando seus filhos faltam por motivo de força maior, eles ligam preocupados para justificar a ausência. Quanto à questão da aprendizagem, somente 10% dos pais comparecem. Isso, no universo de quase 1000 alunos. Muitos dos nossos alunos vêm de outros estados, especialmente do Maranhão e do Pará. Além disso, a escola está sempre aberta para aqueles que desejam colaborar com palestras. A Diretora valoriza o intercâmbio com a comunidade para que ninguém reclame por falta de informação. Há alguns dias tivemos 3 palestrantes. Estimo que não compareceram 60 pais, o que demonstra desinteresse, acomodação e falta de boa vontade”.*

C1 é mais objetiva na sua resposta:

*“Promovemos palestras com o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), que é da Polícia Militar, que nos ajuda no combate ao bullying, ao uso de drogas e à violência doméstica. Essas palestras são para os estudantes e seus familiares. Ainda temos a **colaboração das faculdades** que nos auxiliam com palestras de psicólogos. Também a **Guarda Municipal** tem convênio com a prefeitura na área da Educação e atua com as crianças de 4 anos até as turmas do 3º ano, com as crianças de 9 anos de idade. Ela também trabalha, de forma dinâmica e rica, com as questões da violência, do uso de droga e do bullying”.*

De uma forma geral, verifica-se por meio das falas das entrevistadas, sobretudo de **D** e de **C2**, que, quando os pais comparecem nas palestras, é muito mais devido ao receio de perderem os benefícios do programa Bolsa Família e a alimentação dos filhos, do que para participarem das atividades que possam ajudar os seus educandos.

C1, refere que, para além da Polícia Militar, a Direção tem uma relação próxima com Instituições de Ensino Superior na área da Psicologia, que oferecem apoio psicológico às famílias que vivenciam a violência doméstica. No entanto, há pouca predisposição destes familiares para fazerem consultas psicológicas.

Na sociedade atual, a família não pode estar de costas voltadas para a Escola, uma vez que a participação dos pais, em ambiente escolar, contribui para a formação intelectual e social da criança. Nesse contexto, Perrenoud (2001, p.79) assevera que “as duas instituições estão condenadas a cooperarem numa sociedade (altamente) escolarizada (...) os pais que se envolvem têm maiores probabilidades de compreender os objetivos dos professores e das escolas e de serem mais apoiantes das mudanças propostas”.

Curiosamente, quando encontramos a participação dos pais, ela é, na opinião de **C2** “sobretudo das mães”. E, a propósito da palestra sobre a Lei Maria da Penha, refere-nos que, as poucas mães que ficaram, acabaram por dar o seu testemunho da violência sofrida nas mãos dos esposos:

“Por exemplo, quando temos algum convidado para falar a respeito da Lei Maria da Penha presenciamos algumas mães em lágrimas. Elas testemunham que só ficaram libertas depois que saíram da passividade, não mais aceitaram agressões. Nesse sentido, muito aprendemos com os casos apresentados. Ao verificarmos os problemas da alimentação e da violência doméstica, geradores de bloqueios psicológicos, saímos da nossa zona de conforto para ajudar essas famílias sem medos de ameaças que possam advir”.

Pelo discurso desta nossa entrevistada, podemos perceber que, algumas mulheres que assistem até ao final às palestras, não o fazem apenas para não perderem o direito ao Cheque Ensino, do Programa do Governo, denominado Bolsa Família, ou a alimentação de seus filhos, mas porque acabaram por encontrar nessas reuniões, um local para partilharem o seu sofrimento.

Paralelamente, **D** chama a atenção para o fato de que o agressor ter, igualmente, que passar a ser encarado como vítima, uma vez que alguns deles agem de forma violenta por falta de afeto no passado ou por falta de emprego. Por isso, em sua opinião, os professores, de uma forma geral, devem aperfeiçoar suas formações para saber lidar com o agressor. Nesse sentido ainda explicita:

“Deve haver formação específica para saber lidar com essa situação. Entendemos que o agressor também é vítima. Isso é semelhante aos casos de bullying que é um tipo de agressão psicológica. Nesse sentido, também não podemos tratar o bullying só do ponto de vista da vítima. São necessários diversos tipos de programas de reeducação para quem pratica atos ofensivos às integridades de crianças, jovens e adultos, especialmente, as mulheres vítimas de violência”.

Pelo discurso da nossa entrevistada, podemos perceber a sua sensibilização para intervenções específicas junto dos homens agressores, situação aliás plasmada na Lei Maria da Penha. Isto é, a nossa entrevistada acredita que a violência doméstica só diminui com programas específicos direcionados para vítima e agressor.

Se tivermos em atenção o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, verificamos haver neste documento estruturante a preocupação de chamar os pais à escola, embora

“a participação dos pais e responsáveis ainda não é a esperada e isso inviabiliza um trabalho de parceria Escola - Família. Percebe-se que uma minoria preocupa-se com a frequência e rendimento dos educandos/filhos na escola, porém, mudanças significativas vêm acontecendo, pois o número de pais que procuram a

escola tem aumentado na medida em que percebemos também algumas alterações na caracterização da comunidade” (PPP).

Tabela 6 - Impacto da violência doméstica na aprendizagem escolar

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	D (oc)	C1 (oc)	C2 (oc)
Impacto da VD na aprendizagem escolar	Impacto em todos os aspectos da aprendizagem.	3	3	3
	Impacto emocional.	2	2	3
	Aumento da indisciplina.	1	1	2
	Aumento da agressividade.	3	2	2
	Aumento do receio do fracasso.	1	3	3
	Menor motivação/menor concentração.	1	1	4
	Menor rendimento.	1	2	2

Legenda: oc = ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

Finalmente, a última categoria, “**Impacto da violência doméstica na aprendizagem escolar**”. Iniciando pela subcategoria “**Impacto em todos os aspectos da aprendizagem**” **D** informa que o impacto é total, sobretudo, a nível de cognição. A **Diretora** dá como exemplo, o ano anterior: de 5 turmas do 3º ano, apenas uma turma tinha avançado para o nível 1. Das outras 4 turmas, 2 não se mantiveram no nível inicial da aquisição de conhecimentos e as outras 2 “*no nível inicial de compreensão não era nem de apropriação*”.

C1 começa por mencionar que o impacto na aprendizagem “*é gritante*” havendo um significativo número de crianças que “*não são alfabetizados em tempo hábil*”. Refere que para essa situação:

“nós temos o ciclo de desenvolvimento humano, que é o da Prefeitura que utilizamos; ele não é seriado, ele é cíclico, então a cada 3 anos fecha-se um ciclo. A criança até 2019 tinha 3 anos para ser alfabetizada, 1º ano, 2º ano, 3º ano e fechava-se a alfabetização da criança. Quando não conseguia ser alfabetizada nesses 3 anos, por muitos motivos, dentre eles violência doméstica, que é o caso, então ela ficava retida. Essa criança refazia no ano seguinte, o 3º ano”.

Na opinião da nossa entrevistada, essa não é de todo a solução. Essas crianças deveriam ter aulas de reforço, com projetos educacionais dinâmicos, com portfólio, “*com atividades pedagógicas sequenciais muito bem elaboradas, isto é, elas teriam assistência na turma que estão alocadas e extraclasse. Também temos os programas para os quais incluímos essas*

crianças, que é o programa Mais Alfabetização, para as turmas de 1º e 2º ano, e o Mais Educação, para turmas de 2º e 3º ano”. Assim e, na verdade, para **C1**:

“Nós temos inúmeras crianças analfabetas funcionais porque não são letradas na forma correta nem na escrita e nem na leitura. Quando eu falo leitura, são nas diversas formas de linguagens. Então nós temos essa que consegue ler, mas não consegue decodificar o texto. Então ela lê? Sim, mas de forma automática. Se pedir para essa criança uma interpretação aprimorada de um texto, dificilmente será realizada”.

C2 corrobora com as outras entrevistadas assumindo de forma peremptória, que “as consequências são trágicas”. Quando a criança é abusada sexualmente, participa ou vê “cenas de violência em casa”, sofre interferências no processo de ensino e aprendizagem, “somos provas reais disso”.

Quanto à subcategoria “**impacto emocional**” **D** relembra que, na realidade, “todos sabemos que a VD compromete o desenvolvimento psicológico e emocional da criança e isso tem influência na sua aprendizagem”.

C2 refere que o impacto emocional é expressivo uma vez que:

“toda criança que sofre violência doméstica pode carregar o trauma por toda a vida. Para superar esse trauma, depende de tempo e, mesmo assim, nem sempre se supera e pode necessitar de terapia por toda a vida. Ainda assim, a maioria não faz terapia, mas encontra recursos na fé, em alguma religião, ou com o passar do tempo, ou devido a acontecimentos agradáveis da vida, fatores que podem ajudar a sanar o trauma. Contudo, nem sempre isso acontece. Nós vimos casos de adultos com fragilidade emocional devido ao fato de terem sido violentados durante a infância e carregam o trauma pelo resto da vida”.

E continua o seu discurso referindo que, ao vivenciar essa realidade traumática, a criança “perde o interesse, não aprende direito (...) aí a escola interfere, o pedagógico medeia, vai levando... mas quando já está num estágio avançado, é difícil reverter”.

Quanto à subcategoria “**Aumento da indisciplina**”, **D** refere a importância de se tratar dessa problemática com ações interventivas das autoridades competentes. Além disso, **C1** diz que é a Polícia Militar, que, para além de proferir palestras, trata das questões de “bullying na escola” relacionando muitas vezes o caso de violência doméstica com o aumento da indisciplina e do bullying.

No que se refere à subcategoria “**Aumento da agressividade**”, **D** informa que, no seguimento da indisciplina, a escola tem cada vez mais “crianças que buscam agredir as outras. Quando chamamos para conversar, descobrimos que a agressividade vem do ambiente doméstico”.

Quanto à subcategoria “**Menor motivação/ menor concentração**” que em parte decorre da subcategoria anterior e da resposta final dada por **D** “... *Passividade ou agressividade*”, mas todas elas “*sofrem de déficit de concentração*”. No grupo de crianças agressivas, os momentos em que conseguem interagir com as outras crianças, são no recreio ou nas atividades que não exijam estarem sentadas em sala de aula, porque “*atividades que exijam o intelecto e concentração não são atraentes pra elas*”.

C2 menciona que nesse contexto familiar, a criança perde o interesse pela escola e, como tal, desmotiva, pois “*não encontra razão para estudar*”, “*quando ela encontra alguma razão, se sente desmotivada e não produz*”. Em sua opinião: “*os meninos parecem que se sentem oprimidos e ficam quietinhos, sem interagir*”. Quanto às meninas: “*Os casos que tenho visto, a maioria sente aflorar a sexualidade e perde o interesse pelos estudos*”.

D sintetiza: “*Verifica-se durante o ano letivo comportamentos passivos, apáticos ou comportamentos agressivos causados por frustrações*”. Na sua opinião, a escola acaba por ser para a criança “*um espaço de recreação de alimentação*” e não um espaço de aquisição do aprendizado. Quando reportam estes comportamentos dos filhos, os pais referem “*Eu também fui assim, mas ele vai desenvolver depois*”.

Quanto à subcategoria “**menor rendimento**” **C2** diz-nos que, se por um lado com tantos problemas familiares, as crianças acabam por “*não aprender direito*”, por outro, essas crianças perdem a vontade de estudar porque “*estudar dói, eles querem prazer, apenas o lúdico*” e, como reflexo, acontece o relatado anteriormente por **D**, do fato de nas 5 turmas no 3º ano, apenas uma conseguiu subir de grupo ou de nível de aprendizado.

Pela análise do discurso das nossas entrevistadas, podemos concluir que o impacto da violência doméstica no processo de aprendizado das crianças é negativo. Encontramos crianças que apresentam comportamentos agressivos para com os pares e outras dóceis, na procura de carinho. Muitas necessitaram de acompanhamentos psicológicos e outras encontraram conforto nas Igrejas. Finalmente **C1** diz-nos que, perante esse flagelo, quando a criança fica retida no seu ano de aprendizado, passa a participar em Projetos dinâmicos, de forma a os envolver no processo de aprendizado.

Assim, por mais que a escola procure ajudar o aluno, que sofre ou vivência práticas de violência doméstica, a se desenvolver intelectual e moralmente, sozinha não é capaz. Precisa da envolvimento da família.

4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS AOS PROFESSORES

Procede-se agora à análise categorial das entrevistas, com 5 (cinco) professores das turmas 1º ano ao 6º ano do Ensino Fundamental, dos turnos matutino e vespertino, os quais serão denominados, para efeitos deste estudo, de **P1, P2, P3, P4 e P5**.

Em relação aos componentes curriculares, a professora **P1** trabalha com todas as disciplinas, porque é Pedagoga. O professor **P2** trabalha com Matemática. A professora **P3** atua na Educação Física. A professora **P4** ministra aulas de Matemática e de Alfabetização e **P5** leciona a matéria de Artes.

Tabela 7 – Conceito de violência doméstica

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	P1(oc)	P2(oc)	P3(oc)	P4(oc)	P5(oc)
Conceito de VD	Ausência de respeito pelo outro.	3	0	0	0	0
	Todo o tipo de agressão física e psicológica.	3	4	2	2	6

Legenda: oc = ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito ao “**Conceito de violência doméstica**”, **P1** considera que é a “*ausência de respeito pelo outro*” e elucida: “*Eu compreendo que qualquer atitude que desrespeita o outro é um tipo de violência. Não se trata apenas de violência física. O desrespeito contra a mulher, entre marido e mulher, pais e filhos, entre irmãos, entre amigos etc.*”.

Por sua vez, a subcategoria “**Todo o tipo de agressão física e psicológica**” é fortemente registrada por P5 (6 oc), P2 (4 oc), seguida de P1 (3 oc), e, finalmente P3 e P4 (com 2 oc cada uma).

P5 refere, de forma peremptória, que violência doméstica é:

“qualquer tipo de agressão física ou psicológica. Quando se fala de agressão, geralmente se identifica com agressão física, mas também existe a agressão psicológica que, embora não apresente características notórias, pode causar danos maiores do que a agressão física”.

P2 segue nessa linha de pensamento ao afirmar que violência doméstica é “*todo tipo de agressão física ou psicológica, que pode causar sérios danos aos alunos. Essas agressões podem ocorrer conjuntamente*”.

P1 concorda com **P2** ao dizer: “*quanto ao conceito de violência doméstica, considero que é toda forma de agressão que a criança sofre em casa, seja de natureza física ou psicológica*”.

Mais lacônicos em suas definições foram **P3** e **P4**, que referem também a violência verbal, situação igualmente referenciada por **C2**.

Ao triangularmos as informações com as respostas da Diretora e das Coordenadoras, é possível verificar que nenhuma tem uma ideia clara sobre a definição do conceito de violência doméstica, embora apresentem exemplos muito semelhantes.

Na revisão da literatura é feita referência à escassez de entidades de apoio às mulheres vítimas de violência, no Estado de Goiás. Nothaft e Beiras (2019, p.62) referem que “pelo menos 30 cidades brasileiras já tiveram alguma experiência de intervenção com autores de violência doméstica e familiar. Goiás está entre os Estados brasileiros que não fizeram aprofundamento de experiências exitosas”. É provável que, a carência de instituições que oferecem apoio a vítimas de violência, juntamente com a falta de estudos realizados no Estado de Goiás, seja um dos fatores responsáveis pelo baixo nível de entendimento das professoras e até da Direção da escola, no que tange ao conceito de violência doméstica.

Tabela 8 - Manifestações da violência doméstica

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	P1(oc)	P2(oc)	P3(oc)	P4(oc)	P5(oc)
Manifestação da violência doméstica	Relatos de violência	0	5	4	2	6
	Tipificação da violência: física, psicológica, sexual.	0	3	0	2	4

Legenda: oc = ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

No que concerne à categoria “**Manifestações de violência doméstica**”, na subcategoria “**Relatos de violência**”, é **P5** (6 oc) quem lhe dá maior destaque.

P5 começa por lembrar que a escola está inserida no contexto de uma comunidade problemática. E dá como exemplo um aluno que, recorrentemente lhe dizia que iria esperar o pai com uma barra de ferro. “Então eu lhe perguntei: por que vai esperar seu pai com uma barra de ferro? Ele falou: ‘Porque muitas vezes ele chega bêbado em casa e quer bater na minha mãe’”. Diante dessa situação dramática, a preocupação da professora foi chamar a atenção do aluno para as consequências de seus atos: “A única coisa que eu fiz foi orientá-lo a buscar medidas viáveis para solucionar o conflito, por exemplo, procurar ajuda de alguém que pudesse ajudá-lo. Depois de algum tempo, conversei com ele que me disse que o pai não estava mais agredindo a mãe, mas que ele fica sempre com receio das agressões se repetirem”.

Um caso semelhante é relatado por **P4**, ao referir ter conhecimento de crianças que sofrem de violência, tanto verbal quanto física. Relata um caso de uma aluna, que ficou um tempo sem frequentar a escola, devido à violência que o pai cometia contra a mãe. *“Então ela fugiu, foi embora para a casa da avó”*. Menciona ainda o caso de uma menina que sofria maus tratos por parte do pai (ver anexo).

P2 refere o caso de uma menina que sofria de abuso sexual por parte de um familiar: *“Sim, tem uma criança que sofreu abuso sexual de um familiar e é possível verificar o tanto que isso afetou os seus estudos. Tanto é que ela nem tá vindo mais pra escola aí eu acho que sem o apoio da família que ela não tem, que isso a afeta bastante”*. A nossa entrevistada termina sua reflexão referindo que, os pormenores desse caso, estão com a coordenação da escola.

Finalmente **P3**, docente de Educação Física, trabalha na escola há três anos. Quando questionada a respeito do seu conhecimento de crianças vítimas de violência doméstica, responde que *“sim, mas em outras escolas”*. No caso concreto dessa instituição, embora afirme que não tem conhecimento a respeito de ocorrências de violência doméstica, considera que é *“algo escondido”*. Não obstante essa resposta, quando questionada a respeito do impacto da VD na aprendizagem da criança, a docente refere que, embora não consiga provar, sabe que nestes casos, *“ou a criança se torna agressiva, calada, ou ainda, é de se expor e ter medo da aproximação”*. Diz-nos que é o que acontece quando está a dar aulas de Educação Física. Como trabalha *“muito com o corpo”* quando alguma criança, nas suas aulas, recusa ser tocadas e tem dificuldade em tocar em alguém *“não só a minha relação com ela, mas com outras crianças também, então fica visível que criança sofre de algum tipo de violência doméstica. Até porque a VD, às vezes, não ocorre somente com ela, mas também com a mãe”*. Isto é, a docente assume que alguns alunos em suas aulas de Educação Física apresentam sinais de violência, porém, não as questiona a respeito do sucedido. Refere ainda ter conhecimento através da coordenação pedagógica de atitudes violentas de um pai que *“controla tudo, não deixa as crianças assistirem televisão. Quando chega do trabalho, e se a televisão está quente todo mundo apanha, se a comida acabou antes do mês ninguém mais come, só ele que come na rua”*.

Embora, como refere Zuma (2004), as famílias que vivem situações de violência tendam a isolar-se, seja pelo sentimento de vergonha ou pelo preconceito de outros em relação ao seu problema, também não é menos verdade que, pela atitude da criança na sala de aula e dos próprios pais, é possível detectar a existência da violência doméstica e denunciar às autoridades. Parece não ser esta a opinião de **P3**.

De maneira geral, constata-se que, na maior parte das vezes, as nossa entrevistadas ao relatarem os casos de violência, acentuam a sua tipificação e, aquando da subcategoria “**tipificação da violência: física, psicológica, sexual....**”, voltaram a não ser objetivas e relatam novos casos de violência.

Foi assim, por exemplo, com **P5** (4 oc), que se refere às violências física, psicológica e sexual. Para contextualizar, diz que essas crianças não exteriorizam os seus problemas, mas “*somente quando sofrem algum tipo de violência ou quando tratamos da temática e em algum ponto as provoca. Aí elas se abrem. Mas assim por vontade própria eles não falam*”.

Ao prosseguir com seu relato, **P5** afirma que a violência mais tipificada é a “*“física, mas tem casos aqui de psicológica. É um caso de um pai, mas isso foi relato da Diretora, de prender a esposa em casa e não deixar ela assistir nem televisão. Tem casos aqui bem complexos. Fora os casos que a gente conhece de violência sexual neh. E tem bastantes casos*”

P2 refere igualmente que a tipificação é, sobretudo, “*física e verbal*”. Menciona que houve uma situação que a marcou bastante. Um pai que, por ser chamado à escola, quando lá chegou, apareceu com “*muita raiva*” tornando o diálogo impossível.

Uma vez mais **P3** assume desconhecer casos de alunos que sofrem de violência doméstica e, como tal, não pode fazer qualquer tipificação, embora em suas aulas de Educação Física tenha presenciado atitudes suspeitas de crianças que não tocam em ninguém nem se deixam tocar. No entanto, resolveu ser opinativa sobre o assunto dizendo que essas crianças são “*mais agressivas com os colegas e conosco mesmo. Então ela dá indícios*”. Só **P4**, e de forma lacônica, assevera que “*é predominantemente física*”.

Nestes relatos, ao triangular com a informação prestada pela Diretora e coordenação, é possível verificar que todos os educadores têm opiniões semelhantes a respeito da **Tipificação da violência**.

Tabela 9 - Procedimentos a adotar perante a detecção de criança vítima de violência doméstica

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	P1 (oc)	P2 (oc)	P3 (oc)	P4 (oc)	P5 (oc)
Procedimentos a adotar perante a detecção de criança vítima de violência doméstica	Procedimentos da responsabilidade do professor	0	2	0	1	1
	Procedimentos em nível de Coordenação, Conselho Tutelar e outros	1	3	6	3	4

	Não participação nos procedimentos	0	1	2	1	1
--	------------------------------------	---	---	---	---	---

Legenda: oc = ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à categoria **Procedimentos a adotar perante a detecção de criança vítima de violência doméstica**, no que diz respeito à subcategoria “**Procedimentos da responsabilidade do professor**”, quando detecta que as crianças vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica apresentam problemas comportamentais ou de aprendizagem, novamente o corpo docente extrapola a questão e relata todo o procedimento.

A maioria dos entrevistados prefere não se envolver no processo, encaminhando de imediato a responsabilidade para a coordenação. A exceção está em **P2**, que antes de encaminhar o caso, relata o fato por escrito: “*tenho de ter tudo relatado e documentado*”, referindo que “*nós temos de dar esse apoio ao alunote*”. Para esse docente de Matemática, é necessário entender o tipo de violência que a criança está a sofrer “*é o que eu faço pelo menos. Na maioria das vezes, o aluno reflete o que ele vivencia em casa*”. E isso, porque, em sua opinião, quando a criança é agredida em casa ela “*trás essa agressão para escola, a gente busca ver se tem alguma relação, se tive a gente busca explicar a situação, o que eles pode o que não pode fazer, porque são menores. Então dá para ser conversado tranquilo com eles então não tem problema esse diálogo não*”.

P2 ainda explica o que ocorre quando a criança é agredida em casa: “*Ela traz essa agressão para escola. Então buscamos ver se tem alguma relação. Se tiver, buscamos compreender a situação, o que podemos ou não fazer, porque se trata de menores. Quando dialogamos com tranquilidade com eles, não tem maiores problemas*”.

Relato semelhante é o de **P4** que refere o fato de antes de entregar o processo à coordenação, verifica “*primeiro a veracidade da história*”. A primeira coisa que altera na criança é o seu comportamento, que passa a ser agressivo e “*depois verifica marcas no corpo*”. Quando isso ocorre, alerta a Direção da escola.

P3, ao continuar com seu discurso contraditório, diz ter a percepção de que a Diretora, depois de tomar conhecimento dos atos de violência sofridos pela criança, não presta queixa, pois tem receio das represálias dos familiares. Consequência disso, a criança continua a sofrer de maus tratos. Nesses casos, a própria professora, ao romper com o protocolo da escola, presta queixa e diz “*ligar para o disque 100*” e, ao ser atendida, “*mantém o sigilo de sua identidade*”.

Os “**Procedimentos em nível de Coordenação, Conselho Tutelar e outros**” é a subcategoria mais referida. **P1**, embora desconheça se tem alguma criança vítima de violência

doméstica, uma vez que está na escola apenas há dois meses, assume que o procedimento será o de reportar o caso à coordenação: “*É passando para ela, que se inicia a averiguação para verificar se tem de avisar os pais, se são os pais os autores do delito, se deve ligar para o Conselho Tutelar ou para quem de direito, sempre de acordo com o caso em análise*”.

P3, embora não tenha conhecimento se na escola há crianças que sofrem de maus tratos perpetuados pelos familiares, informa que “*o procedimento que eu tomo é acionar a Coordenação ou a Direção*”; isto é, segue os trâmites legais. No entanto, quando tem a percepção de que nada será feito, ela própria faz a denúncia anônima.

P4, no entanto, depois de confirmar a suspeita da existência da violência doméstica, informa a coordenação, faz o registro e envia-o para o Conselho Tutelar.

Finalmente, **P5** nessa linha de pensamento, refere que, logo que tenha a percepção de que uma das suas crianças é vítima de maus-tratos, “*encaminha para o grupo gestor, que faz o encaminhamento e aciona o Juizado de Menores e o Conselho Tutelar*”.

Assim, podemos concluir que a maioria dos docentes entrevistados opta por não ter qualquer participação nos procedimentos burocráticos e legais.

Depois de analisar as entrevistas dos professores, verifica-se haver semelhança no que tange à importância de acionar o grupo gestor e em seguida o Conselho Tutelar. Conforme explicita Frizzo e Sarriera (2005), o Conselho Tutelar tem papel importante na tomada de providências para que os direitos da criança e do adolescente sejam garantidos. Além disso, é o órgão que intermedia a relação da escola com a família e com outras instituições. Nesse sentido, Brito, Nascimento e Rosa (2018) esclarecem a respeito da importância dessa rede de apoio social e afetiva que muito pode auxiliar crianças e adolescentes no âmbito emocional, material ou em qualquer situação de vulnerabilidade que estejam a vivenciar.

No relato dos professores, fica evidente que alguma providência é tomada, seja “*avisar a coordenação*” para que decida se vai “*averiguar*”, “*avisar os pais*”, “*acionar o Conselho Tutelar*”, “*informar ao Juizado de Menores*” ou, simplesmente, “*questionar o estudante*”. Isso revela a existência de acordo interno ou de protocolo para que haja fluxo de atendimento frente aos casos de violência sofrida pelos alunos. Ainda assim, se percebe receio de represálias por parte dos pais agressores que forem denunciados.

Tabela 10 - Envolvimento parental na escola

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	P1(oc)	P2(oc)	P3(oc)	P4(oc)	P5(oc)

Envolvimento parental na escola	Ausência e isolamento dos pais	0	2	0	6	3
	Pouca ou nenhuma participação dos pais nas atividades escola/família	1	4	2	2	4

Legenda: oc = ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

Diante da categoria “**Envolvimento parental na escola**”, **P4** destaca a subcategoria “**Ausência e isolamento dos pais**” (6 oc). A docente informa que, na maioria das atividades promovidas pela escola, os pais associados a atos de violência doméstica não costumam aparecer. Refere que a escola está inserida numa “*região marginalizada e por isto o índice de violência doméstica é mais alto do que em outras unidades escolares*”. Como tal, por norma, “*quando fazemos eventos na escola, os pais que mais aparecem são aqueles mais afetuosos com seus filhos*”. Nas palestras direcionadas para a educação integral dos filhos “*a gente não vê esses pais que mais precisam comparecer na escola*”.

P2 confirma a informação de **P4** ao dizer “*os que vêm são os que assistem mesmo os seus filhos*”. Curiosamente, **P3** não acredita que as ações de sensibilização produzam qualquer efeito nas famílias e, como tal, não é a favor de chamar a família em caso de violência doméstica “*eu considero que a escola não tem de entrar nessa história, mas deve encaminhar para o Conselho Tutelar*”. Provavelmente por isso, quando a escola não encaminha os processos de violência para os órgãos competentes, ela mesma faz a denúncia, embora de forma anônima.

Como forma de sensibilização a respeito da problemática da violência doméstica, **P5** refere as reuniões escolares que têm como palestrantes os agentes de polícia, que comparecem com o intuito de sensibilizar as mulheres para o problema da violência doméstica, lembrando-lhes da existência da Lei Maria da Penha, a qual foi feita para as proteger. Relembra igualmente o papel da Direção ao fazer parceria com o SENAI (Serviço Nacional de aprendizagem industrial) com o propósito de munir as mulheres, vítimas de violência doméstica, de algumas habilidades ligadas, por exemplo, à cerâmica. Em sua opinião, muitas dessas mulheres não prestam queixa à polícia devido ao seguinte fato:

“Elas não têm para onde ir e ficam com medo da situação por conta das crianças. Elas têm medo de não prover às necessidades dos filhos. São mulheres sem emprego, sem profissão... Por tais razões, consideram que têm de suportar tudo. Nessas palestras promovidas pelo SENAI elas sentem o contrário disso, que na realidade elas têm alternativas”.

Quanto à subcategoria **“Pouca ou nenhuma participação dos pais nas atividades escola/família”**, **P2** refere novamente que o envolvimento parental só acontece com os pais *“que assistem aos seus filhos”*.

A esse propósito, **P4** defende a importância da relação entre escola e família. Porém, para sua tristeza, *“tem caso que a gente manda um bilhete para os pais preocupado com a educação dos filhos e eles falam que não tem tempo de ir à escola e dizem ‘você acham que eu sou obrigado a ir?’”*

Contrariando novamente toda essa realidade, **P3**, diz-nos não ter *“conhecimento de de nenhum caso de de palestras e orientações para os pais na escola”*. Refere mesmo que, em certos casos é a Direção da escola que sugere que *“a família tem de aplicar punição, tem de bater mesmo, porque o estudante não tem limites”*. Isto é, em sua opinião, nessa escola, ainda se cultiva a mentalidade de que a educação deverá ministrada por meio da violência física. Nesse sentido, **P3** ainda argumenta:

“Eu julgo que não tem de usar de agressão física para conduzir a criança aos estudos. Porém, como eu não tenho filhos, as minhas colegas argumentam: ‘Não, é porque você não entende... você não é mãe’. É diferente, quer dizer que para o médico falar de suicídio necessita suicidar para ter competência a respeito do assunto? Então, eu sofro muito com isso em qualquer escola que eu trabalho, porque eu faço essa defesa e considero que não deve haver punição física em qualquer fase da vida na educação familiar. Há colegas que chamam os pais e dizem: ‘Se necessitar batam mesmo porque é necessário impor limites’. Portanto, é muito complicado o papel da mulher na profissão docente, ainda mais se ela não for mãe. Além disso, em alguns casos, ainda existe a associação do exercício da profissão docente que ainda está ligado à questão maternal”.

Pela análise dos discursos dos professores entrevistados, não fica claro se os pais participam ou não das atividades escolares. Ao triangular esta informação com o discurso da Diretora e Coordenação da escola, ficamos a saber que, em certos casos, as mães participam de atividades escolares dos seus filhos, situação aqui nunca referida.

Em termos conceituais, Fan e Chen (2001) referem a importância do envolvimento parental na escola, como forma de apresentar distintos comportamentos e hábitos parentais, como a comunicação entre pais e filhos a respeito de aspectos relacionados com a escola, envolvimento dos pais no contexto escolar ou, ainda, no que tange às regras que os pais impõem para a realização das tarefas escolares.

Tabela 11 - Impacto da violência doméstica no processo de aprendizagem

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	P1(oc)	P2(oc)	P3(oc)	P4(oc)	P5(oc)
Impacto da violência doméstica na aprendizagem escolar	Impacto em todos os aspectos da aprendizagem	2	2	2	3	2
	Impacto emocional	1	1	0	1	3
	Aumento da indisciplina	0	1	1	0	0
	Aumento da agressividade	0	1	1	2	3
	Aumento do receio do fracasso				2	4
	Menor motivação/menor concentração	0	1	0	3	1
	Menor rendimento	0	2	1	2	3
	Falta de assiduidade	0	2	3	0	2

Legenda: oc = ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à categoria “**Impacto da violência doméstica na aprendizagem escolar**”, ao iniciar pela subcategoria “**impacto em todos os aspetos da aprendizagem**”, **P1** afirma que esse é total. Em sua opinião, a “*criança tem de estar bem para que a aprendizagem ocorra de forma significativa*”. O flagelo da violência “*prejudica a criança não só na escola, mas também em casa*”.

Para **P2**, não raras vezes a criança que não encontra conforto no lar, procura na escola o “*porto seguro*”. No entanto, o progresso escolar dessa criança “*é reduzido no decorrer do ano letivo no qual se encontra*”. O ambiente de violência onde se encontra faz com que a criança tenha “*dificuldade de concentração e dificuldade de rotina escolar*” (**P3**). Também **P4** assume que esse flagelo vivido pela criança influencia “*bastante*” toda a sua aprendizagem. Essas opiniões são totalmente corroboradas por **P5** referindo que “*pelo histórico das crianças vítimas de violência doméstica as quais cuidamos ao longo desses anos, verifica-se que todas elas tiveram dificuldade de aprendizagem*”.

No que diz respeito à subcategoria “**Impacto emocional**”, verifica-se que é bastante referido pelos entrevistados. **P1** é de opinião que, para a criança obter aproveitamento escolar, tem de estar “*bem emocionalmente e fisicamente, tanto em casa quanto na escola*”, o que geralmente não acontece. **P3** acredita que a instabilidade emocional que ocorre nas crianças se “*reflete no cognitivo*”, pois são crianças que sofrem bastante de ansiedade, que as desestabilizam emocionalmente e, como tal, “*demoram mais para aprender*”.

Toda essa situação nos leva à subcategoria “**Aumento da indisciplina**” que, para **P2**, acentua de forma notória os problemas da violência que a criança sofre em casa, posição corroborada por **P3**.

Verifica-se também que a indisciplina é um dos sintomas da “**Agressividade**”, outra subcategoria. Para **P2**, esse flagelo provoca na criança um aumento de agressividade, falta de respeito para com os colegas e para com os professores. **P3** acredita que toda a criança que sofre de violência doméstica se torna “*muito agressiva*”, mas também em sua opinião “*pode adotar a postura de ficar calada, ensimesmada*”.

A tudo isso vamos atrelar a subcategoria “**Aumento do receio do fracasso**” que é referido por **P4** “*se ela fracassar o que vai acontecer? Ela vai apanhar e será maltratada com xingamentos. Já presenciamos vários casos em que tivemos de chamar o pai para conversar e o pai falar ‘esse menino é burroooooooooooooooooo!!!!’*”

Além disso, o receio do fracasso poderá levar a criança a ter “**Menor motivação/menor concentração**” para estudar. Esta é outra das subcategorias elencadas. Sofrendo de maus tratos, com receio de fracassar, escondendo-se na agressividade, a criança acaba por não ter grande motivação para o estudo e por isso mesmo “*tem a sua concentração diminuída sensivelmente*”.

Como tal, e como no que refere **P2**, a criança desmotivada “*não faz as atividades na sala de aula*”. Para esse professor de Matemática (**P2**), “*às vezes tem pais que agredem e não veem que aquela situação pode causar trauma para criança, e quando são chamados à escola, a primeira coisa que dizem é: ‘Quando chegar em casa acertamos’. Onde estamos, é região bem carente e são poucos os pais que conversam, orientam e buscam terapia familiar*”.

Verifica-se também que a violência doméstica leva a quebra acentuada no “**Rendimento escolar**”, que é outra subcategoria. **P2** refere que o rendimento escolar da criança cai totalmente. Por sua vez, **P3** completa que as crianças não encontram qualquer sentido na aprendizagem e, como tal, ficam na sala de aula “*desanimadas, retraídas e desinteressadas*”, o que provoca baixo rendimento escolar. Nesse contexto, **P2** tem uma expressão interessante que é “*vem tudo na caixinha*”.

Ao parafrasear **P2**, poder-se-á dizer que também vem nessa “*caixinha*” a última subcategoria causadora do impacto da violência doméstica no processo de aprendizagem explicitada na tabela 11, que é a “**Falta de assiduidade**” dessas crianças sejam porque são forçadas a ficar em casa para cuidar dos irmãos mais novos seja por perdem o interesse pela escola.

De maneira geral, os professores concordaram que uma criança que cresce no seio de uma família desestruturada acaba por sofrer consequências cognitivo e desenvolvimental, o que se reflete no processo de aprendizado.

Tendo em atenção ao pensamento de Faerman (2014), os altos índices de agressividade de crianças e de adolescentes decorrem de suas exposições à violência no ambiente doméstico. A real magnitude dessa agressividade será proporcional às experiências prazerosas ou dolorosas vivenciadas.

4.5 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O interesse em apresentar e analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve-se à necessidade de saber como é que a indisciplina dos alunos é prevista e trabalhada. Pela análise deste documento estruturante, podemos verificar a existência de uma organização em seus diversos níveis: estrutural, legal, administrativa, de pessoal, curricular e avaliativa. Revela igualmente posicionamento quanto à escola que se quer construir, assumindo uma forte predisposição para combater a indisciplina.

Libânio *et al* (2011, p. 178) comentam que o “projeto político pedagógico pode significar uma forma de toda a equipe escolar tornar-se corresponsável pelo sucesso do aluno e por sua inserção na cidadania crítica”. Assim, a construção do PPP de forma colaborativa, auxilia, não somente na corresponsabilidade dos integrantes pelo sucesso do aluno, mas também no combate à indisciplina.

No preâmbulo do PPP da escola em análise vem referido que “é caracterizado como um compromisso da escola com os educandos, com as famílias e com a comunidade, estabelecendo a adoção de princípios éticos e políticos como caminho para a busca da qualidade na formação desejada”.

Pela análise do PPP, podemos constatar que este foi construído de forma colaborativa, com a participação do Colegiado: Conselho Escolar, Conselho Gestor (Diretor, Coordenadores Pedagógicos, Coordenadores de turno, Secretária, equipe docente, equipe administrativa) e Comunidade Escolar.

Verifica-se ainda a preocupação em demonstrar a política de transparência da gestão da escola quanto à utilização das verbas públicas provenientes dos seguintes programas:

I - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): Educação Básica e todos os programas do governo federal: Programa Novo Mais Educação, Programa Mais Alfabetização, Educação Conectada, Acessibilidade e Sustentabilidade.

II - Plano de Atendimento Financeiro (PFIE): Recurso do tesouro municipal para custeio, serviços, capital e alimentação.

Os quantitativos desses programas são definidos pelo número de alunos matriculados na instituição. A aplicação desses recursos é determinada pela deliberação do Conselho Escolar, que, em consenso, define as principais necessidades da instituição.

Quanto ao perfil dos alunos que frequentam a escola, vem referido no PPP que, na sua maioria, é constituído por crianças que, *“devido às condições de trabalho dos pais, ficam sozinhas em casa, sob cuidados de vizinhos ou de irmãos ainda menores de idade”*. Menciona ainda que são oriundos de diferentes realidades:

*“(...) uma minoria que já residia no setor e frequentava as escolas vizinhas; a maioria residia em áreas de risco ou invasões do município e, ainda, por se tratar de um setor novo, crianças oriundas de famílias de várias regiões e Estados diferentes, que chegaram a Goiás em busca de melhores condições de vida e a **maioria foi atendida pelo programa Minha Casa Minha Vida**”*. (PPP).

Importa referir que o programa Minha Casa Minha Vida é um programa municipal de habitação de interesse social, promovido pela Prefeitura de Goiânia, em parceria com o Governo Federal, para famílias de baixa renda.

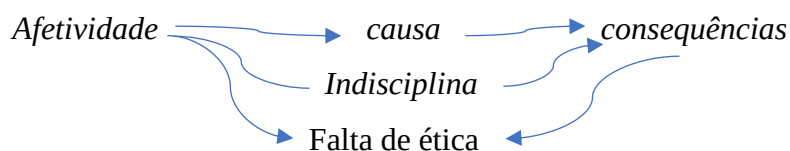
Devido a essa situação, no PPP vem referido que, além dos componentes curriculares obrigatórios, são trabalhadas em sala de aula as seguintes disciplinas: **“Ensinando com Valores”**, **“Saúde, Qualidade de Vida e Meio Ambiente”** e **“Pluralidade Cultural”**.

Para além desses projetos que envolvem a escola, as duas turmas de Educação Infantil estão a trabalhar *“Literatura Infantil e seus encantos”*, *“Alimentação Saudável”*, *“Descobrimo o mundo das letras e dos números”*. Tudo isso com o objetivo de trabalhar com as crianças as questões da Cidadania.

Relativamente ao Conselho Escolar, no PPP vem refletida a preocupação com a reflexão a respeito da sua função que passa, entre outros, por receber as queixas e tomar posição com as questões relacionadas com os **maus-tratos**, as faltas injustificadas, a evasão escolar, entre outros.

Ainda plasmado no PPP, vêm as ações formativas direcionadas para a problemática da indisciplina como “Indisciplina”, “BNCC”, “Uso de Recursos Tecnológicos” e “Os Sites no Ambiente Escolar”.

Figura 1- Ações formativas



Fonte: PPP

Essas ações são frequentadas pelos professores e funcionários da escola, de forma a promover os valores e vencer a indisciplina em sala de aula. Nesse sentido, no cronograma de estudos dos professores estão previstos os seguintes temas:

- “Estatuto do Servidor/Relação Interpessoal - equipe mediação de conflitos”;
- “Afetividade, Vínculo, Aprendizagem e Empatia, com Mário Sergio Cortella”;
- “Indisciplina Escolar/Assembleia escolar: A vez e a voz dos alunos. Um caminho para resolução de conflitos. Relação Professor e Aluno. Mediação de Conflitos”.

A presença de diferentes projetos e ações voltadas para mediação de conflitos, cultura de paz, Direitos Humanos e combate aos preconceitos, revela preocupação do coletivo em combater situações de indisciplina no ambiente escolar.

Nesse contexto, nos projetos ligados aos **Direitos Humanos e Cultura da Paz**, desenvolvem-se temáticas ligadas à segurança pública e combate à violência, valorização da pessoa e respeito às diferentes etnias, combate a todas as formas de preconceitos, entre outros. Isso para buscar alternativas e soluções a serem assumidas pelo poder público e pela sociedade em geral.

Ao analisar o PPP da escola, é ainda possível verificar a existência de um esforço por parte da comunidade educativa em possibilitar, não somente uma educação de qualidade, mas também a procura em desenvolver projetos que visam a formação integral do cidadão, em atenção a todos os problemas vivenciados pelos seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o papel da comunidade educativa na prevenção de casos de violência intrafamiliar, de forma a otimizar o ensino e o aprendizado de alunos em situação de risco, de uma escola pública municipal do Ensino Fundamental, de Goiânia, Goiás, Brasil. Para atingir essa finalidade, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de estudo de caso, com aplicação de entrevistas estruturadas, à direção, coordenação e professores.

As análises das entrevistas permitiram verificar que, tanto os professores quanto os coordenadores e a diretora, apresentam dificuldades em definir teoricamente violência doméstica, mas identificam, na prática, a tipologia das formas de agressão física e psicológica ou mesmo sexual, além da negligência.

Frente aos casos de violência doméstica que chegam até a escola, pode-se inferir, mediante a unanimidade dos relatos, quanto aos procedimentos aplicados nessas situações, de que é preciso acionar o Conselho Tutelar. No entanto, há discrepância em relação ao diálogo entre a escola e os pais e crianças e jovens vítimas de violência doméstica. Além disso, como estratégias selecionadas pela escola, são de referir a comunicação da situação às instancias de direito, em conjunto com profissionais da área. Entende-se que a escola, está consciente e procura agir, diante da problemática gerada pela violência doméstica. Consequentemente, cumpre os protocolos e propõe frequentemente, projetos voltados para a mediação de conflitos, cultura de paz, direitos humanos e combate aos preconceitos.

Em relação à participação dos pais nas atividades culturais da escola, é evidente a dificuldade em lidar com a sua ausência (especialmente os pais agressores), principalmente nas ações que visam evitar e ultrapassar casos de violência doméstica, seja ela direta, indireta, ocorrida ou relatada. Trata-se de ação conjunta, envolvendo os pais agressores, a diretora, a coordenação e os docentes da escola. De alguma forma, a cultura organizacional da escola, mostra-se recetiva aos problemas do meio, quanto à violência doméstica, começando a intervir gradualmente e procurando mudar mentalidades, dentro e fora da escola.

No que tange à violência doméstica e suas repercussões no aprendizado do educando, em termos gerais, pode-se afirmar que a violência doméstica interfere no aprendizado, uma vez que condiciona os aspetos cognitivos e psicológicos. Na realidade, os resultados da análise revelam que a violência doméstica é geradora de vários tipos de danos, físicos, psicológicos e sociais, nas crianças e adolescentes. Destacam-se as emoções intrapessoais, como medo,

baixa-estima, ansiedade e depressão, bem como instabilidade emocional, raiva e abuso de substâncias, e diversos comportamentos antissociais. Conjectura-se que, nesse período, essas crianças correm o risco de iniciar sintomas de transtornos da infância, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, ou mesmo o Transtorno Opositivo Desafiador.

Nem sempre essas crianças possuem marcas físicas da violência. As marcas das agressões também são reveladas nas atitudes diferenciadas dessas crianças, seja por meio do medo do toque, da retração ou mesmo da agressividade para com professores e colegas.

Em consequência, são notórios os problemas quanto ao desempenho escolar, nomeadamente, desmotivação e baixo rendimento acadêmico. Se antes dos episódios de violência doméstica o objetivo do educando era aprender e interagir com os colegas, depois a sua rotina passa a ser de conflitos, preocupações e angústias.

Tal situação se torna ainda mais grave quando esses educandos entram em um ciclo vicioso. Efetivamente, quanto mais insucesso educativo, maior o risco de sofrer violência e, conseqüentemente, de apresentar menor desempenho. Globalmente, é consensual entre os entrevistados de que há impactos negativos no processo de aprendizagem e de socialização, que se repercutirão nos anos seguintes.

Frente a essas situações, os procedimentos em defesa dessas vítimas envolvem, sobretudo, a Direção e o Conselho Tutelar da escola. Como forma de prevenção, o Projeto Político Pedagógico (PPP), tendo em conta essas singularidades, propõe algumas ações sensibilizadoras, na tentativa de reduzir a violência e a indisciplina, promotoras do insucesso escolar. Conclui-se assim que, além da violência doméstica direta e indireta, essas crianças estavam expostas a outros fatores de risco, como a pobreza, baixa escolaridade familiar e o uso de álcool e/ou droga por parte dos seus familiares

Nesse contexto, entende-se que a escola passa a ser o refúgio dos alunos para terem alimentação, benefícios dos programas sociais do governo federal e manterem distância do agressor, o que, de alguma forma, constitui um benefício e um impulso positivo, no combate ao insucesso escolar. Sem essa motivação e o entendimento necessário para estudar, a criança tem o seu tempo mental tomado pela violência contra si e, principalmente, contra seus familiares. Por isso mesmo, é à escola que compete a criação de um ambiente favorável ao estudo e ao desenvolvimento. Como tal, é preciso que os educadores saibam lidar com a agressividade desses alunos, quando as crianças manifestam a sua contrariedade, como resultado da violência sofrida em casa. Essa realidade exige acompanhamento e suporte, não somente psicopedagógico por professores, mas também de psicólogos.

Nesse sentido, a necessidade de apoio a essas crianças, que sofrem ou presenciam a violência doméstica, deverá continuar a ser uma prioridade da gestão e dos educadores da escola pesquisada.

Dito isto, é fundamental considerar que o significativo desafio vivenciado pela escola repercutiu nos condicionalismos vivenciados nessa pesquisa. Assim, é de referir a resistência por parte de alguns professores em participar da pesquisa, muito provavelmente, devido à agitada rotina da escola e aos inúmeros problemas do cotidiano de uma instituição localizada num meio carente e violento. Ademais, verificou-se o restrito acesso às atas e ao diário escolar, uma vez que a Direção não autorizou a sua consulta, alegando a proteção de dados. Além disso, não foi encontrado um plano de ação concreto, que contivesse as estratégias adotadas para sanar situações de violência doméstica trazidas para a escola. Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deverá ser reformulado, a fim de reforçar o esforço coletivo na difusão de valores sociais fundamentais aos direitos e deveres dos cidadãos, e de respeito ao bem comum, que minimizem os impactos negativos da violência doméstica.

Diante dessa realidade, futuramente essa pesquisa poderá abrir espaço para a construção coletiva de protocolos eficazes entre escola, pais, Conselho Tutelar, órgãos oficiais e psicólogos, para atender os casos de violência doméstica ou qualquer outra forma de manifestação de violência.

Também se espera que atividades educativas complementares e integrativas possam ser adotadas pela gestão escolar, para empoderar familiares na condução educacional de seus filhos, além de envolvê-los na rotina escolar, a fim de reduzir as tensões causadas pela realidade violenta, na qual ainda vivem muitos educandos.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M. et al. (2002). *Escolas Inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Brasília: UNESCO Brasil.
- Andrews, A. B. (1994). Developing community systems for the primary prevention of family violence. *Family & Community Health: The Journal of Health Promotion & Maintenance*, 16(4), 1–9. Disponível em <https://doi.org/10.1097/00003727-199401000-00003>
- Araújo, M., Martins, E., & Santos A. (2004). Violência de gênero e violência contra a mulher. In F. Araújo & C. Mattioli (Org.), *Gênero e violência* (pp.90-130). São Paulo, SP: Arte e Ciência.
- Archer, J. (2013). Can evolutionary principles explain patterns of family violence? *Psychological Bulletin*, 139(2), 403-440.
- Ariès, P. (1988). *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Assis, F. & Ferreira, E.B. (2012). Repercussões da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Adolescência e Saúde*, 9(2), 53-59.
- Atzaba-Poria, N., & Pike, A. (2015). Through a cultural lens: Links Between maternal and paternal negativity and children's self-esteem. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 46(5), 702-712.
- Azambuja, M., & Nogueira, C. (2007). Violência de gênero: uma reflexão sobre a variabilidade nas terminologias. *Saúde em Debate*, 31(75), 97-106.
- Balista, C., Basso, E., Cocco, M., & Geib, L. (2004). Representações sociais dos adolescentes acerca da violência doméstica. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 6(3) 350-357.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barros, A. & Freitas, M. (2015). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. *Pensando famílias*, 19(2), 102-114. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-94X2015000200009&lng=pt&tlng=pt.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.

- Bento, A., Mendes, G., & Pacheco, D. (2016). *Relação Escola-Família: Participação dos Encarregados de Educação na Escola*. CIAIQ2016, 1. Disponível em <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/648/637>
- Bhona, F., Lourenço, I., & Brum, C. (2011). Violência doméstica: um estudo bibliométrico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(1), 1-110.
- Bjorkenstam, C., Weitof, G., Hjern, A., Nordström, P., Hallqvist, J., & Ljung, R. (2011). Researchreport: School grades, parental education and suicide-a national register based cohort study. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 65(11), 993-998.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora.
- Bowlby, J. (2006). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brancahona, P. G., Fogo, J. C., & Williams, L. C. (2004). Crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 113-117.
- Brasil. (2006). *Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (2002). *Código Civil*. Brasília: Câmara do Deputados, Coordenação de Publicações.
- Brasil. (2018). *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Brasil. Ministério da Educação. (2019). *Conselhos Escolares*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32663>
- Barsil. (2002). Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Diretoria de Ensino Fundamental. Diretoria de Ensino Médio. Diretoria de Planejamento. *Entidades de gestão democrática escolar: diretrizes 4*. Florianópolis.
- Brito, C., Nascimento, C. & Rosa, E. (2018). Conselho tutelar: rede de apoio socioafetiva para famílias em situação de risco? *Pensando famílias*, 22(1), 179-192. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100014&lng=pt&tlng=pt.
- Cabral, K. (2004). *Direito da Mulher*. São Paulo: Editora de Direito LTDA.

- Caglar, H. (1983). *La Psychologie Sociale*. Paris: Puf.
- Carneiro, M. A. (2000). *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. Petrópolis: Vozes.
- Castro, J. (2017). *Relação da Violência Doméstica com o aproveitamento escolar: percepções entre crianças e adolescente, de uma escola municipal nascida de Campina Grande – Paraíba*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Castro, L. (Org.). (2001). *Crianças e Jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU Editora/FAPERJ.
- Cecconello, A., De Antoni, C., & Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Chechia, V. & Andrade, A. (2005). O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 10(3), 431-440. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2005000300012>
- Conselho Nacional de Secretários da Educação. (2019). *Projeto Político Pedagógico: o que, para que e qual sua estrutura*. Goiânia: Secretaria Municipal de Educação.
- Costa, J., & Piber, L. (2016). *Compreensões do fenômeno violência: A voz dos profissionais da atenção básica em saúde no bairro nova*. Disponível em <http://anais.est.edu.br/index.php/teologiars/article/view/543/418>
- Coutinho, Â. S. (2002). *As crianças no interior da creche: a educação e o cuidado nos momentos de sono, higiene e alimentação*. (Dissertação de mestrado). Florianópolis: CED/UFSC.
- Covolan, N., & Oliveira, D. (2015). *Educação & diversidade: A questão de gênero e suas múltiplas expressões*. Rio de Janeiro: Editora Autografia.
- Cury, C. (2002). Gestão democrática da educação: exigências e expectativas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 18 (2), 163-174.
- D'Affonseca, S. M., & Williams, L. C. de A. (2011). Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 236-251. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200004>
- Dalben, Â. (2004). Conselhos de Classe e Avaliação. *Perspectivas na gestão pedagógica da escola*. Campinas-SP: Papirus.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An Integrative Model. *In Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/232493813_Parenting_Style_as_Context_An_Integrative_Model

- De Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível sócio-econômico. *Psicologia em Estudo*, 11 (1), 63-71.
- Dias, I. (2015). *Sociologia da família e de género*. Porto: Pactor.
- Dias, I. (2013). (Con)viver com a violência doméstica: Fatores de risco e impacto sobre as crianças. *Rediteia - Revista de Política Social da Rede Europeia Anti-Pobreza*, 46, 30-43.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 10, 245-262.
- Dias, M. (2009). *Manual de Direito das Famílias* (5a ed.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Dias, M. (2015). *Lei Maria da Penha* (4a ed.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- D'Oliveira, A., Schraiber, L., Hanad, H., & Durand, J. (2009). Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a Atenção Primária em Saúde. *Revista em Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1037-50.
- Domith, X., & Lourenço, L. (2015). Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: Na linha do tempo. *Psicologia: O portal dos Psicólogos*. Disponível em <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/a0959.pdf>.
- Epstein, J. L. (1991). Effect son student achievement of teachers' practices of parent involvement. *Advances in Reading and Language Research*, 5, 261-276.
- Faerman, L. & Silva, F. (2014). Impactos Sociais na Vida de Crianças e de Adolescentes que Presenciam Violência Doméstica Contra Suas Mães. *Revista Ciências Humanas - UNITAU*, 7(2), 99-118.
- Falcke, D., Rosa, L. W., & Steigleder, V. A. T. (2012). Estilos Parentais em Famílias com Filhos em Idade Escolar. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5 (2), 282-293.
- Fan, X., & Chen, M. (2001). Parental Involvement and Students' Academic Achievement: A Meta-Analysis. *Educational Psychology Review*, 13(1), 1-22.
- Flick, U. (2009). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor – Projectos e Edições, Lda.
- Fonseca, D., Ribeiro, C., & Leal, N. (2012). Violência doméstica contra a mulher: Realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314.

- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir*. Ed. Vozes.
- Franco, L., López-Cepero, J., & Díaz, F. (2009). Violência doméstica: una revisión bibliográfica e bibliométrica. *Psicothema*, 21(2), 248-254.
- Frizzo, K. & Sarriera, J. C. (2005). O Conselho Tutelar e a rede social na infância. *Psicologia USP*, 16(4), 175-196. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772005000400009&lng=pt&tlng=pt
- Frota, M. A. et al. (2015). Compreensão Infantil Acerca Da Violência Escolar. *Revista da escola de enfermagem da Usp*, 1, 27-31.
- García-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L., & Watts, C. (2005). *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneva: World Health Organization.
- Giddens, A. (2014). *Sociologia* (9a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. (2011). *Transformação da intimidade: A sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (2a ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- Gil, A. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Green, C., Walker, J.M, Hoover-Dempsey, K. & Sandler, H. (2007). Motivações dos pais para o envolvimento na educação infantil: um teste empírico de um modelo teórico de envolvimento dos pais. *Jornal da psicologia educacional*, 99 (3), 532-544. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1037/0022-0663.99.3.532>.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia Editora.
- Howlett, M., Ramesh, M., & Perl, A. (2013). *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Uma abordagem integral. Tradução de Francisco G. Heidemann. Rio do Janeiro: Editora Elsevier.
- Junqueira, M. & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(1), 227-235. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000100025>
- Kerns, K. A., Aspelmeier, J. E., Gentzler, A. L., & Grabill, C. (2001). 'Parent-Child Attachment and Monitoring in Middle Childhood'. *Journal of Family Psychology*, 15, 69-81.

- Kitzmann, K.M. (2011). Violência doméstica e seu impacto sobre o desenvolvimento social e emocional de crianças pequenas. *Enciclopédia sobre o desenvolvimento na Primeira Infância*. Universidade de Memphis dos EUA. Disponível em <http://www.encyclopedia-crianca.com/maus-tratos-na-infancia/segundo-especialistas/violencia-domestica-e-seu-impacto-sobre-o>
- Kroth, V., Silva, R., & Rabuske, M. (2007). As famílias e os seus direitos: o artigo 226 da Constituição Federal de 1988 como rol enumerativo. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 2 (2), 98-116.
- Krug, E. et al. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- La Violette, A., & Barnett, O. (2000). *It Could Happen to Anyone: Why Battered Women Stay*. London: Sage Publications.
- Libâneo, J. C., Oliveira, J. F. de, & Toschi, M. S. (2011). *Educação Escolar: políticas, estruturas e organização*. (10a ed.). São Paulo/SP: Cortez.
- Lisboa, C., & Ebert G. (2012). Violência na escola: reflexão sobre as causas e propostas de ação preventiva e focais. In L. Habigzang & S. H. Koller. *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (pp.190-202). Porto Alegre: Artmed.
- López, F. (2008). *Necesidades en la infancia y en la adolescencia: Respuesta familiar, escolar y social*. Madrid: Pirámide.
- Lück, H. (2006). *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Petrópolis: Vozes.
- Macarini, S., Martins, G., Minetto, M. & Vieira, M. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 119-134. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100013&lng=pt&tlng=pt
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parentchild interaction. In E. M. Hetherington (Org.), *Handbook of child psychology*. Socialization, personality, and social development, (4ª ed.,pp. 1-101). New York: Wiley.
- Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(3), 255- 264.
- Machado, S. C. A. (2015). *Relação Família e Escola, uma interação essencial na formação de alunos participativos em uma sociedade democrática*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Quaraí, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação.

- Magalhães, M. (2005). *A Violência nas Relações de Intimidade - Um contributo para a definição de alguns conceitos*. Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto -CIIE-FPCEUP. Disponível em <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf2/ViolenciaConceitosMJM2005.pdf>
- Maia, M. Silva, M., Paiva, A. Silva, D. & Alves, M. (2020). Práticas profissionais em situações de violência na atenção domiciliar: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9), 3587-3596. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020259.27992018>.
- Martins, A., & Carvalho, C. (2009). No crepúsculo da vida: Um olhar sentido sobre a vivência conjugal. *Revista de Ciències de l' Educació*, 30(3), 319-337.
- Martins, A. & Carvalho, M. A. (2006). A violência doméstica por detrás do abandono escolar. *Universitas tarraconensis. Revista de ciències de l'educació*, 31(3), 249-260.
- Matos, P. (2006). Relações românticas em adolescentes. *Psychologica*, 41, 9-24.
- Melo, Z., Silva, D. & Caldas, M. (2009). Violência Intrafamiliar: crime contra a mulher na área metropolitana do Recife. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 111-9.
- Mendes, T. & Sani, A. (2015). Representações de crianças expostas à violência interparental através de provas projetivas. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 171-192.
- Moraes, R., Camino, C., Costa, J., Camino, L., & Cruz, L. (2007). Socialização parental e valores: Um estudo com adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (1), 167-177.
- Moreira, M. & Sousa, S. (2012). *O Social em questão*. Ano XV, 28, 13-26. Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>
- Moura, R. (2016). *Problemáticas de sinalização de crianças e jovens em perigo: Perfil psicológico dos progenitores* (Dissertação de Mestrado). Porto: Universidade Portucalense.
- Nascimento, G & Fernandes, F. (2017). As Práticas Parentais Positivas e Negativas como fatores colaborativos no rendimento escolar. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*.Extra (5), A5-283-288. Disponível em <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2762>
- Nothaft, R. J., & Beiras, A. (2019). O que sabemos sobre Intervenções com autores de violência doméstica e familiar? *Revista Estudos Feministas*, 27 (3), 1-14. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ref/v27n3/1806-9584-ref-27-03-e56070.pdf>.

- Nóvoa, A. (2009). Educación 2021: Para una historia del futuro. *Revista Iberoamericana de Educación*, 49, 181-199. Disponível em https://rieoei.org/historico/documentos/rie49a07_por.pdf.
- Oliveira, D., Siqueira, A. C., Dell'Aglio, D. & Lopes, R. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia*, 12(1), 87-98. Disponível em 10.5380/psi.v12i1.9172
- ONU (1993). *Strategies for Confronting Domestic Violence: a Resource Manual*. United Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Padovani, R.C., & Williams, L.C. (2002). Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, 7 (2), 13–7. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000200003&script=sci_abstract&tlng=pt
- Pagelow, M. (1984). *Family violence*. New York: Praeger.
- Papalia, D. & Feldman, R. (2013). *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: AMGH.
- Patrocínio, C. (2016). *Conheça Organizações que podem ajudar mulheres em situação de violência doméstica*. Disponível em <http://www.comum.vc/conteudo-aberto/2016/8/6/conheca-organizacoes-que-podem-ajudar-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica>
- Paulino, M. (2016). *Forensic psychology of spousal violence: Psychodynamics, forensic mental health issues and research*. San Diego: Elsevier Academic Press.
- Pereira, P., Santos, A., & Williams, L. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 19-28. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722009000100003>
- Perrenoud, P. (2001). O que a escola faz às famílias. In C. Montandon, & P. Perrenoud, (Org.), *Entre pais e professores, um diálogo impossível?* (pp. 57-112). Oeiras: Celta Editora.
- Pinto, I., et al. (2017). os ciclos da vida: perfil das vítimas em serviços de urgência e emergência de capitais do Brasil *Ciência e Saúde Coletiva*, 22(5), 1501-1508.
- Preto, M. & Moreira, P. (2012). Autorregulação da aprendizagem em crianças e adolescentes filhos de vítimas de violência doméstica contra mulheres. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2(4), 730-737. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000400012>
- Punch, K. F. (1998). *Introduction to social research: quantitative and qualitative approaches*. London: Sage.

- Rahilly, E. (2015). The gender binary meets the gender-variant child: Parents' negotiations with childhood gender variance. *Gender & Society*, 29(3), 338-361. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0891243214563069>
- Rede Nacional Primeira Infância. (2011). *A violência doméstica e a aprendizagem escolar*. Disponível em <http://primeirainfancia.org.br/a-violencia-domestica-e-a-aprendizagem-escolar/>
- Reichert, C. & Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *Psico*, 38 (3), 292-299.
- Ribeiro, E. A. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais*, 04, 129-148, 129-148. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/359/175>
- Ricas, J. & Miguir, T. (2010). Aspectos Históricos da Educação no Brasil Versus Violência Física na Infância: Reflexões. *Revista Médica de Minas Gerais*, 20(2), 212-217.
- Sani, A. (2011). *Crianças vítimas de violência: Representações e impacto do fenómeno*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sani, A. (2006). Avaliação de crianças expostas à violência interparental em processos de separação e divórcio. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 3, 289-296. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/630/1/289-296FCHS2006-10.pdf>
- Santos, J. E. (2009). *Eleição de diretores em Pernambuco: entre a indução democrática e a autonomia da comunidade escolar*. (Dissertação de mestrado em Educação). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Saraiva, R.J., Rosas, A.M., Valente, G.S., & Viana, L.O. (2012). Qualificação do enfermeiro no cuidado a vítimas de violência doméstica infantil. *Ciencia y enfermería*, 18(1), 17-27. Disponível em <https://dx.doi.org/10.4067/S0717-95532012000100003>
- Sarmiento, T. & Marques, J. (2002). *A escola e os pais*. Maia: Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.
- Satchidananda, S. (1978). *The yoga sutras of patanjali: Commentary on the Raja Yoga Sutras*. Disponível em https://www.academia.edu/36846559/THE_YOGA_SUTRAS_OF_PATANJALI_BY_SATCHIDANAND_NEW_SECRET_COMPLETE_INSTRUCTIONS_ON_ENLIGHTENMENT

- Silva, M. (2014). Os efeitos da violência intrafamiliar sobre as relações interpessoais em sala de aula. *Estação Científica (UNIFAP)*, 4(1), 79-95.
- Silva, P. (2010). Análise sociológica da relação escola-família: Um roteiro sobre o caso português. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 443-464. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/267409441_Analise_sociologica_da_relacao_escola-familia_um_roteiro_sobre_o_caso_portugues
- Simião, D. (2015). *Reparação, justiça e violência doméstica: Perspectivas para reflexão e ação*. *Vivência* 46. *Revista de Antropologia*, 46, 53-74. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8773/6258>.
- Sousa, M. & Sarmiento, T. (2010). Escola – Família - Comunidade: Uma relação para o sucesso educativo. *Gestão e Desenvolvimento*, 17(18), 141-156. Disponível em https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9117/1/gestaodesenvolvimento17_18_141.pdf
- Souza, L. & Serra, C. (2020). Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. *Tempo Social*, 32(2), 205-227. Disponível em <https://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.158668>
- Stake, R. (2012). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso* (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stefanoni, L. & Rodrigues, T. (2016). Violência doméstica contra a mulher. *Revista Âmbito Jurídico*, 19(153). Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18050&revista_caderno=3
- Stelko-Pereira, A. C., Albuquerque, P. & Williams, L.. (2012). Percepção de alunos sobre a atuação de funcionários escolares em situações de violência. *Revista Eletronica de Educação*, 6, 376-391. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/277>
- Tanaka, M., Georgiades, K., Boyle, M., & MacMillan, H. (2015). Child mal treatment and educational attainment in young adulthood: Results from the Ontario child health study. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(2), 195-214. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260514533153>
- Thornton, V. (2014). Understanding the emotional impact of domestic violence on young children. *Educational & Child Psychology*, 31(1), 90-100. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/320858949_Understanding_the_emotional_impact_of_domestic_violence_on_young_children

- Kapoor, S. (2000). Domestic violence against women and girls. Italy: United Nations Children's Fund, UNICEF
- Vasconcellos, C. (1989). *Disciplina: Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola* (7ª ed.). São Paulo: Libertad.
- Veiga, I. (2013). A escola em debate - Gestão, projeto político – pedagógico e avaliação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, 7 (12), 159-166. Disponível em <http://www.esforce.org.br>
- Veiga, I. (Org.). (2010). *Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível* (28ª ed.). Campinas/SP: Papirus.
- Villa, S. (2012). Os Formatos Familiares Contemporâneos: transformações demográficas. *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*, 4 (12), 2-26.
- Weber, L. (2017). Relações entre práticas educativas parentais percebidas e a autoestima, sinais de depressão e uso de substâncias por adolescentes. *Revista de Psicologia*, 1, 157-168. Disponível em <http://www.infad.eu/RevistaINFAD/OJS/index.php/IJODAEP/article/view/928>
- Walker L. (2000). *The Battered Woman Syndrome*. ((2ª ed.)New York: Springer Publishing Company.
- Weber, L., Prado, P., Viezzer, A. & Brandenburg, O. (2004). Identificação de Estilos Parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), 323-331. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000300005>.
- Weiss, M. (2004). *Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem*. (10ª ed.). Rio de Janeiro: editora DP&A.
- Will, J., Loper, A., & Jackson, S. (2016). Second-Generation prisoners and the transmission of domestic violence. *Journal of Interpers Violence*, 31(1), 100-121. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260514555127>.
- World Health Organization (1996). *Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority*. Geneva: WHO.
- Yasui, M. (2015). The culturally-enhanced video feedback engagement (CEVE) framework: Qualitative findings in families of children with disruptive behavior problems. *Transcultural Psychiatry*, 52(3), 417-443. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1363461514561076>.

- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Zenhas, A. (2006). *O papel do director de turma na colaboração escola-família*. Porto: Porto Editora.
- Zuma, C. (2004). A visão sistêmica e a metáfora de rede social no trabalho de prevenção de violência intrafamiliar em comunidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 13 (23). Disponível em <http://www.noos.org.br/acervo/A-visao-sistemica-e-a-metafora-de-rede-social.pdf>.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - GUIÃO DA ENTREVISTA À DIRETORA

Esta entrevista faz parte de um trabalho de investigação de mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona do Porto (Portugal) sendo nosso **objetivo analisar o papel da comunidade educativa na prevenção de casos de violência intrafamiliar, de forma a otimizar o ensino e o aprendizado de alunos em situação de risco, de uma escola pública municipal do Ensino Fundamental, de Goiânia, Goiás.**

As suas respostas serão absolutamente anónimas. Não haverá respostas corretas nem respostas incorretas. Todas elas serão válidas e importantes para a consecução dos objetivos deste estudo.

Grata pela colaboração

I - DADOS PESSOAIS

Sexo: _____

Idade: _____

Formação académica: _____

Tempo do cargo de Diretor na Instituição: _____

II - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EMERGENTE NO CONTEXTO ESCOLAR

1. Em sua opinião, como pode ser entendido o conceito de Violência Doméstica?
2. Tem conhecimento na sua escola de casos de alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos?
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais?
4. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica?

III - IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PERCURSO EDUCATIVO E COMPORTAMENTOS DA CRIANÇA NA ESCOLA

5. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?
6. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim, quais?

7. Em sua opinião qual o **impacto na aprendizagem** dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?

8. Indique as consequências da Violência Doméstica a respeito do desempenho escolar do aluno, ao longo do ano letivo e no resultado final.

APÊNDICE 2 - GUIÃO DA ENTREVISTA ÀS COORDENADORAS PEDAGÓGICAS

Esta entrevista faz parte de um trabalho de investigação de mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona do Porto (Portugal) sendo nosso **objetivo analisar o papel da comunidade educativa na prevenção de casos de violência intrafamiliar, de forma a otimizar o ensino e o aprendizado de alunos em situação de risco, de uma escola pública municipal do Ensino Fundamental, de Goiânia, Goiás.**

As suas respostas serão absolutamente anónimas. Não haverá respostas corretas nem respostas incorretas. Todas elas serão válidas e importantes para a consecução dos objetivos deste estudo.

Grata pela colaboração

I - DADOS PESSOAIS

Sexo: _____

Idade: _____

Formação académica: _____

Tempo do cargo de Coordenador Pedagógico na Instituição: _____

II - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EMERGENTE NO CONTEXTO ESCOLAR

1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de Violência Doméstica?
2. Tem conhecimento de casos de alunos (as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos?
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos (as) alunos (as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais?
4. Quais os procedimentos que adota quando toma conhecimento de que os (as) alunos (as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica apresentam problemas comportamentais ou de aprendizagem?
5. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os (as) alunos (as) vítima diretas ou indiretas de violência doméstica?

III - IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PERCURSO EDUCATIVO E COMPORTAMENTOS DA CRIANÇA NA ESCOLA

6. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?

7. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim, quais?

8. Em sua opinião qual o **impacto na aprendizagem** dos (as) alunos (as) que sofrem de Violência Doméstica?

9. Indique as consequências da violência doméstica a respeito do desempenho escolar do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final.

APÊNDICE 3 - GUIÃO DA ENTREVISTA AOS PROFESSORES

Esta entrevista faz parte de um trabalho de investigação de mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona do Porto (Portugal) sendo nosso **objetivo analisar o papel da comunidade educativa na prevenção de casos de violência intrafamiliar, de forma a otimizar o ensino e o aprendizado de alunos em situação de risco, de uma escola pública municipal do Ensino Fundamental, de Goiânia, Goiás.**

As suas respostas serão absolutamente anónimas. Não haverá respostas corretas nem respostas incorretas. Todas elas serão válidas e importantes para a consecução dos objetivos deste estudo.

Grata pela colaboração

I - DADOS PESSOAIS

Sexo: _____

Idade: _____

Formação académica: _____

Tempo de trabalho na Instituição: _____

Série que leciona: _____

Disciplina que leciona: _____

Turno: _____

II - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EMERGENTE NO CONTEXTO ESCOLAR

1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de Violência Doméstica?
2. Tem conhecimento, na sua sala de aula, ou na escola, de casos de alunos (as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos?
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos (as) alunos (as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais?
4. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os (as) alunos (as) vítima diretas ou indiretas de violência doméstica?

III - IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PERCURSO EDUCATIVO E COMPORTAMENTOS DA CRIANÇA NA ESCOLA

5. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?

Jenucy Espíndula Brasileiro Teixeira - Impacto da Violência Doméstica nas relações interpessoais e na aprendizagem das crianças de uma escola pública municipal de Goiânia

6. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim, quais?

7. Em sua opinião qual o **impacto na aprendizagem** dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?

8. Indique as consequências da violência doméstica a respeito do desempenho escolar do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final.

APÊNDICE 4- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À DIRETORA

1. PERFIL DA ENTREVISTADA
Sexo: Feminino Idade: 56 anos Formação acadêmica: Graduação em Letras e Português Tempo de cargo na Instituição: 2 anos
2. QUESTÕES
1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de violência doméstica?
Os maus tratos dados às mulheres na região
2. Tem conhecimento de casos de alunos vítimas direta ou indireta de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos.
Tenho alguns casos, inclusive de relatos de mãe e de algumas crianças. Relatos de mãe como por exemplo quando ela é a empregada sem direito a nada, aliás com direito a comida básica e ela não tem ninguém nem familiar ela é do nordeste do Maranhão, então Ele tem um plano de saúde, mas somente para ele, nem eu e nem nossos filhos desfrutamos desse plano. Além disso, o meu marido não nos deixa assistir televisão quando ele não se encontra em casa. Ele quando chega a casa põe a mão na televisão pra ver se a televisão tá quente. Ela só compra roupa de bazar, das igrejas ou da escola. Ela fala com a gente e as lágrimas caem. Na escola, essas crianças se alimentavam bastante, como uma forma de compensação. Quem estudava no período matutino se alimentava e permanecia durante todo o dia na escola. Quem estudava no período vespertino, somente se alimentava pela tarde. Quando o pai chegava à noite em casa, ainda reclamava com a mãe porque ela não tinha preparado o jantar. Daí ele ia comprar o gás. Então é uma pessoa refém e por exemplo, outros casos muito comuns, são os pais dependentes de químicos, usuários de craque, drogas, então vem de um contexto muito brutal, tanto na linguagem, quanto comportamental. Então isso é bem chocante pra gente, é muito ruim. São crianças, tem alguns casos que eles não avançam na aprendizagem, são bem sensíveis ao carinho, muito, muito carentes, muito carinhosas, muito afetivas, poucas são agressivas, poucas, a maioria são muito carinhosas. Então isso não os torna ruim, eu fico surpresa. É como se na verdade eles tentassem nos agradar para receber um pouquinho de atenção para não brigarmos com eles por causa do desempenho escolar. Eu percebo que é uma manipulação infantil nesse sentido.
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais?
A violência verbal é a mais comum, também a psicológica, mas existe a violência física. Uma situação bem comum, entre eles, é a violência física que envolve agressão, como: espancamento, bater, mulheres fugindo da relação, além de recebermos mulheres vítima de violência no Nordeste para cá. Estou com um caso aqui que conseguimos matricular a criança agora, ela saiu em fuga, porque teve de sair de casa devido às ameaças de morte do marido. Nesses casos, percebe-se que não se trata apenas de agressão física. Talvez, agora seja mais evidente porque a mídia combate esse problema social, pois o uso das drogas se tornou muito

maior, portanto, torna esse indivíduo mais agressivo, então se antes nós tínhamos apenas o problema do alcoolismo hoje, o alto consumo de drogas acentua a violência doméstica.
4. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os(as) alunos (as) vítima diretas ou indiretas de violência doméstica?
Primeiramente, comunicamos à Secretaria Municipal de Educação por intermédio dos técnicos que acompanham o caso que envolve a criança, em seguida conversamos com a família para identificar o tipo de violência, o contexto do caso, orientamos os pais para buscarem ajuda nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e comunicamos ao Conselho Tutelar. São as providências iniciais cabíveis. No ano passado após percebermos que precisávamos trazer palestras, trazer informações, conseguimos, em agosto, com a polícia militar sobre a lei Maria da Penha, na hora que (não avisamos sobre o tema da palestra, falamos que teria uma palestra para as famílias e que teria várias apresentações, então como nós servimos o café da manhã e tiveram várias apresentações o auditório estava cheio) chegou a polícia militar com o tema VD, a plateia esvaziou, ficaram cerca de 30% apenas. E o que eu achei interessante nesse aspecto é que tinham alguns homens que permaneceram. Então esse tema incomoda. Da outra vez, nós trouxemos a secretaria da mulher, agora início de novembro, como nós falamos que era palestra sobre a VD a procura foi baixíssima, incomoda.
5. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?
Há uma omissão, eles não falam sobre o assunto, tem alguns casos que nós percebemos pois tem alguns aqui que as crianças se tornam muito agressivas espancando os outros, quando a gente chama para conversar aí vai descobrir que é em casa. Existem alguns casos, por exemplo, quando chamamos o pai e a mãe, o esposo agressor fica nervoso, incomodado e não participa muito da reunião enquanto a mulher fica tentando-se justificar. É uma situação muito ruim. Deve haver formação específica para saber lidar com essa situação. Entendemos que o agressor também é vítima. Isso é semelhante aos casos de bullying que é um tipo de agressão psicológica. Nesse sentido, também não podemos tratar o bullying só do ponto de vista da vítima. São necessários diversos tipos de programas de reeducação para quem pratica atos ofensivos às integridades de crianças, jovens e adultos, especialmente, as mulheres vítimas de violência. Por exemplo, do lado das garotas, a vida sexual de não querer estar pronta, mas ter que ceder, para não poder perder a pessoa, então é muito estranho, é muito ruim e elas numa condição até mesmo, de humilhação porque o cara é o gostoso ele pega mesmo, e o caso dela ser descartada, depois que eu me entreguei ele não olha, e ela chorando, humilhada, isso é muito ruim, então é de uma construção, machista e ofensiva, então eu vivenciei esses dois lados. Aqui como eu tenho mais ensino fundamental 1, com crianças, então o foco está nas mães. Mas eu tenho um caso aqui que me chocou muito esse ano, a menina, moça, deve estar com 11 anos, ela era mulher do irmão, então no relato com ela, ela diz que algumas vezes ele batia na cara dela e xingava ela de piranha, de vagabunda. Aquilo mexeu muito comigo, na verdade a mãe percebia, sabe, aceitava, porque ele de certa forma bancava algumas coisas dentro de casa. Então, ela começou a ser molestada por ele, ela devia ter entre 8 e 9 anos, e ela só veio menstruar agora, então durante todo esse período de 3 anos sendo mulher dele, ela era menina, ela começou a formar o corpo, para adolescente púbere. Agora ela está perdida. O conselho o tirou da casa e agora ela tá aí atrás dos meninos. Não engravidou porque não tinha menstruado, mas agora ela é a mulher dos maiores, despertou a sexualidade muito cedo, não tem jeito, chegamos muito tarde. O ano passado a gente suspeitou, mas não conseguimos avançar, esse ano a gente conseguiu, quando

descobriu, quando desmanchou o novelo eu acho que já chegou tarde, agora ela está no 6º ano, ela é aquele bichinho rejeitado porque é suja, feia e ninguém quer aproximação e a gente percebeu que ela ainda é apaixonada pelo irmão. A vítima apaixonada pelo agressor, resultado de envolvimento psicológico como mecanismo de defesa diante de ameaças, agressões físicas e verbais usadas para manutenção do abuso. No senso comum, numa linguagem social, ela é a “safada, sem vergonha”, portanto há toda uma manipulação. E ela não acontece de uma forma bruta. Nesse caso, ela vai acontecendo aos poucos, brincar com ela, colocar no colo, roçar as genitálias aí a gente percebeu que ele estava fazendo o mesmo com a irmãzinha menor, então tinha ela, tinha a outra, mas colocava a pequena em seu colo e brincava de cavalinho.

6. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim quais?

Como eu disse os pais são muito ausentes os pais, então se a gente vai fazer uma reunião na escola, quando aparecem muitos temos 50 a 70 pais no máximo e é um contexto de 400 alunos de manhã, 300 e pouco à tarde quase 400, que o nosso volume de crianças é 800 e poucos alunos, então em termos de porcentagem é irrisória. Para aparecerem precisa fazer uma mobilização muito grande num sábado de manhã e um dos pontos mais atraentes para eles é quando você oferece alguma coisa, cesta básica, se não, não traz a comunidade. Por exemplo, nessa última que eu fiz, como eu falei qual era o tema, eu fiz sorteio de cestas básicas, 6 cestas básicas, mas como tinha o tema eu tive uma média de 30 pais, isso num sábado de manhã. Seu eu não divulgasse o tema, o número de pais aumentaria, mas como divulguei vieram poucos.

7. Em sua opinião qual o impacto na aprendizagem dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?

Eu percebo que nós temos dois grupos e os dois grupos são afetados: a falta de concentração das crianças, e aquelas que se tornam-se agressivas na escola, inquietas, não conseguem se acomodar, então elas levantam o tempo todo elas agredem o tempo todo e o momento que elas mais interagem é quando estão no recreio ou em atividades diferenciadas, recreativas, atividades que exijam o intelecto e concentração, não são atraente para elas. E temos o outro grupo que é o dos passivos, aquele que sofre calado que é introspectivo e como eu te disse anteriormente extremante carinhoso, numa sensação de aceitação de busca pela aceitação, de camuflar a sua dificuldade cognitiva pois são muitos, por exemplo: nós temos 5 turmas de 3º ano, então essas 5 turmas de 3º ano, no ano passado, foi tão assustador, eu fiquei tão impactada que apenas uma turma estava no nível, apenas 1 turma, 4 turmas estavam, 2 não tinham avançado, estavam no nível inicial de compreensão, não era nem de apropriação.

8. Indique as consequências da Violência Doméstica sobre o desempenho escolar do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final

Verifica-se durante o ano letivo comportamentos passivos, apáticos ou agressivos causados por frustrações, é essa questão ou é passividade ou agressão. E nem para escola porque a escola acaba tornando para ele um espaço de recreação de alimentação, de cuidado, menos dessa consciência da aquisição da aprendizagem e para a família a escola também é esse espaço, então o fato de estar na escola já atingiu a meta, estar cuidado e alimentado, o foco não é o aprendizado, quando chamamos os pais para conversar, referem que: eu também fui assim, mas ele vai desenvolver depois.

APÊNDICE 5 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À COORDENADORA 1

1. PERFIL DA ENTREVISTADA
Sexo: Feminino Idade: 53 anos Formação acadêmica: Graduação em Pedagogia e Especialista em Educação Especial Tempo de trabalho na Instituição: 9 anos na escola e 5 anos na coordenação Turno: Coordenadora pedagógica nos 2 turnos
2. QUESTÕES
1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de violência doméstica?
Aqui na escola buscamos dar assistência a todos os alunos que vivenciam a violência doméstica. Realidade que se verifica constantemente desde as turmas PEs até as turmas Fs, do 6º ano, e PE, na educação infantil. Tal realidade é conhecida durante as conversas com os educandos e durante as reuniões com os familiares, especificamente mães e irmãos. Há casos de extrema violência que constatamos que o aluno, a mãe e irmãos do aluno sofrem violências de toda ordem.
2. Tem conhecimento de casos de alunos vítimas direta ou indireta de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos.
Nós temos um caso de uma educanda, que ela sofria, além da VD, o abuso por parte do padrasto, e era ameaçada constantemente se ela falasse para alguém fora da casa, ou até mesmo para mãe, ela iria sofrer punição ou ameaçar de mandar matar a mãe se sair de casa, além de não terem o que comer, é mais ou menos neste “nível”. Tem aquelas também que são crianças que chegam com muitas marcas no corpo e quando vai averiguar, a mãe às vezes estava embriagada, às vezes estava alterada por tóxico, drogas, várias situações, e na sua grande maioria, os pais são viciados, na sua grande maioria. Ao confirmamos esses casos, buscamos denunciar ao poder público, mas se permanece apenas no âmbito da suspeita e vamos investigar, na maioria das vezes as famílias mudam de residência para um lugar desconhecido.
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais?
Sim, dentre essas que eu falei tem aquelas também que são as psicológicas, porque tem muitas crianças que tem muita dificuldade de aprendizagem e quando vai fazer uma análise mais profunda, com uma pedagogia mais apurada, voltada para uma psicologia percebe-se que toda a questão da não aprendizagem da criança tem as suas raízes na questão da pressão psicológica, seja para ela fazer atividades domésticas, como limpar a casa e outras coisas, ela diz: tia eu não tenho tempo, para fazer as tarefas da escola, ou seja, são responsáveis pelos “menores” mesmo, ou seja, não é uma criança maior, responsável por um menor. Temos casos de crianças que elas sentem tanta pressão psicológica que elas não conseguem aprender, percebe-se que elas estão em outro momento, elas estão como se elas estivessem “viajando” quando chama ela para realidade, daqui a pouco ela chora e aí, tem que tirar ela da sala pra saber o que é. E no caso, muitas vezes, é a questão do alimento, que Para mim é uma violência terrível obrigar a família a passar fome... A nossa alimentação ou merenda é servida preferencialmente pela manhã, às 8 horas e à tarde a partir das 13h:30min porque às vezes, essa criança só tem essa alimentação no dia.

4. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os(as) alunos (as) vítima diretas ou indiretas de violência doméstica?
Bem, geralmente nós chamamos os pais para conversarmos. E não são poucas vezes, que chega-se ao extremo de quando não conseguimos resolver com a família, fazemos a denúncia ao Conselho Tutelar, que encaminhará um conselheiro para investigar e acompanhar a família. No caso de o conselheiro não conseguir acompanhar a família de forma que possa trazer mudanças expressivas na escola, nem no ambiente social onde vive, prestamos queixa na DEPAI (Delegacia de política de apuração de atos infracionais). Além disso, de acordo com o caso da criança e se ela tiver idade acima de 12 anos, buscamos o Juizado da Infância e Juventude.
5. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?
Frequentam nossa escola muitas crianças que são cuidadas por avós e padrastos, muitos padrastos, tios e dentro das VDs se destaca o abuso sexual, esse é muito grande e quando a gente consegue confirmar, a gente consegue denunciar, mas quando fica só no âmbito da suspeita e vamos investigar na maioria das vezes as famílias se mudam. Mas é mais ou menos nesse nível, por aí.
6. Em casos de Violência Doméstica, os <u>pais</u> participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim quais?
Promovemos palestras com o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), que é da Polícia Militar, que nos ajuda no combate ao bullying, ao uso de drogas e à violência doméstica. Essas palestras são para os estudantes e seus familiares. Ainda temos a colaboração das faculdades que nos auxiliam com palestras de psicólogos. Também a Guarda Municipal tem convênio com a prefeitura na área da Educação e atua com as crianças de 4 anos até as turmas do 3º ano, com as crianças de 9 anos de idade. Ela também trabalha, de forma dinâmica e rica, com as questões da violência, do uso de droga e do bullying.
7. Em sua opinião qual o impacto na aprendizagem dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?
O impacto é gritante, nós temos muitos alunos que não são alfabetizados em tempo hábil. nós temos o ciclo de desenvolvimento humano, que é o da Prefeitura que utilizamos; ele não é seriado, ele é cíclico, então a cada 3 anos fecha-se um ciclo. A criança até 2019 tinha 3 anos para ser alfabetizada, 1º ano, 2º ano, 3º ano e fechava-se a alfabetização da criança. Quando não conseguia ser alfabetizada nesses 3 anos, por muitos motivos, dentre eles violência doméstica, que é o caso, então ela ficava retida. Essa criança refazia no ano seguinte, o 3º ano, tendo em vista que ela poderá ser alfabetizada com aulas de reforço, com projetos educacionais mais dinâmicos, com um portfólio e com atividades pedagógicas sequenciais muito mais bem elaboradas a parte. Ela terá a assistência na turma que ela está sendo alocada e extraclasse. Temos os programas ao qual nós incluímos essa criança, que é o programa do MAIS ALFABETIZAÇÃO de turmas de 1º e 2º anos e o MAIS EDUCAÇÃO de turmas de 2º e 3º anos.
8. Indique as <u>consequências</u> da Violência Doméstica sobre o <u>desempenho escolar</u> do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final
Nós temos inúmeras crianças analfabetas funcionais porque não são letradas na forma correta nem na escrita e nem na leitura. Quando eu falo leitura, são nas diversas formas de linguagens. Então nós temos essa que consegue ler, mas não consegue decodificar o texto. Então ela lê?

Jenucy Espíndula Brasileiro Teixeira - Impacto da Violência Doméstica nas relações interpessoais e na aprendizagem das crianças de uma escola pública municipal de Goiânia

Sim, mas de forma automática. Se pedir para essa criança uma interpretação aprimorada de um texto, dificilmente será realizada
--

APÊNDICE 6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À COORDENADORA 2

1. PERFIL DA ENTREVISTADA
Sexo: Feminino Idade: 38 Formação acadêmica: Graduação em Pedagogia Tempo de trabalho na Instituição: 5 anos Turno: Coordenadora pedagógica nos 2 turnos
2. QUESTÕES
1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de violência doméstica? É qualquer tipo de agressão física, psicológica e verbal. Independentemente do que está escrito, pois as pessoas consideram que violência existe apenas no aspecto físico, mas não é apenas isso.
2. Tem conhecimento de casos de alunos vítimas direta ou indireta de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos. Sim, vários. Sim alguns anos atrás uma aluna não vinha regularmente à escola porque os pais brigavam e ela presenciava e às vezes ela vinha e ficava chorosa num canto quieta, porque os conflitos internamente no lar, de certa forma influenciavam. Que eu sei, são os que presenciaram. Mas os que sofreram eu não sei. Já vi alguns, mas não acompanhei de perto porque não era da minha competência, era da outra coordenação. Nós sabemos que a violência não define padrões. Mas sabemos em que aspecto a vulnerabilidade é mais forte e é bem mais comum. Então, aqui no bairro tem bastante.
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais? Sim. Geralmente, o pai é o agressor que agride a mãe com palavras e espancamentos. Por exemplo, semana passada eu recebi uma mãe que estava se separando do esposo e indo embora para o Maranhão. Ele não bateu nela, mas ele não estava mais colocando alimento dentro de casa, e isso é um tipo de violência psicológica. Diante dessa situação, ela se viu impossibilitada de dar alimentos para os filhos. A mulher não trabalhava fora e era 100% dependente do marido e fala assim: quanto mais você é dependente do homem menos força você tem de deixar aquela vida. Certa mãe chegou aqui na escola, chorando, e pedindo a documentação da filha porque queria ir embora para sua terra natal. Ela estava passando fome e parecia que o esposo tinha arrumado outra mulher. Essa mãe estava sofreda e acredito que já tenha ido embora. A aluna era tranquila ela disse que ele mudou esse comportamento depois que chegou em Goiânia, lá no estado do Maranhão ele não era assim, quando ela veio pra morar com ele aqui (eles eram de lá e parece que encontrou outra pessoa, então encontrando outra pessoa ele deixou ela de lado e os filhos já passaram necessidade) ele ameaçava falar que não ia mais por nada dentro de casa, a energia

elétrica cortava e segundo ela, ela não tinha outro caminho a não ser retornar as suas origens, para a sua cidade, aqui ela não podia contar com ninguém e não conseguia emprego.
4. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os(as) alunos (as) vítima diretas ou indiretas de violência doméstica?
Ao denunciarmos ao Conselho Tutelar, de forma anônima, esse órgão faz as primeiras averiguações e encaminha uma queixa ao Ministério Público que aprofundará investigações para prestar queixa ao judiciário, caso seja necessário. Desse modo, não nos expomos, mas a vontade que temos é de nos identificarmos, sem nada temer. E crianças vítimas de violência temos muitos casos mas muitas vezes não são todos os casos que chegam até nós para tomarmos providência. Quando ficamos sabendo procuramos o conselho. Por exemplo, ano passado tivemos um caso que a criança era vítima de violência, ela era aliciada pelo próprio irmão, e aí nós encaminhamos para o conselho e o próprio conselho, encaminha para o Ministério Público e aí vai. O primeiro procedimento nosso é esse, que é dentro da lei, se fizermos algo com as nossas próprias vontades, porque a vontade que a gente tem é de ir lá, falar, e não pode, então fica tudo dentro da lei. Então o conselho foi acionado, e aí entrou o MP, para averiguar o caso. A aprendizagem até melhorou, mas como ela foi uma criança aliciada e violentada muito novinha, agora desperta para o prazer da prática sexual e isso está sendo um problema para essa criança, então já está naquela fase da adolescência que já corre risco de uma gravidez indesejada. Inclusive o pai é um senhor idoso, a mãe é usuária de drogas, a criança vive com o pai e a tia que é cadeirante. O pai está quase cego, ontem ele falou para mim que gostaria que acionasse o conselho pra entregar ela, porque ele não tem possibilidade de cuidar, e ela está fugindo todos os dias dormindo fora de casa, sabe Deus aonde ela está dormindo, então o risco de uma gravidez indesejada ou uma doença sexualmente transmissível é muito grande. Então nós fizemos o relatório, tudo direitinho, esperando o conselho porque ela já está sendo acompanhada pelo conselho. A aprendizagem interferem muito muito, a gente sabe que tem traumas de infância de crianças que são abusadas e violentadas que presenciam cenas de violência dentro da própria casa, e aqui é uma prova real disso, a gente não tem dados estatísticos. Mas vemos quando tem uma reunião que tem algum convidado para falar sobre a Lei Maria da Penha, nós vemos algumas mães chorosas, algumas testemunharem que só ficaram libertas depois que elas mesmas foram agressoras. Aqui a questão da aprendizagem é muito forte, é um dos fatores além da alimentação eu acredito que seja isso que tem influenciado muitos bloqueios.
5. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?
Nesse ano nós tivemos 3 a 4 palestras, mas os pais faltam muito e eu acho que a população precisa estar mais esclarecida, eu não sei se é medo de não trabalharem fora. Eu acho que a partir do momento que a mulher trabalha fora, ela ganha espaço na sociedade e cria força. A comunidade aqui é muito acomodada nesse sentido, principalmente as mulheres. Adota-se o padrão: o esposo sustenta, os filhos vão para a escola e as mulheres cuidam da casa. Diante dessa perspectiva equivocada de vida, adotada como correta, elas pagam o preço do sofrimento. E quando nós trazemos cursos, como por exemplo do SENAC que veio trazer mais informações, para aprenderem a trabalhar, nós percebemos que elas não possuem motivação, pois a palestra não teve público. Então acho que falta muito desse esclarecimento, mas uma e outra chega contando sua realidade e aí aos poucos vai ganhando espaço na sociedade.
6. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim quais?

Sim, só que ainda falta muito para os pais, faz 5 anos que estou aqui e acho que foi uma conquista. Atualmente nós vemos os pais mais participativos. Há muito que fazer porque não é tarefa fácil atrair os pais para acompanhar os estudos de seus filhos. A prioridade deles é mandar as crianças para escola com os objetivos de tomar as refeições e de evitar que percam o benefício da Bolsa Família, o qual exige a frequência dos estudantes. Quando seus filhos faltam por motivo de força maior, eles ligam preocupados para justificar a ausência. Quanto à questão da aprendizagem, somente 10% dos pais comparecem. Isso, no universo de quase 1000 alunos. Muitos dos nossos alunos vêm de outros estados, especialmente do Maranhão e do Pará. Além disso, a escola está sempre aberta para aqueles que desejam colaborar com palestras. A Diretora valoriza o intercâmbio com a comunidade para que ninguém reclame por falta de informação. Há alguns dias tivemos 3 palestrantes. Estimo que não compareceram 60 pais, o que demonstra desinteresse, acomodação e falta de boa vontade.
7. Em sua opinião qual o impacto na aprendizagem dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?
Muito grande, toda criança que sofre VD carrega isso para o resto da vida, e pra vencer isso, só o tempo e tem muitos que nem vencem, faz terapia o resto da vida ou tem quem não faz terapia, mas encontra recursos se apegando a Deus, a algum credo religioso ou o tempo ajuda a sanar, mas nem sempre. A gente vê aí, casos e casos de adultos que são crianças, que de fato que foram violentados na infância e que carregam isso para o resto da vida.
8. Indique as <u>consequências</u> da Violência Doméstica sobre o <u>desempenho escolar</u> do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final
Alguns anos atrás uma criança era abusada, me parece que pelo padrasto e ela ficava quietinha no canto, aí os professores começaram a perceber que ela estava diferente, quieta, calada, na verdade era sofrendo. Diante da ameaça, a gente chegou conversou e orientamos, não sei se era o tio. Sempre tem algum agressor: tio, avô, padrasto, nesse último caso era o tio, foi agora ano passado, esse caso, a criança veio do Pará a era violentada e abusada pelo avô, e o pai diante da atitude, trouxe ela, ela estava no 6º ano, ela não sabe lê, ela estava no 6º ano, e perdeu o interesse, só que nesse caso dela e nesses casos que tenho visto nos últimos dias não é comum, mas nela floresceu a sexualidade porque “agarrava” os meninos na parte de trás dessa escola. Então, eu chamei o pai e ele disse: Eu não sei mais o que fazer coordenadora, porque desde os 7 anos que o avô abusava dela. E a ameaçava e dizia que se ela contasse a mataria. Então ela perdeu o interesse por estudar e só queria namorar. Então, o pai a trouxe do Pará, pois ele e a mãe da criança são separados, para não matar o avô. Diante disso, ele ia buscar a outra menor porque poderia ser que o avô já estivesse abusando, portanto, veio de lá pra não cometer esse crime (matar o avô). Não sei, eu sei que fiz tudo certo, mandei o caso dela para secretaria da escola pois ela desabafou comigo, quando eu vi ela com sexualidade aflorada ela abriu comigo e o pai sabia, ele não quis foi contar na escola, por fim a madrasta não mais queria cuidar da menina porque ela só queria ficar na rua agarrando meninos. Em nossa conversa, o pai prometeu-me procurar um médico para que ela fizesse uso de anticoncepcionais porque até ele, enquanto pai, não sabia o que fazer, além de pedir ajuda por sua filha, então iria procurar um psicólogo para ela, para fazer esse tipo de acompanhamento com ela para fazer mesmo uma terapia. Parece que ele procurou, mudou de escola e retornou para o estado dele. Então, as consequências são trágicas. A criança perde o interesse, não aprende direito, fica desmotivada, não encontra razão, quando ela vai encontrar alguma razão às vezes já fica muito

mal, quando descobre no início é mais fácil de reverter. Os meninos parecem que ficam mais oprimidos, ficam mais quietinhos no canto, chorosos. Já as meninas, os casos que eu tenho visto, claro tem aquelas que ficam ali no canto inibidas, mas o que eu tenho visto é que elas afloram a sexualidade e perde o interesse pelos estudos, a maioria que eu vejo são assim, pelo menos os casos que eu presencio aqui na escola. Os meninos não, ficam mais na deles, chorosos, quietos. Eles não têm vontade estudar, estudar dói, eles querem prazer, não possuem maturidade, mas se a criança não tem estrutura familiar, a escola não consegue sozinha e a maioria não tem estrutura. Se tiver estrutura a criança consegue vencer. Mas não é o caso da realidade dos alunos dessa escola.

APÊNDICE 6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO PROFESSOR 1

1. PERFIL DO ENTREVISTADO
Sexo: Feminino Idade: 47 Formação acadêmica: Pedagogia e especialização em Pedagogia Tempo de trabalho na Instituição: 2 meses Série que leciona: 1º ano Disciplina que leciona: todas Turno: vespertino
2. QUESTÕES
1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de violência doméstica? Eu acho que qualquer atitude que não venha a ter respeito, pra mim já parte pra violência que não seja só física, qualquer tipo de falta de respeito. Tanto com mulher, eu acho que na vida familiar entre marido e filhos criança, entre criança, quando falta respeito, pra mim também é um tipo de violência, qualquer ato que não tenha respeito um pelo outro.
2. Tem conhecimento, na sua sala de aula ou em sua escola de casos de alunos vítimas direta ou indireta de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos? Essa turminha eu não tenho nenhum para falar, porque tem só 3 semanas que estou nela. Ainda não identifiquei.
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais? Não identifiquei nenhum caso
4. Quais os procedimentos que toma quando detecta que os (as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica apresentam problemas comportamentais ou de aprendizagem? Chamar a coordenação e estar passando para ela que ela vai averiguar e ver se tem que avisar os pais, se são os pais ou se é o conselho. Quem for necessário de acordo com o que estiver acontecendo
5. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os(as) alunos (as) vítima diretas ou indiretas de violência doméstica? Normalmente, eu creio, nunca presenciei. Nunca precisei desse tipo de atendimento, mas acredito que seria chamar os pais primeiro para depois estar acionando qualquer outro conselho.
6. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica? Não sei. Ainda não vivi nada disso.

Jenucy Espíndula Brasileiro Teixeira - Impacto da Violência Doméstica nas relações interpessoais e na aprendizagem das crianças de uma escola pública municipal de Goiânia

7. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim quais?
Não sei.
8. Em sua opinião qual o impacto na aprendizagem dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?
Eu acredito que seja um total impacto, a criança precisa estar bem emocionalmente, fisicamente, tanto em casa quanto na escola. E violência pode vir também da escola. Ela tem que estar bem para que a aprendizagem aconteça de forma significativa para criança
9. Indique as consequências da Violência Doméstica sobre o desempenho escolar do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final
A principal consequência é na aprendizagem. Eles não desenvolvem tanto no convívio com a família quanto com os colegas. Prejudica a criança não só na escola mas em casa também.

APÊNDICE 6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO PROFESSOR 2

1. PERFIL DO ENTREVISTADO
Sexo: Masculino Idade: 26 anos Formação acadêmica: Licenciatura em Matemática Tempo de trabalho na Instituição: 1 ano e 3 meses Série que leciona: 6^a ano Disciplina que leciona: matemática Turno: Matutino
2. QUESTÕES
1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de violência doméstica?
Eu acredito que seja todo tipo de agressão, tanto física, quanto psicológica que pode causar no caso aos alunos.
2. Tem conhecimento, na sua sala de aula ou em sua escola de casos de alunos vítimas direta ou indireta de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos?
Sim. Tem aluno tanto de violência física, quanto psicológica. Nas turmas Fs tem uma criança, ela sofreu abuso e dá para ver o tanto que isso afeta o progresso escolar dela. Tanto é que ela não está vindo para escola aí eu acho que sem o apoio da família que ela não tem, acho que isso afeta bastante pra ela, o abuso foi familiar dela. A coordenação que tem mais acesso a essas coisas sabe?
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais?
Sim, a gente já presenciou isso bastante, o pai vindo buscar o aluno com raiva porque foi chamado aqui, bastante. Teve um caso interessante aqui que veio um pessoal da polícia militar, o pessoal do batalhão, da delegacia da mulher e começou a palestra sobre VD, e tinham pais e mães, e foi engraçado que no final da palestra sobrou só as mães, os pais foram levantando e saindo, acho que se sentiram incomodados com a situação, acho que são os que ignoram esses casos assim.
4. Quais os procedimentos que toma quando detecta que os (as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica apresentam problemas comportamentais ou de aprendizagem?
A gente encaminha para coordenação porque tem que ter tudo relatado e documentado, então essa parte é da coordenação. Logo depois desse relato a gente tem que dar esse apoio ao aluno, manejar com ele, entender a situação que ele está passando, é o que eu faço pelo menos. Na maioria das vezes o aluno reflete o que ele passa em casa. Então, quando ele é agredido em casa, ele traz essa agressão para escola, a gente busca ver se tem alguma relação, se tiver a gente busca explicar a situação, o que eles podem ou não fazer. Então dá para ser conversado tranquilo com eles, não tem problema ter esse diálogo com os alunos.

5. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os(as) alunos (as) vítima diretas ou indiretas de violência doméstica?
Eles relatam, chamam pai, mãe, se necessário conselho, guarda municipal, todos os procedimentos possíveis, fazem o encaminhamento necessário.
6. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?
Eu acho que eles se isolam, quando são aqueles que agridem mesmo, poucos pais aparecem. Quando eles são chamados aqui ameaçados por omissão, por não prestarem assistência ao aluno, eles chegam nervosos é possível ver que há agressão.
7. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim quais ?
Eu acredito que muito pouco, citando esses relatos dos pais que vieram, vem muito pouco, os que aparecem são os que dão assistência aos filhos.
8. Em sua opinião qual o impacto na aprendizagem dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?
É grande, porque se ele não sente conforto em casa ele se refugia na escola. E se ele acaba descontando a violência na escola que ele sofre em casa, eu acho que o progresso dele é muito pequeno, no decorrer do ano da carreira estudantil dele. Cai o rendimento total, você vê que o aluno fica menos motivado, não faz as atividades na sala de aula, e eu acho que depende muito como o pai vê essa agressão com o aluno às vezes tem pais que agridem e não vêem que aquela situação pode causar um trauma para criança, então quando a gente chama ele aqui ele fala pra criança: “quando a gente chegar lá em casa a gente acerta”, e não é assim, as próprias coordenadoras falam que não é assim, é necessário conversar, e são poucos os pais que conversam, orientam e buscam uma terapia familiar. É que a região aqui é bem carente.
9. Indique as consequências da Violência Doméstica sobre o desempenho escolar do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final.
Tem baixo desempenho, aumenta a indisciplina do aluno, aumenta a agressividade do aluno, a falta de respeito com os outros alunos, com os colegas e com os professores. Vem tudo na “caixinha”, a falta de concentração, compromisso, indisciplina e faltam muito às aulas.

APÊNDICE 6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO PROFESSOR 3

1. PERFIL DO ENTREVISTADO
Sexo: Feminino Idade: 48 Formação acadêmica: Licenciatura e mestrado em Educação Física Tempo de trabalho na Instituição: 3 anos Série que leciona: 4º e 5º ano Disciplina que leciona: Educação Física Turno: Matutino
2. QUESTÕES
1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de violência doméstica? O conceito, acho que toda forma de agressão que a criança sofre em casa. Física, psicológica. Acho que deve ser esse o conceito.
2. Tem conhecimento, na sua sala de aula ou em sua escola de casos de alunos vítimas direta ou indireta de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos? Não porque a VD ela não é, ela não é..... eu não percebo os casos “assim” nessa escola, como uma coisa revelada, ela é, algo escondido. Em outras escolas já presenciei já fiquei sabendo. Aqui nessa escola não.
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais? Diretamente aqui, eu não conheço, mas a gente sabe porque a criança que sofre VD ela é diferente da outra criança. Ela tem mais dificuldade de aprendizagem ela é mais agressiva com os outros colegas, com a gente mesmo então ela dá indícios. Por isso, às vezes, ela é velada porque a própria família tem escondido a VD, quando a criança apanha muito e deixa marca, pode ter certeza de que ela não vem para escola. A família não manda, pois já sabe que a escola denuncia, a escola não faz vista grossa para isso, então isso acontece muito de a família não trazer pra escola e ela começar a faltar.
4. Quais os procedimentos que toma quando detecta que os (as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica apresentam problemas comportamentais ou de aprendizagem? O procedimento que eu tomo, é acionar a coordenação/Direção. Já a escola, é acionar o conselho tutelar, não tem que chamar família nesse caso, tem que ir direto pro conselho tutelar, às vezes a escola tem muito medo de fazer a denúncia, muito medo de represália e acaba não fazendo a denúncia. Quando eu percebo que a escola não está afim de fazer a denúncia eu já tive casos de ligar para o disque 100 e denunciar, mantém o sigilo, então às vezes é até melhor ligar para o disque 100 do que para o conselho tutelar, porque ele demora, não tem a cobrança, mas

às vezes o conselho tutelar, dependendo do conselheiro, não consegue manter o sigilo e expõe os profissionais da escola. E minha experiência com o disque 100 foi excelente.
5. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os(as) alunos (as) vítima diretas ou indiretas de violência doméstica?
É o encaminhamento para o conselho. É o mais comum.
6. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?
Eles são chamados, geralmente eles são chamados, não é procedimento. O procedimento é encaminhar direto porque quando a escola chama uma família de VD a família tira a criança da escola, some com a criança coloca em outra escola. Então não é o procedimento chamar a família, é já encaminhar o conselho porque <i>o conselho tem competência pra encaminhar essa família de orientar, encaminhar pra assistente social, psicólogo, isso é função do conselho</i>. Eu não sou a favor de chamar a família em caso de VD, eu não sou a favor, eu acho que a escola não tem que entrar nessa história e tem que encaminhar para o conselho tutelar.
7. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim quais ?
Não aqui nunca teve, tem muitas reuniões de pais. Não tenho conhecimento de nenhum caso de palestras e orientações para os pais na escola. Tem situações, vou te falar mas é “em off”, tem situações que chega aqui e é a própria escola que fala que a família tem que “dar peia” tem que bater mesmo que o aluno não tem limite. Eu acho isso um absurdo já tive muitos problemas aqui com isso. Que eu não acho que é na violência que vai resolver questão de menino indisciplinado, então aqui tem isso. Isso me incomoda muito, e na educação em forma geral tem isso que eu trabalho que a gente tem essa mentalidade do professor que a família tem que bater. E aí gera mais violência e eu não acho que esse seja o caminho, então eu tenho muitos problemas nos lugares que eu trabalho porque eu acho que não tem que bater e aí como eu não tenho filho, as minhas colegas falam assim: não, é porque você não entende, você não é mãe. Então assim, tem o problema do exercício da profissão docente que ainda é ligado a questão maternal. É diferente, então quer dizer que um médico para falar de suicídio tem que suicidar para ter competência para falar de suicídio? Então, eu sofro muito isso em qualquer escola que eu trabalho, porque eu faço essa defesa e eu acho que não tem que bater em nenhuma fase da vida na educação familiar, tem colegas que chamam o pai e fala: se precisar bate mesmo, “dá peia” porque é preciso colocar limites. E quando eu me posicionei, escutei isso: é porque você não é mãe. Então assim, é muito complicado o papel da mulher na profissão docente, ainda mais se ela não é mãe. Então é muita confusão.
8. Em sua opinião qual o impacto na aprendizagem dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?
Como eu já te disse eles são diferenciados, às vezes não tem marca no corpo mas a gente sabe que eles são diferente pode ser uma questão de VD. Até pode não ser, mas geralmente os indícios da criança que sofre VD é que ela é muito agressiva ou muito calada. Sempre é, porque é o que eu observo. Não tenho dados pra te comprovar, mas eu penso, ou ela é muito agressiva mesmo ou é muito calada, não é de conversar não é de se expor tem medo da aproximação, como eu trabalho com ed. Física e trabalho muito com o corpo, eles geralmente ficam com medo do toque, tem dificuldade de tocar, não só a minha relação com eles mas com outras crianças

também há o receio da aproximação do toque então fica visível a criança que sofre VD e até porque a VD às vezes não é só ela, é junto com a mãe. é o que a gente tem de casos. Aqui a gente teve um caso que a coordenadora até passou pra gente que a mãe sofre e os filhos também, é um caso que a gente considera até um cárcere privado que, o pai controla tudo, não deixa as crianças assistirem televisão, nem ela quando chega do trabalho, e se a televisão está quente todo mundo apanha, se a comida acabou antes do mês ninguém mais come, só ele que come. Então assim, tem umas histórias bem difíceis. É que as crianças estão na escola e que o comportamento é diferente, ou é muito agressivo ou muito reprimido. Nesse caso, a criança era muito agressiva, então depois que a gente começou a escutar, conversar a gente percebeu melhora, os outros professores também observaram isso, só de escutar a criança ele foi se sentindo acolhido pela escola, então ele foi melhorando no comportamento. Mas assim, reflete no cognitivo,

9. Indique as consequências da Violência Doméstica sobre o desempenho escolar do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final

Eles tem: dificuldade de concentração, dificuldade de rotina, dificuldade na questão da disciplina na organização do material escolar eles não conseguem se organizar são crianças mais desorganizadas. Eu acho que a agitação, ansiedade, são crianças com mais ansiedade que as outras e tudo isso reflete no cognitivo, na aprendizagem então demoram mais pra aprender.

APÊNDICE 6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO PROFESSOR 4

1. PERFIL DO ENTREVISTADO
Sexo: Feminino Idade: 34 Formação acadêmica: Licenciatura Matemática. Pós-graduação em Educação Especial Tempo de trabalho na Instituição: 7 anos Série que leciona: 1º e 5º anos Disciplina que leciona: Matemática e Alfabetização Turno: Matutino e Vespertino
2. QUESTÕES
1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de violência doméstica? É qualquer forma de agressão, física ou verbal,
2. Tem conhecimento, na sua sala de aula ou em sua escola de casos de alunos vítimas direta ou indireta de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos? Sim. Verbalmente e fisicamente. Um caso de uma aluna que ela saiu ficou um tempo sem frequentar devido a VD ser, o pai cometeu contra a mãe então ela fugiu foi embora para a avó ficou e depois voltou, ela presenciava VD. E outro caso de uma aluna que sofreu pelo pai VD.
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais? A gente verifica primeiro a veracidade da história, repassa pra coordenação onde é feito um registro e enviado para o conselho tutelar. Sempre a primeira coisa é a mudança de comportamento do aluno, então a criança se fecha demais ou começa a ter o comportamento agressivo que antes não era notado e depois verifica marcas no corpo, mas a primeira coisa mesmo que muda é o comportamento do aluno. Na aprendizagem também afeta bastante porque o comportamento afeta diretamente na aprendizagem quando ele começa a ficar muito violento, lógico, ele para de fazer suas atividades, ele deixa de prestar atenção na aula, então isso influencia bastante.
4. Quais os procedimentos que toma quando detecta que os (as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica apresentam problemas comportamentais ou de aprendizagem? Inicialmente o relatório, contar essa violência. A gente chama o aluno, questiona o aluno e depois é passado para o conselho tutelar.
5. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os(as) alunos (as) vítima diretas ou indiretas de violência doméstica?

Quando nota que os pais têm o caso de VD, quase não participam na escola, eles não gostam de aparecer, eles ficam incomodados ao solicitar a presença, sempre pé atrás desconfiados “porque que está me chamando?” Sempre mandam bilhetes, é raro um pai que comete VD comparecer a escola, seja verbalmente ou fisicamente eles evitam aparecerem na escola porque muitas das VD são inicialmente detectadas na escola
6. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?
Tem atividades, mas esses pais que cometem quase não aparecem, aqui é uma região marginalizada então o índice de VD é mais alta que em outras unidades escolares. Se você for pesquisar com os próprios alunos também nota, que quando a gente faz eventos na escola os pais que mais aparecem são aqueles mais afetivos então tem a ausência desses pais, a gente até faz alguns eventos direcionados a aprendizagem a educação do filho palestras com a diretora, coordenadora e outros especialistas mostrando a importância na educação dos filhos e da presença dos pais na educação e a gente não vê esses pais que mais precisam comparecerem à escola.
7. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim, quais?
É não existe aprendizagem sem esse laço família-escola. Quando o pai deixa de cumprir esse papel da educação do filho, da participação da vida escolar do filho, essa aprendizagem fica bastante comprometida. Então ele vai aprender de forma tardia, influencia bastante. Tem casos que a gente manda um bilhete para os pais, preocupados com a educação dos filhos e eles falam que: “não tem tempo de ir à escola”, “você acham que eu sou obrigado a ir?”
8. Em sua opinião qual o impacto na aprendizagem dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?
Isso influencia bastante, então já começa em casa a valorização dos estudos começa em casa a valorização da aprendizagem. Se em casa eles não aprendem a valorizar, quando chegam aqui (na escola) eles vão ver só um lugar para passarem um tempo. Não tem essa valorização, então os pais são de fundamental importância para esse acompanhamento aqui na escola. É o que acontece principalmente na escola pública, essa falta de responsabilidade na vida educacional do filho.
9. Indique as consequências da Violência Doméstica sobre o desempenho escolar do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final.
A mudança de comportamento da criança. A criança que sofre VD ela tem até medo de tentar porque ela tem medo do fracasso, se ela fracassar o que vai acontecer? Ela vai apanhar, alguém vai xingar ela. Vários casos que a gente já presenciou de ter que chamar o pai para conversar e o pai falar: “mas esse menino é buuuuurrroooooo!!!!” É a pior violência que eu acho que existe sem ser a física, é uma das piores, porque a criança fica tão retraída que já entra na sala de aula sem

querer tentar. Então isso é trabalhado em todo o período escolar e no final do ano ela não tem um rendimento como um outro aluno que não sofre essa violência. Mesmo com as dificuldades, o aluno se sobressai em cima daquele que sofre VD mesmo se ele tiver um cognitivo excelente, o aluno sempre vai ter medo de errar, vai ter medo de fazer uma produção de texto, então ele vai ter um problema muito sério.

APÊNDICE 6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO PROFESSOR 5

1. PERFIL DO ENTREVISTADO
Sexo: Feminino Idade: 34 anos Formação acadêmica: Graduação em Pedagogia e Pós Graduação em Pedagogia Tempo de trabalho na Instituição: 9 anos Série que leciona: Educação Infantil Disciplina que leciona: Artes Turno: Matutino
2. QUESTÕES
1. Em sua opinião como pode ser entendido o conceito de violência doméstica?
A minha opinião é, qualquer tipo de agressão física ou psicológica que agrida não só a questão de todos os membros da família, então quando se fala de agressão se foca muito na questão física, mas também tem a questão da psicológica que é uma agressão que muitas vezes a criança não apresenta característica, mas muitas vezes, causa um dano muito maior do que a física.
2. Tem conhecimento, na sua sala de aula ou em sua escola de casos de alunos vítimas direta ou indireta de violência doméstica? Se sim, descreva brevemente esses casos?
Já teve vários casos aqui no BV porque aqui é uma comunidade bem complicada, a gente sempre sabe de casos de problema. Teve um que um aluno descreveu, ele falou para mim que ia esperar o pai dele com uma barra de ferro. Aí eu perguntei assim: por que você vai esperar seu pai com uma barra de ferro? Aí ele falou assim: porque por muitas vezes ele chega bêbado e quer bater na minha mãe. Aí a única coisa que eu fiz foi orientar ele a buscar medidas (porque se ele fizesse algo, futuramente ele mesmo poderia se arrepender e sofrer) melhores pra resolver isso, procurar ajuda de alguém que vai poder ajudar mas que já presenciou, já falou de pegar uma barra de ferro por não aguentar mais ver ele agredindo a mãe, eu já escutei. Aí eu conversei com ele e ele disse que o pai não está mais agredindo a mãe, mas que ele sempre fica com receio.
3. Tem conhecimento dos tipos de violências testemunhadas ou sofridas em casa pelos(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica? Se sim quais?
Quando eles “se abrem”, alguns, eles falam sobre essa questão de agressão física, mas assim, não são muitos que conseguem se abrir, falar abertamente, só quando tem alguma “coisa”, algum tema que você fala que envolve que cita alguma “coisa”, aí eles “se abrem”, aí eles falam, mas assim, por vontade própria eles não falam. Geralmente é mais violência física, mas tem casos aqui de violência psicológica que foi relatado de um pai, mas isso foi relato da Diretora: que ele prendia a esposa e não deixava ela assistir nem televisão, então tem uns casos aqui bem complexos. Fora os casos que a gente conhece de violência sexual. Que tem bastante caso.
4. Quais os procedimentos que toma quando detecta que os (as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica apresentam problemas comportamentais ou de aprendizagem?

A única coisa que nós professores podemos fazer é que a gente faz orientação mas a gente sempre encaminha pra o grupo gestor porque eles que fazem o encaminhamento de chamar o juizado de menores e o conselho tutelar então qualquer situação que a gente encontra que vê que tá acontecendo alguma coisa errada com os meninos, ou que eles soltam de vez em quando, igual eu falei.
5. Quais os procedimentos que a escola toma para lidar com os(as) alunos(as) vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica?
Buscar os órgãos, buscar ajuda, de orientar os meninos, que a gente tenta conversar muito com eles. <i>Porque, a gente percebe, pelas características principalmente quando eles retraem muito</i>, tem sempre a coordenadora, ela é muito boa para conversar com os meninos, eles se abrem com ela, eu até brinco que ela tem o dom da palavra, que ela conversa com eles e eles se acalmam mesmo. Então tem o caso da orientação e de buscar ajuda fora da escola, igual já falei.
6. Em sua opinião, qual o envolvimento parental na escola, em casos de Violência Doméstica?
Do jeito que é possível, os pais são chamados sim, mas dependendo da agressão, não é competência da escola envolver nesse assunto, no máximo, assim, se for um caso que, por exemplo, eu sou uma das primeiras que entrou na escola aqui, já teve caso de agressão, de espancamento, de tortura. <i>Então o primeiro passo é: a escola chamar a família e tentar conversar, caso não consiga, aí é igual já falei anteriormente, os procedimentos que a gente tem que tomar são de pedir ajuda fora</i>, mas quando a gente detecta alguma coisa mais simples, a gente sempre chama a família e conversa antes, pra saber o lado da família sobre o que está acontecendo. <i>Algumas quando é um caso mais grave a gente já convoca a justiça ou os órgãos competentes.</i>
7. Em casos de Violência Doméstica, os pais participam nas atividades organizadas pela escola. Se sim quais?
Aqui na escola já teve palestra. Tivemos duas vezes sobre a questão da violência contra a mulher, a polícia já veio aqui duas vezes para fazer, porque se fala muito de casos de mulheres que vivenciam essa violência e não conseguem sair disso. Aqui a escola está sempre fornecendo as palestras, como já disse já vieram 2 vezes, e tem parceiros acho que com o SENAI, que oferece curso como opção para saírem dessa vida de dependência, porque muitas delas aceitam a violência porque não tem pra onde ir e ficam com medo da situação, pois tem as crianças e têm medo de não terem o que dar de comer pra elas depois, então elas aguentam, muitas vezes, por não terem essa emancipação não terem um emprego, uma profissão, então a escola tem uma parceria com o SENAI, que é para ensinar a colocar cerâmica, ou seja, um curso para mulheres da comunidade fazerem. Além disso, oferecemos palestras com a polícia nessa questão da lei Maria da Penha para orientar sobre qualquer tipo de violência. Já foram feitas duas vezes aqui, além dos direitos, porque muitas vezes, a mulher acaba compreendendo e achando que ela tem que aceitar tudo. E aí nessas palestras eles mostram que elas não precisam aceitar isso, que elas possuem outras saídas.
8. Em sua opinião qual o impacto na aprendizagem dos(as) alunos(as) que sofrem de Violência Doméstica?
Muito, muito (impacto), toda criança que você percebe que muda totalmente a atitude você pode saber que tem algum tipo de problema em casa, na verdade, todas as situações que eles vivenciam eles remetem aqui na escola. Eu falo que a gente vive todos os problemas do mundo,

porque tudo que eles vivenciam lá fora reflete aqui na escola. Já foram vários casos assim, quando acontece alguma coisa com a criança, ela fica retraída. Uma professora citou um caso que aconteceu na turma dela que sofreu violência sexual pelo padrasto, ele retraiu, ficou calado, influencia muito no aprendizado. E aqui tem muitos casos disso, então a escola tenta ajudar, mas a escola sabe que isso vai muito além do que a escola pode oferecer, aí precisava de um acompanhamento psicológico, precisava ter um acompanhamento dentro da escola, porque são muitos casos, então é igual eu falei, não só violência física, mas também psicológica. Aqui tem muitos casos de usuários, de pais usuários, crianças abandonadas. Uma criança que não tem as condições mínimas para sobreviver, pois tudo que acontece com ela em casa reflete aqui na escola, com isso elas não veem sentido em ter que aprender, pois ficam desanimados, retraídos, desinteressados. Por mais que a escola, muitas vezes, seja um lugar de acolhimento para eles, um refúgio, eles acabam refletindo também o que eles sofrem.

9. Indique as consequências da Violência Doméstica sobre o desempenho escolar do(a) aluno(a), ao longo do ano letivo e no resultado final.

Pelo histórico das crianças que já percebemos ao longo desses anos, todas elas tiveram dificuldade de aprendizagem, todas elas não acompanham o rendimento da turma, principalmente essas que sofrem violência, não conseguem acompanhar o rendimento, todas elas tem dificuldade.